

Fábio Voitechén

**O EXAME PRÉ-NUPCIAL, NAS PÁGINAS DA IMPRENSA  
JORNALÍSTICA, NAS TESES MÉDICAS E NA ASSEMBLEIA  
CONSTITUINTE: 1926-1934.**

Dissertação submetida ao Programa de  
Pós-Graduação em História da  
Universidade Federal de Santa Catarina  
para a obtenção do Grau de Mestre em  
História Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Luiz de  
Souza

Florianópolis  
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Voitechen, Fábio

O exame pré-nupcial nas páginas da imprensa  
jornalística, nas teses médicas e na assembleia  
constituente: 1926-1934 / Fábio Voitechen ; orientador,  
Rogério Luiz de Souza - Florianópolis, SC, 2015.  
136 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa  
de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. História da Saúde. 3. Eugenia. 4. Exame  
pré-nupcial. 5. Legislação. I. Luiz de Souza, Rogério. II.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós  
Graduação em História. III. Título.

Fábio Voitechen

**O EXAME PRÉ-NUPCIAL, NAS PÁGINAS DA IMPRENSA  
JORNALÍSTICA, NAS TESES MÉDICAS E NA ASSEMBLEIA  
CONSTITUINTE: 1926-1934.**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de Mestre em História Cultural e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 5 de outubro de 2015.

---

Prof. Dra. Cristina Scheibe Wolff  
Coordenadora do Curso

**Banca examinadora:**

---

Prof. Dr. Rogério Luiz de Souza  
Orientador  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Vanderlei Sebastião de Souza  
Universidade Estadual do Centro-Oeste

---

Prof. Dra. Viviane Trindade Borges  
Universidade do Estado de Santa Catarina

---

Prof. Dra Renata Palandri Sigolo  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Marcos Fabio Freire Montysuma  
Universidade Federal de Santa Catarina (suplente)



## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer, sobretudo, ao Professor orientador Dr. Rogério Luiz de Souza pelas sugestões, por ter assumido a orientação no meio do caminho e pela paciência de responder todas as dúvidas que surgiram no decorrer desta etapa.

Ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina por ter oportunizado este trabalho. Aos professores das disciplinas cursadas ao longo do curso.

Aos professores Marcos Freire Montysuma, Renata Palandri Sigolo, Viviane Trindade Borges e Vanderlei Sebastião de Souza pelas críticas e sugestões valiosas durante as bancas de qualificação ou de defesa deste trabalho.

Ao professor João Batista Ribeiro pelas correções ortográficas e sugestões textuais.

Aos meus pais pelo apoio moral, à minha esposa pela compreensão, incentivo e paciência. E a todos os amigos que torceram por mim.



Esta intervenção científica revolucionará os espíritos, pondo em conflito o velho instinto animal e o interesse individual egoísta, com obrigações superiores reconhecidas e proclamadas por Ella, obrigações, sem duvida mais ou menos opressivas, porém devidamente opressivas, pois são protectoras de um alto interesse geral, deante o qual emmudece o interesse pessoal.

Oscar Coutinho, 1903





## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo fazer uma análise da trajetória da campanha pelo exame pré-nupcial no Brasil. Essa campanha contou com vários adeptos, sobretudo médicos e eugenistas que passaram valorizar o exame que se tornou sinônimo de prática eugênica e de profilaxia. Para tal serão analisados alguns veículos de comunicação como jornais e revistas, principalmente o jornal *O Globo*, que passou a propugnar pelo exame ainda no ano de 1926. Além de utilizar a imprensa como respaldo para a reconstrução do debate que a possibilidade desta prática causou, serão averiguadas algumas teses médicas que também se referiram ao assunto. Por fim o trabalho retomará as discussões ocorridas durante a assembleia constituinte de 1933-34, quando esta julgou o projeto de lei que tentava instituir a obrigatoriedade de apresentação do atestado de sanidade física e mental a todos que desejassem contrair matrimônio.

**Palavras-chave:** exame pré-nupcial; eugenia; legislações.



## ABSTRACT

The purpose of this work is to analyze the trajectory of the campaign premarital examination in Brazil. Many doctors and eugenicists supported the campaign; they began to value the examinations which became synonymous of a practice eugenic and prophylaxis. In order to achieve this will be considered the printed media such as magazines and newspapers, mainly *O Globo* which started advocating by the exams since 1926. In addition to the use of the press as a support to the reconstruction of this discussion which the possibility that practice caused, will be explores some medical theses that referred to the subject. Finally the work will recover the whole discussion occurred during the constituent assembly on 1933-34, when this adjudicated the law project which tried to institute a compulsory presentation of physical and mental certificate, for all who wish get married.

**Key-words:** premarital examination; eugenics; legislation.

INTRODUÇÃO.....	13
1. BRASIL, UM PAÍS DE “OLHO NO FUTURO” .....	20
1.1 EUGENIA NO BRASIL E NA IMPRENSA.....	21
1.2 EXAME PRÉ-NUPCIAL E SEU DEBATE NA IMPRENSA..	28
2. A QUESTÃO DO EXAME PRÉ-NUPCIAL NO AMBIENTE MÉDICO-ACADÊMICO.....	63
2.1 DAS DOENÇAS QUE IMPEDEM A UNIÃO CONJUGAL..	66
2.2 AS RESPONSABILIDADES SOBRE AS UNIÕES E AS VANTAGENS DO EXAME PRÉ-NUPCIAL.....	75
2.3 SOBRE OS EMPECILHOS E AS SOLUÇÕES PARA A INSTITUIÇÃO DO EXAME PRÉ-NUPCIAL.....	83
3. “A HORA DA VERDADE”: O DEBATE SOBRE O EXAME PRÉ-NUPCIAL NA ASSEMBEIA CONSTITUINTE DE 1934.....	94
3.1 AS EMENDAS AO ANTEPROJETO CONSTITUCIONAL E O PROJETO 1-A DE 1934.....	95
3.2 O PROJETO 1-A E O DEBATE EM TORNO DO ARTIGO 169.....	104
CONCLUSÃO.....	120
FONTES.....	129
REFERÊNCIAS.....	133

## INTRODUÇÃO

A instalação do regime republicano em 1889 possibilitou a prática de alguns ideais que já vinham sendo gestados desde os tempos monárquicos. Como muitos intelectuais acreditavam que o Brasil se encontrava atrasado em relação a outras nações consideradas mais desenvolvidas, como França, Inglaterra ou Estados Unidos, existia uma grande necessidade de transformar o país para que este chegasse ao nível desses modelos paradigmáticos.

Portanto, dar uma nova feição ao Brasil foi durante um longo período o desejo de grande parte da intelectualidade e dos políticos que acabaram assumindo a responsabilidade pelas mudanças que foram ocorrendo nas décadas finais do século XIX e iniciais do XX.

Neste sentido, espelhando-se nas nações mais desenvolvidas e também nas teorias científicas da época sobre as questões relacionadas ao desenvolvimento e à reprodução humana, aqueles que estavam conduzindo as transformações chegaram à conclusão que um dos maiores empecilhos ao desenvolvimento do país encontrava-se justamente na sua população, que – além de ser composta por diversas raças e pela mestiçagem destas – muitas vezes encontrava-se doente. A doença, aliás, parecia ser uma das características do brasileiro, pois não eram poucos os que alertavam para a precariedade dos serviços incumbidos de prestar assistência médica aos cidadãos. Segundo o *Jornal do Brasil* de 1901, as questões em torno da saúde haviam se tornado primordiais, pois “o obituário com sua implacável dialéctica, vae dia a dia convencendo mais a todos nós de que urge cuidar da saúde do povo”<sup>1</sup>.

Além da imprensa que possuía o "dever" de denunciar a falta de atenção por parte do Estado, os próprios governantes e seus assessores faziam questão de enfatizar a situação da saúde pública no Brasil. No Nordeste, no Sul e em todas as regiões era possível observar, mesmo em pequenas notas, reclamações, como esta do governador do Piauí: “excepção feita da organização do posto sanitário tudo que temos em matéria de saúde publica equivale á negação quase absoluta desse importante serviço”<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Jornal do Brasil, Rio de Janeiro. 27 set. 1901. p. 2.

<sup>2</sup> PIAUÍ. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Exmo. Snr. Dr. João Luiz Ferreira, governador do Estado a 1º de junho de 1921. Teresina: Typ. Do “O Piauhy”, 1923. p. 13.

Essas reclamações apontavam para a urgência de acabar ou ao menos diminuir o índice de moléstias entre os brasileiros e num primeiro momento a União e seus estados passaram a adotar uma política mais intervencionista, que se pautou em reformas urbanas e campanhas profiláticas.

As reformas a princípio tinham como objetivos evitar os miasmas<sup>3</sup>, por isso era preciso acabar com aglomerações desordenadas, reorganizar os espaços de modo que o ar circulasse com maior facilidade – daí a necessidade de construir longas avenidas<sup>4</sup> – e destruir as habitações que ofereciam risco à saúde. Além disso, aproveitou-se também para embelezar as cidades levando em consideração as modernas técnicas de arquitetura e engenharia.

Já as campanhas profiláticas acabaram se diversificando, uma vez que o objetivo era atingir o maior número de pessoas possíveis. Dessa forma, elas ocorreram por meio de vacinações obrigatórias, combate aos insetos vetores, fiscalizações e interdições realizadas pelos órgãos competentes. Além de outras ações, como campanhas, palestras, distribuição de folhetos, etc., que tinham um caráter educativo e visavam criar “bons hábitos” entre as pessoas. A ideia era instilar no povo valores e modos de agir aceitáveis. Afinal, controlar a população se tornava essencial, uma vez que ela era “elemento fundamental na dinâmica do poder dos Estados”<sup>5</sup>, e dela dependia o futuro do país.

Vale lembrar, porém, que essas intervenções nem sempre eram bem recebidas pela população, segundo o responsável pela saúde no estado do Amazonas sempre no início de qualquer campanha profilática era necessário “combater interesses, enfrentar a má vontade, destruir a ignorância e a desconfiança do povo”<sup>6</sup>. Para a população a resistência

---

<sup>3</sup> Mesmo com as várias descobertas com relação às patologias e seus agentes causadores, era recorrente na imprensa do período analisado o uso do termo, que indica uma emanção fétida oriunda de animais ou plantas em decomposição, que poderiam dar origem a doenças contagiosas.

<sup>4</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 53.

<sup>5</sup> FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*: curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 90.

<sup>6</sup> AMAZONAS. Mensagem lida perante a Assembleia Legislativa na abertura da segunda sessão ordinária da décima primeira legislatura, pelo Exmo. Sr. Des.

ocorria porque o que o governo intencionava praticar era visto como uma “tyrannia sanitária”. Em 1904, um pouco antes da Revolta da Vacina<sup>7</sup> – um dos episódios mais famosos de rejeição às políticas de saúde do período, quando a população se rebelou contra a instituição da vacinação antivariólica compulsória –, uma publicação convocava a população para debater sobre esse projeto quando ele estava ainda em tramitação. Segundo os que assinavam a convocação, o referido ato deveria ser considerado uma “attentoria a liberdade individual e contrária aos generosos princípios republicanos”<sup>8</sup>.

Se o sanitarismo e as campanhas profiláticas foram o foco principal nas primeiras décadas do período republicano, uma vez que houve um intenso trabalho a fim de acabar com as epidemias e com os locais insalubres, no momento seguinte a preocupação voltou-se mais para o futuro da nação e este porvir, estava condicionado às características físicas de seu povo, segundo algumas teorias existentes da época. Portanto, por esta lógica, um país doente como o Brasil estaria fadado ao fracasso caso não se fizesse nada. Logo, questões em torno da raça<sup>9</sup> e da identidade nacional passaram a ocupar lugar de destaque entre a intelectualidade brasileira.

---

César do Rego Monteiro, governador do Estado, a 14 de julho de 1923. Manaus, 1923. p. 155.

<sup>7</sup> Para maiores informações sobre este episódio consultar SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 1993; CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996. pp. 97-102; CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. pp. 91-139.

<sup>8</sup> Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 1º ago. 1904. p. 3.

<sup>9</sup> Atualmente é consenso entre geneticistas e antropólogos que do ponto de vista científico não existem raças humanas, entretanto este termo será preservado, para evitar anacronismos, uma vez que era esta a palavra utilizada na época como forma de distinguir indivíduos ou populações. Vale lembrar também que a primeira pessoa a se referir a esta palavra foi François Bernier em seu livro *Nouvelle division de la terre par les différentes espèces ou races qui l'habitent* de 1684. Mais tarde, em 1758 Carolus Linnaeus, criador da taxionomia moderna, apontou para a existência de algumas variedades de homens: *homo sapiens americanus* (vermelho); *homo sapiens europaeus* (branco); *homo sapiens asiaticus* (amarelo); *homo sapiens afer* (preto) e o *homo sapiens monstrosus* (aqueles que não puderam ser incluídos na categoria dos normais). Além destes J. F. Blumenbach estabeleceu em 1795, a existência de cinco

Ninguém desconsiderava o imenso potencial do Brasil, mas para aproveitá-lo seria necessário primeiramente cuidar de sua população. Tomando como foco o problema populacional, os intelectuais basearam suas ações pautando-se nos estudos de Mendel e Lamarck, sobre a hereditariedade.

Gregor Johann Mendel (1822-1884), botânico, monge e estudioso austríaco, ofereceu aos intelectuais a teoria do gene dominante, que implicava na crença de que os indivíduos não surgiam da combinação dos caracteres de ambos os pais, pois ocorria a predominância de um gene sobre outro. Além disso, ainda de acordo com suas pesquisas, as características mais puras se transmitiam às gerações seguintes. Logo, de acordo com essa lógica, a intelectualidade brasileira passou a encarar as reproduções de outra maneira, essas deveriam ser assistidas, controladas e se possível arranjadas.

Já o naturalista francês Jean Baptiste Lamarck (1744-1822), defendia que os caracteres adquiridos pelos seres vivos durante a sua existência eram repassados a sua prole. Embora a teoria desse pesquisador tenha sido anterior à de Mendel, os latino-americanos e também os brasileiros acabaram se identificando mais com as noções lamarckianas, pois estas justificavam a crença de que o esforço humano tinha sentido e todos os melhoramentos na vida dos indivíduos seriam transmitidos aos descendentes<sup>10</sup>.

Dessa forma embasados em teorias sobre a hereditariedade, aqueles que estavam envolvidos no projeto de transformação do país começaram elaborar estratégias a fim de aprimorar ou preservar as “melhores raças”.

E uma das estratégias que se procurou implantar no Brasil foi a tentativa de instituir a lei do exame pré-nupcial, que obrigaria todos os noivos a realizarem testes médicos e laboratoriais antes do enlace a fim de comprovarem estarem sadios e aptos para contrair o matrimônio.

---

tipos: caucasiano, mongol, etíope, americano e malaio. Além destas há outras classificações, mas como já foi apontado esse termo caiu em desuso, prevalecendo atualmente a palavra *etnia* para designar as diferenças culturais entre os seres humanos. (QUINTÃO, Cátia C. A. et al. *Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar*. Dental Press Journal of Orthodontics. [online] 2010. vol. 15. nº 3. pp. 121-124. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dpjo/v15n3/15.pdf>>. Acesso em 12 jul. 2015.

<sup>10</sup> STEPAN, Nancy Leys. *A hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p.83.



Caso um dos pretendentes apresentasse alguma doença infecto-contagiosa que colocasse em risco a família, seria vedado a esta pessoa o direito à união. Como a adoção de uma lei estabelecendo o exame pré-nupcial envolveria uma série de questões relativas ao tipo de doença que poderia impedir os casamentos, estas e outras questões – como a proibição, se ela seria temporária ou permanente, a maneira pela qual a futura norma seria posta em prática – serão analisadas adiante. O objetivo deste trabalho é acompanhar essas discussões que ocorreram diante da possibilidade de se adotar esta prática que, vale lembrar, já vinha sendo utilizada em alguns estados nos EUA e por algumas nações europeias ditas “adiantadas”.

Para tal são utilizadas diversas fontes, cujas informações são analisadas e cruzadas a fim de reconstituir mesmo que em parte essas discussões que por muito tempo permearam o ideário de uma parcela dos brasileiros.

Como a instituição do exame pode ser encarada como uma forma de controle social, serviram de respaldo teórico as obras de Michel Foucault, que se referem ao biopoder e à biopolítica, conceitos imprescindíveis para estudar as relações entre os corpos dos indivíduos e o Estado.

A defesa pela instituição do exame pré-nupcial iniciou-se na França com o médico sifilógrafo Jean Alfred Fournier, ainda nas décadas finais do século XIX. No Brasil, entretanto, ela tardou um pouco a chegar, mas já no início do XX essa prática foi defendida por alguns médicos brasileiros, sobretudo aqueles preocupados com os casamentos consanguíneos, com a prostituição e suas consequências, isto é, a contaminação por doenças venéreas.

Como esta recomendação acabou gerando uma polêmica e em consequência disso um longo debate, que teve origem ainda no início do século XX, este trabalho procurará acompanhar algumas das discussões em torno dessa questão. Vale salientar, entretanto, que essa questão se intensificou entre 1926, ano em que o jornal *O Globo* deu início a sua campanha em prol do exame, e 1934, data em que foi publicada a terceira constituição brasileira, constituição esta que por pouco não acabou instituindo o exame pré-nupcial obrigatório.

Levando em consideração estes fatos, o primeiro capítulo intitulado *Brasil, um país de "olho no futuro"*, tem por objetivo trazer à tona o ideário que estava por detrás da tentativa de se instituir o exame, traçar um perfil daqueles que defendiam esta prática e acompanhar os debates ocorridos na imprensa, principalmente do Rio de Janeiro e de São Paulo, locais onde mais se verificou passagens sobre o assunto.

Como o jornal *O Globo* fez uma campanha em prol deste exame, o objetivo será verificar quais foram as estratégias adotadas por esta instituição e como os outros veículos de comunicação e até outras instituições e associações se posicionaram diante desta empreitada. As fontes aqui utilizadas estão disponíveis on-line no acervo das respectivas instituições citadas e outras, as menos recorrentes, foram consultadas na plataforma da Hemeroteca Digital, que, diga-se de passagem, presta um excelente serviço disponibilizando uma diversidade de materiais aos pesquisadores.

No segundo capítulo foram analisadas algumas teses médicas, apresentadas na Faculdade de Medicina da Bahia, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e na Faculdade de Medicina de Porto Alegre, que estão disponíveis no acervo da Biblioteca da Universidade Federal do Paraná. Estes trabalhos foram elencados porque se dedicaram a discutir sobre o exame pré-nupcial, mesmo que brevemente. Nesta parte o objetivo é levar em consideração como a categoria médica encarou a possibilidade da adoção do exame. Que doenças eram vistas por eles, que fatores poderiam levar à proibição dos matrimônios, quais as vantagens foram levadas em consideração, que problemas poderiam ser enfrentados e quais seriam as possíveis soluções para estes.

O terceiro e último capítulo retoma, através dos anais da assembleia constituinte de 1934 – documentos estes que também se encontram disponíveis on-line, no endereço eletrônico da Biblioteca Digital da Câmara Federal –, o debate do projeto de lei de Amaury de Medeiros que previa o exame pré-nupcial, entre os membros do referido plenário. A ideia é demonstrar como a comissão estava indecisa e principalmente dividida, além disso, procurou-se analisar quais os argumentos pesaram contra e a favor da instituição desta prática que acabou sendo contemplada pela Constituição de 1934, mas não da forma que desejavam os defensores.

Encerra-se a dissertação com algumas conclusões, que provavelmente me levarão a novas pesquisas, uma vez que o debate em torno do exame pré-nupcial não se encerrou com a promulgação da constituição.

Espera-se dessa forma estar contribuindo para a construção da história no Brasil, relacionada às questões médicas e jurídicas que buscaram criar e manter um controle sobre os indivíduos.



## 1. BRASIL, UM PAÍS DE “OLHO NO FUTURO”

Preocupados com a situação sanitária do país, muitos intelectuais se empenharam em achar soluções a fim de tirar a nação da situação em que se encontrava. Como mencionado anteriormente algumas teorias serviram de alicerce para justificar as intervenções em matéria de saúde e reprodução que se pretendiam fazer junto à população.

Além das teorias mendelianas e lamarckianas já citadas, exerceu enorme influência sobre os brasileiros a eugenia, que naquele momento e diante das circunstâncias foi vista como das soluções mais plausíveis para os problemas raciais do Brasil.

Vale lembrar também que a partir da década de 1930 vários eugenistas passaram a encarar o exame pré-nupcial como uma medida eugênica e por isso essa prática se transformou em um dos tantos objetivos do movimento eugênico, que via diversas vantagens na adoção de uma lei que exigisse atestado dos nubentes, afinal para eles o país teria um futuro promissor se investisse em uniões sadias.

Mesmo não havendo unanimidade com relação à adoção do exame entre os eugenistas, como se verá adiante, muitos reconheciam a validade do exame, pois este poderia ser utilizado como uma forma de selecionar os casais ou pelo menos impedir que seres considerados “inaptos”, “inferiores”, etc., continuassem a se reproduzir e gerassem filhos com as mesmas características de seus pais. Além disso, muitos definiam a obrigatoriedade dos testes como uma “forma especial de eugenia negativa dos países católicos porque agiam como restrições a uniões inadequadas”<sup>11</sup>.

Portanto, mesmo não sendo o exame pré-nupcial uma medida criada pelos eugenistas, alguns se tornaram os maiores defensores desta prática, fato que acabou levando as discussões em torno desta questão tão adiante. Mas, antes de acompanhar esse debate em torno da possibilidade da criação da lei, é interessante verificar como a eugenia foi se consolidando no Brasil, pois como já foi apontado em determinado momento a eugenia e o exame pré-nupcial tornaram-se práticas inseparáveis e complementares.

---

<sup>11</sup> STEPAN, Nancy Leys. Op. cit. p.132.

## 1.1 EUGENIA NO BRASIL E NA IMPRENSA

O conceito de *eugenia* na sua acepção moderna foi utilizado pela primeira vez em 1883 pelo inglês Francis Galton. Da leitura de *Origens das espécies* de Charles Darwin e de suas observações sobre a hereditariedade, Galton criou uma teoria acerca do aprimoramento da espécie humana, que segundo ele ocorreria por meio do cruzamento entre pares possuidores de bons códigos genéticos, uma vez que “as aptidões naturais de um homem são derivadas por hereditariedade”<sup>12</sup>.

De acordo com sua teoria, era preciso incentivar matrimônios entre casais considerados mais desenvolvidos, mais aptos seja intelectualmente, seja fisicamente e desencorajar a reprodução daqueles que possuíssem qualquer tipo de deficiência física ou mental, uma vez que a prole herdaria os caracteres de seus ascendentes.

A teoria de Galton não se limitou apenas à Inglaterra – provavelmente por ser esta nação um dos maiores centros econômicos e culturais da época –, ela dissipou-se por vários países sendo bem recebida principalmente na Europa e nas Américas.

Devido ao seu raio de ação, a eugenia acabou sendo interpretada de diversas maneiras e em consequência disso essa prática – mesmo conservando suas principais características, isto é, a de propor o melhoramento da espécie humana – acabou se diferenciando de acordo com as especificidades locais. A política, a sociedade e a cultura de cada povo acabaram dando à eugenia formas derivadas. A ciência da hereditariedade humana surgiu como um caminho transformador das populações e por isso acabou sendo bem recebida por pessoas influentes que acabaram adotando e aprovando a prática da eugenia<sup>13</sup>.

As primeiras referências acerca da eugenia foram encontradas no jornal *O Estado de São Paulo* em 1912, quando este noticiou a realização do Primeiro Congresso Internacional de Eugenia em Londres e publicou um artigo sobre o referido encontro. Após essa notícia, o professor baiano Alfredo Ferreira Magalhães proferiu uma palestra intitulada “Pró-Eugenismo”. Entretanto, faz-se necessário salientar que a palavra eugenia foi utilizada pela primeira vez em 1914, quando o médico Alexandre Tepedino defendeu sua tese homônima: *Eugenia*

---

<sup>12</sup> GALTON, Francis. *Hereditary genius*. (1869; Londres: Gavan Tredoux, 2000.) eletronic edition. p. 1.

<sup>13</sup> STEPAN, Nancy Leys. op. cit. p. 12.

(*Esboço*)<sup>14</sup>. Outros trabalhos ainda foram publicados após os já citados, mas foi necessário que se passassem alguns anos para que o movimento começasse a ganhar força e consequentemente novos adeptos.

Vários foram os intelectuais e políticos a se interessar e até a defender a prática da eugenia ou, como diria Afrânio Peixoto, a “moderna arte ou ciência que se preocupa com uma raça humana sadia e feliz”<sup>15</sup>. Além deste, existiram outros, como Miguel Couto, Monteiro Lobato, Belisário Penna, Edgard Roquete-Pinto, etc., mas sem dúvida quem mais se empenhou e mais se destacou na defesa e propagação da “nova ciência” no país foi o médico e farmacêutico Renato Ferraz Kehl (1889-1974).

Renato Kehl, além de escrever diversos livros dedicados à defesa e à promoção da eugenia, foi também responsável pela organização da Sociedade Eugênica de São Paulo, criada em 1918. Segundo Stepan, a sociedade brasileira era ainda modesta na ocasião de sua inauguração, mas já possuía 140 membros, número maior do que a da Sociedade Eugênica Francesa<sup>16</sup>. Fato que comprova o interesse que essa prática gerou entre os brasileiros.

A sociedade eugênica paulistana não teve uma duração muito longa, pois acabou diluindo-se no ano seguinte ao de sua criação, mas nem por isso seus ideais deixaram de ser propagados. Kehl e outros defensores eugenistas continuaram a promover reuniões, palestras e conferências que tinham como tema principal a eugenia. Durante as décadas de 1920-30 o médico ainda foi responsável pela criação do Boletim de Eugenia e pela fundação da Comissão Central Brasileira de Eugenia, órgão que teria como objetivo auxiliar o governo em assuntos relacionados à prática eugênica.

Embora tenha se conservado a essência da eugenia, isto é, a tentativa de promover a melhoria da espécie humana, a maneira de praticá-la nem sempre era consensual entre os seus adeptos. Prova disso

---

<sup>14</sup> SOUZA, Sebastião Vanderlei. *A política biológica como projeto: A “eugenia negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências) - Programa de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Rio de Janeiro, 2006. p. 31.

<sup>15</sup> PEIXOTO, Afrânio. *Ensinar a ensinar: ensaios de pedagogia aplicada à educação nacional*. Rio de Janeiro: Liv. Francisco Alves, 1923. p. 64.

<sup>16</sup> STEPAN. Op. cit. p. 55.

é que se difundiu a ideia de que no Brasil existiram três correntes de pensamentos.

A eugenia positiva, que estimulava a reprodução apenas dos aptos, isto é, aqueles considerados totalmente saudáveis e inteligentes; a eugenia preventiva: pautada na crença de que as melhorias nos espaços poderiam melhorar as qualidades físicas e intelectuais da população<sup>17</sup> e a eugenia negativa – dedicada a evitar a procriação dos "inaptos", esterilizando-os, proibindo as uniões ou estimulando o uso de contraceptivos.

Embora a luta eugênica tenha sido encabeçada principalmente pelos médicos, outros profissionais como advogados, educadores, eclesiásticos, engenheiros e jornalistas também participaram das discussões acerca das possibilidades de introduzi-la no país. Inclusive algumas instituições e veículos de comunicação como jornais e revistas se ocuparam de propagar o ideal eugênico. Segundo o médico Luciano de Mello, a imprensa brasileira não se omitiu ao “asumpto, sobresahindo ultimamente a campanha inteligente e criteriosa d’O globo<sup>18</sup>”, pela instituição do exame pré-nupcial obrigatório, como se verá adiante. Além deste jornal, o autor ainda citou outros jornais como *O Paiz* e o *Jornal do Commercio* como veículos aliados na propagação da eugenia, mas estes foram apenas mais alguns dos que se dedicaram a esse debate.

É verdade que alguns veículos realmente saíram em defesa das práticas eugênicas, entretanto há de salientar que alguns jornais tinham por intenção apenas informar seus leitores do que se tratava a “nova ciência”. E como o assunto estava em voga há várias referências às práticas eugênicas, fossem a favor ou contrárias.

Vale lembrar, entretanto, que para muitos a eugenia era vista como uma solução, uma vez que estaria resolvendo problemas raciais e também aqueles referentes à saúde dos brasileiros, portanto, aqueles que eram favoráveis a essas ideias acabaram se manifestando mais do que aqueles que eram contrários. De acordo com Paulo de Godoy, por exemplo – autor que inaugurou a seção “ponto de vista” da Revista de Medicina de São Paulo, de maio de 1926 –, “sociológicamnte, é a

---

<sup>17</sup> SOUZA, Sebastião Vanderlei. op. cit. p. 199.

<sup>18</sup> BAPTISTA, Luciano de Mello. Do Exame pre-nupcial como factor eugenico. Tese apresentada a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1926. p. 20.

Eugenia a coluna mestra do grande edifício da nacionalidade. Dela depende a formação do Brasil novo. Forte. Sadio. Educado"<sup>19</sup>.

A preocupação com o futuro da raça era tão intensa e algumas pessoas estavam tão engajadas na defesa dos ideais eugênicos que promoveram na década de 1920 um concurso eugênico em São Paulo. Na ocasião foram escolhidas três crianças que segundo os jurados estavam aptas para representar a boa raça e consequentemente o país. Esse fato acabou sendo encarado como pítoresco por aqueles que não eram adeptos da eugenia e chegaram a comparar o evento aos concursos de premiação aos melhores animais.

Devido ao fim da Sociedade Eugênica de São Paulo, muitos eugenistas se associaram a Liga Brasileira de Hygiene Mental<sup>20</sup>, fato que deu um novo caráter a essa instituição, levando-a a interferir de maneira contrária a suas propostas iniciais. De qualquer forma os deficientes mentais também entraram na pauta dos eugenistas. Para muitos eugenistas, os “alienados” causavam ônus ao Estado, que deveria fornecer assistência e educação, fato encarado como um esforço inválido. Além disso, de acordo com os eugenistas, criar esses bebês ou crianças com deficiência era um erro duplo, pois além de não estarem contribuindo com a sociedade, estes se tornariam adultos e provavelmente acabariam se reproduzindo, dando origem a mais seres “degenerados”, isto é, seres considerados inferiores, que se tornavam mais suscetíveis a doenças e deformidades, pessoas frágeis e mais debilitadas que seus ancestrais. De acordo com os eugenistas os degenerados tendiam a herdar os piores caracteres de seus pais.

Ainda preocupados com a questão da raça brasileira alguns eugenistas passaram discutir qual deveria ser a raça preservada. Mas, qual deveria prevalecer em território nacional? A europeia, a indígena, a africana, a asiática ou a criada a partir da miscigenação destas? Afinal, o Brasil possuía todos esses elementos, e esse fato acabou causando um imenso debate quando essa questão veio à tona.

---

<sup>19</sup> GODOY, Paulo de. Pontos de Vista. (in) Revista de Medicina, São Paulo, mai. 1926. vol. 3. p. 3.

<sup>20</sup> Criada em 1923 por Gustavo Kohler Riedel, a Liga Brasileira de Hygiene Mental tinha como princípio a melhoria na vida dos doentes mentais, entretanto a partir de 1926 esta entidade passou a ser influenciada pelos discursos eugênicos e acabou direcionando seus esforços para inibir a reprodução e a existência destes deficientes.



Para uma parte dos eugenistas brasileiros a raça europeia era superior às demais e, portanto, esta deveria ser difundida a fim de desencadear o “branqueamento” da sociedade brasileira. Dessa forma por muito tempo incentivou-se o casamento dos brancos com indivíduos das outras raças, pois se acreditava que os genes dos brancos prevaleceriam sobre os demais.

Portanto além de promover o branqueamento incentivou-se a entrada de imigrantes europeus, mas enquanto uns viam este processo como um algo positivo, outros alertavam para o fato de que esta tática poderia trazer resultados desfavoráveis. Afinal, de nada adiantaria trazer para o Brasil um europeu degenerado, tarado (desequilibrado físico, mental ou moralmente) ou doente, pois este estaria arruinando ainda mais o futuro do país, por isso era necessário que se criassem leis imigratórias, a fim de impedir que qualquer um entrasse no país.

E, se existia uma tentativa de selecionar a imigração europeia, considerada a raça superior, vale lembrar que havia o Decreto nº 528 de 28 de junho de 1890 que simplesmente dificultava a entrada de africanos e asiáticos.

#### DA INTRODUÇÃO DE IMMIGRANTES

Art. 1º E' inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos **indivíduos válidos e aptos para o trabalho**, que não se acharem sujeitos á acção criminal do seu paiz, **exceptuados os indigenas da Asia, ou da Africa** que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de accordo com as condições que forem então estipuladas.<sup>21</sup>[grifos meus].

Os asiáticos, aliás, sofreram várias restrições e muito preconceito. Mesmo após a assinatura de um contrato entre o governo de São Paulo e a Cia. Japonesa de Imigração, que trouxe algumas centenas de japoneses, continuavam as críticas, com relação aos costumes, alimentação, vestuário, etc. *O Jornal do Rio de Janeiro* fazia o seguinte apelo ao governo e às pessoas responsáveis por trazerem imigrantes ao país:

“Que não venham para o nosso meio, como viriam, por exemplo os japonezes enquistar-se no nosso organismo, como parasitas dos nossos destinos, pela incapacidade da assimilação

---

<sup>21</sup> BRASIL. Decreto Nº 528 de 28 Junho de 1890.

reciproca das [sic] nossos idéas, dos nosso sentimentos e, talvez do nosso próprio sangue.”<sup>22</sup>

Essas citações deixam evidente que os asiáticos assim como os negros (estigmatizados por séculos) não eram bem-vindos ao Brasil, mas o que dizer dos nossos nativos? Estes, de acordo com Afrânio Peixoto um dos expoentes na defesa da eugenia, possuíam costumes mais “rudes e tenazes” que um povo civilizado e, portanto, introduzir novos valores entre eles levaria algumas gerações. Ainda segundo ele o estudo das ditas “raças inferiores” tornava possível observar a “incapacidade organica e cerebral”<sup>23</sup>, destes povos. Logo, não poderiam representar o brasileiro.

Para os não adeptos da eugenia a questão racial ainda era uma incógnita e, portanto, o melhoramento da raça representava uma grande ilusão sob o ponto de vista científico, uma vez que não era possível falar em raça pura. Quando solicitado pelo jornal *Folha da Manhã*, o dr. Andre Dreyfus deu a seguinte opinião sobre essas questões:

(...) se pretendemos conseguir o melhoramento da raça humana, todas as deliberações a tomar nesse sentido têm que assentar sobre o principio de hereditariedade, cujas leis bem estabelecidas, bem rigorosas, são conhecidas pela designação de leis de Mendel. A verificação dessas leis no homem é muito difícil, pelos seguinte motivos:

Difficuldade da applicação das Leis de Mendel (não se pode fazer experiências com os humanos, haveria recusa em cruzar homem A com mulher B e há lentidão na reprodução humana).

(...) não há raça pura sob o ponto de vista do mendelismo. As raças são puras ou hybridas para um ou varias caracteres, mas nunca para todos.<sup>24</sup>

O conhecimento científico do contexto em questão levava algumas pessoas a acreditar na superioridade da raça europeia, como apontado, entretanto alguns estudiosos também admitiam a possibilidade de se verificar o predomínio dos caracteres ruins sobre os bons e, portanto, o cruzamento entre um europeu e um não europeu poderia vir a ser um fracasso.

---

<sup>22</sup> O Jornal. Rio de Janeiro, 17 mar. 1920. p. 1.

<sup>23</sup> PEIXOTO, Afrânio. As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1938. 3ª ed. p. 35.

<sup>24</sup> Folha da Manhã. São Paulo, 16 jun. 1931. p. 1.

Com relação aos mestiços não havia um consenso, enquanto alguns acreditavam que com a mestiçagem se perdiam os melhores caracteres, outros entendiam que esta prática poderia gerar bons resultados.

Enquanto Renato Kehl defendia a união de pessoas sadias de uma mesma raça, o agrônomo e pesquisador Octavio Domingues, que também foi um dos maiores defensores da eugenia no Brasil, acreditava que a mistura de genes poderia ser positiva. Em entrevista para o *Folha da Manhã*, assim se expressou o eugenista:

Mestiçamento de raça não é synonymo de degeneração. E' antes origem e fonte de novos biotypos, entre os quaes teremos aquelle capazes de uma adaptação melhor ao meio brasílico. E essa adaptação da nossa raça em formação é a grande promessa da eugenia no Brasil.

A defesa das nossas qualidades ethnicas superiores (que as temos) não deve ficar á mercê de uma selecção natural ou de uma selecção social. E' mais do que tempo de intervirmos com os conhecimentos biológicos, até aqui adquiridos em matéria de hereditariedade, para a protecção consciente desses attributos, capazes de nos fazerem um povo digno da civilização que herdamos.<sup>25</sup>

Esse debate em torno das raças era extremamente necessário, afinal a grande meta dos eugenistas era a conservação e o aprimoramento dos mais "aptos", entretanto as ações não deveriam se limitar apenas ao debate sobre a superioridade das raças, era preciso também pensar nos meios para alcançar os objetivos, portanto o programa dos eugenistas acabou se tornando muito mais amplo.

Durante o I Congresso Brasileiro de Eugenia realizado em 1929 na cidade do Rio de Janeiro discutiram-se vários temas relacionados a antropologia, genética, educação e legislação.

Tudo aquilo que poderia pôr em risco o plano eugênico foi discutido amplamente: reprodução, esterilizações e puericultura; hereditariedade e doenças; alcoolismo; imigração e, é claro, questões referentes à família, como casamento, doenças venéreas e exame pré-nupcial obrigatório, este último, aliás, como apontado, foi objeto de debate por um longo período da história brasileira e por isso a

---

<sup>25</sup> Folha da Manhã. São Paulo, 23 jun. 1932. p. 6.

necessidade de se aprofundar neste tema. Com a eugenia buscou-se criar uma política de povoamento, da família, do casamento, que tinha por intenção fazer interferências no nível do corpo, da saúde e da vida quotidiana e que se justificava em função de proteger a raça<sup>26</sup>.

## 1.2 O EXAME PRÉ-NUPCIAL E SEU DEBATE NA IMPRENSA

As décadas de 1920 e 1930 ficaram marcadas também por um intenso debate em torno da possibilidade de se criar uma lei que instituísse o exame pré-nupcial obrigatório a todos que desejassem contrair matrimônio dentro das normas estipuladas pela sociedade civil. Isso significaria que todos os nubentes deveriam apresentar um atestado de saúde provando que estavam livres de qualquer tipo de doença contagiosa para ter direito ao casamento nas formas da lei.

Vale frisar, entretanto, antes de prosseguir com a trajetória dessas discussões durante as décadas de 1920-30, que a sugestão para que essa prática fosse incluída na legislação ocorreu ainda nas últimas décadas do século XIX e não foi uma iniciativa legitimamente dos médicos brasileiros, embora muitos destes profissionais tenham se engajado na defesa da criação de uma lei que exigisse o exame pré-nupcial.

A categoria médica brasileira sempre foi influenciada pelas escolas de medicina europeias, principalmente a francesa. E, portanto, a tentativa de instituir o exame pré-nupcial ocorreu porque alguns profissionais adotaram as ideias do médico dermatologista e sifilógrafo francês Jean Alfred Fournier, que via no exame um método eficaz contra o contágio das doenças venéreas.

Aliás, vale ressaltar também que as leis brasileiras já previam o exame. De acordo com o artigo 20 do Decreto nº 181 de 24 de janeiro de 1890:

Os paes, tutores ou curadores dos menores ou interdictos poderão exigir do noivo ou da noiva de seu filho, pupillo ou curatelado, antes de consentir no casamento, certidão de vaccina e exame medico, attestando que não tem lesão, que ponha em perigo proximo a sua vida, nem soffre

---

<sup>26</sup> FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I. A vontade do saber. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1988. 13ª ed. p. 140.

molestia incurável, ou transmissível por contágio, ou herança.<sup>27</sup>

Mesmo com a previsão em lei, muitos médicos apontavam falhas nessa legislação devido ao seu caráter facultativo e por ser aplicável apenas entre menores ou pessoas sob a tutela ou curatela, logo o que desejavam alguns médicos é que o exame pré-nupcial se tornasse quesito obrigatório em todas as uniões.

E se Fournier foi o pioneiro na defesa desse exame na França, o primeiro médico brasileiro a se manifestar a favor desta prática foi Agostinho José de Souza Lima ainda em 1902, quando discutia com outros colegas de profissão sobre a regulamentação ou não da prostituição. Por conta disso as primeiras discussões em torno do exame pré-nupcial no Brasil estiveram mais ligadas ao debate que ocorria sobre os meretrícios<sup>28</sup>. Isso porque se acreditava, não sem certa razão, que os prostíbulos eram focos de contaminação de doenças venéreas, enfermidades essas cada vez mais comuns entre os brasileiros naquele momento.

Ainda no início do século o médico baiano Flaviano Innocencio, alertava para os perigos do meretrício. Segundo ele:

A prostituição é, indubitavelmente, o factor mais importante da disseminação da syphilis e, como tal, tem attrahido a atenção dos legisladores, philosophos e dos médicos, que, desde a mais remota antiguidade se têm occupado em levantar os edifícios da prophylaxia publica da syphilis.<sup>29</sup>

Não demorou muito, no entanto, para que a sugestão de adoção do exame por força de lei fosse contestada. De acordo com Werneck Machado, esta iria de encontro ao segredo profissional<sup>30</sup>, argumento utilizado por tantos outros médicos como se verá adiante.

Como estava ligado inicialmente às questões relacionadas ao meretrício, o exame pré-nupcial foi defendido inicialmente pelos

<sup>27</sup> BRASIL. Decreto nº 181 de 24 de janeiro de 1890.

<sup>28</sup> Para saber mais sobre o assunto, consultar: CARRARA, Sergio. *Tributo a Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996. Disponível: <<http://books.scielo.org/id/q6bq/pdf/carrara-9788575412817-08.pdf>>. Acesso em 4 jul. 2014.

<sup>29</sup> SILVA, Flaviano Innocencio da. *Prophylaxia publica da syphilis*. Salvador: Imprensa popular, 1900. p. 31.

<sup>30</sup> Revista Brazil Médico. nº 44. Rio de Janeiro, 22 nov. 1922. p. 452.

médicos contrários à regulamentação da prostituição<sup>31</sup>, uma vez tinha-se como objetivo o controle dos homens, ou seja, tentava-se impedir através da exigência de atestados que os solteiros frequentassem os meretrícios antes do casamento.

Esse caráter profilático, no entanto, colaborou para que outras pessoas se tornassem adeptas da medida. E segundo Sergio Carrara durante as duas primeiras décadas do século XX a adesão ao exame entre os médicos era geral, o que se precisava naquele momento era regulamentar a prática, chegar aos pormenores, isto é, declará-lo compulsório ou facultativo<sup>32</sup>.

A discussão sobre o exame pré-nupcial ainda continuou ocorrendo na esfera médica, entretanto, mesmo diante da adoção da lei em 1913 por diversos estados norte-americanos e da revogação do Decreto nº 181 de 1890 pelo Código Civil de 1916, o assunto tardou a repercutir na imprensa. Somente nos anos iniciais da década de 1920, foram encontradas algumas menções sobre o exame, e estas ocorriam geralmente quando se noticiava algum encontro, convenção ou congresso na área da medicina. De acordo com *O Jornal* de setembro de 1920, na ocasião da reunião da Sociedade de Medicina o dr. Arnaldo Cavalcanti teria mencionado que a profilaxia da sífilis e de outras doenças venéreas deveria basear-se em quatro pontos: “vigilância do meretrício, educação sexual dos rapazes ao deixarem os collegios e lyceus, campanha contra a prostituição clandestina e exame pré-nupcial”.<sup>33</sup>

Em 1922 a *Gazeta de Notícias* escreveu sobre a cerimônia de encerramento do I Congresso de Práticos, segundo o jornal entre os participantes “reclamava-se o exame pré-nupcial, a punição do aborto criminoso, [e] a luta contra as doenças venéreas”<sup>34</sup>, como meio aprimorar a raça.

Embora não se refira diretamente ao exame pré-nupcial, a *Gazeta Medica da Bahia*, uma das mais importantes revistas de medicina, também publicou em julho de 1923 um artigo intitulado *Prophylaxia Matrimonial*. Para a dra. Francisca Prager Fróes, autora do artigo, era

---

<sup>31</sup> CARRARA, Sergio. op. cit. p. 185.

<sup>32</sup> Idem. 185.

<sup>33</sup> O Jornal. Rio de Janeiro, 7 set. 1920. p. 12.

<sup>34</sup> Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 10 out. 1922. p. 3.

inconcebível “a perfeição de uma raça sem a sua cultura physica, moral e intellectual”. E acrescentava:

Necessário é, entretanto, que todos os meios architectados para tão almejado fim sejam, num conjuncto harmônico, cercados de uma racional moderação, de uma methodica organização concernentes a cada individuo, derivando-lhe os maus instinctos e as impetuosidades naturaes.<sup>35</sup>

Além de defender a profilaxia matrimonial, a médica, também defensora do feminismo, aproveitou para fazer uma crítica aos homens, que segundo ela tratava-se de um “sexo imprudente e ególotra”<sup>36</sup>, que devido à promiscuidade acabavam contaminando suas esposas com doenças venéreas.

Feita a ressalva de que as discussões sobre o exame pré-nupcial não tiveram início, mas sim uma intensificação, a partir da década de 1920, falta agora esclarecer as razões desse ocorrido. Um dos motivos já foi apontado e está relacionado à campanha eugênica, que simplesmente adicionou ao seu programa a obrigatoriedade do exame como forma de preservação da raça.

A adesão à causa do exame pré-nupcial ocorreu porque para muitos eugenistas esta prática era considerada uma medida eugênica extremamente válida, uma vez que poderia evitar o nascimento de indivíduos considerados disgênicos, fato que estaria contribuindo para o “futuro da raça” e, se ainda não era possível aprimorar a raça, como acreditavam alguns, ao menos já existia a possibilidade de conservar e reproduzir as melhores espécies existentes, isso de acordo com os envolvidos na defesa do exame e também da eugenia, uma vez que em determinado momento essas práticas acabaram se tornando complementares.

A adesão dos eugenistas à adoção do exame pré-nupcial reacendeu o debate que havia iniciado nos princípios do século XX. Além disso, vale lembrar novamente que alguns veículos da imprensa, a exemplo dos eugenistas, também passaram a defender a criação da lei do exame pré-nupcial. E como apontado um dos jornais que mais se

---

<sup>35</sup> Gazeta Médica da Bahia. Salvador, jul. 1926. p. 85.

<sup>36</sup> Idem. p. 87.

dedicou a essa defesa foi *O Globo*<sup>37</sup>, criado em 1925 no Rio de Janeiro por Irineu Marinho.

Em fevereiro de 1926, poucos meses após sua fundação o jornal deu início a sua campanha com a seguinte manchete:

O globo inicia uma nova campanha a bem da raça e da humanidade!

Combatamos os flagellos da humanidade!

Os efeitos do exame pré-nupcial e a imperiosa necessidade dessa medida<sup>38</sup>.

E para justificar a adesão à causa assim prosseguia a matéria:

Os episódios, quotidianamente registrados, as calamidades, que se divulgam, mas que perturbam profundamente o organismo social, os desequilíbrios, que precipitam inocentes na desgraça, têm origem na falta de cuidados especiaes a respeito de actos de que o casamento é o principal. Pareceu-nos opportuno e urgente agitar o problema do exame pré-nupcial, pois já se fala numa revisão do Código Penal. O problema offerece vários aspectos. Sobre cada um delles consultaremos os especialistas, de modo a dar ao exame imaginado as amplitudes que elle merece. Quaes os efeitos e a utilidade de um exame pré-nupcial?

[...]

O GLOBO tem de mira prosseguir na grande campanha de que é, sem duvida, uma importantissima face o movimento que iniciamos de propaganda anti-alcoolica e o qual, sob certos aspectos, envolve as mesmas providencias que dicta a necessidade do exame pré-nupcial ou de fiscalização do estado de saúde dos noivos.<sup>39</sup>

A campanha – que não era a primeira, pois como se pode perceber uma anterior contra o alcoolismo já havia sido criada –

---

<sup>37</sup> De acordo com Irineu Marinho na primeira edição de 29 de julho de 1925, o jornal foi fundado para “defender as causas populares” e ser totalmente imparcial por não possuir “affinidades com governos”, não “encerrar interesses conjugados com os de qualquer empresa, e não estar “ligado a grupos capitalistas”. *O Globo*. Rio de Janeiro, 29 jul. 1925. p. 2.

<sup>38</sup> *O Globo*. Rio de Janeiro, 23 fev. 1926. p. 1.

<sup>39</sup> Idem.



perdurou por algumas décadas e consistiu em publicar várias matérias que procuravam defender as vantagens da instituição de tal lei. Para endossar e dar mais consistência aos conteúdos *O Globo* entrevistava pessoas reputadas nos meios científicos. A matéria inaugural da referida campanha foi feita a partir de uma entrevista com o médico e deputado federal Afrânio Peixoto, um dos tantos intelectuais envolvidos na tarefa de transformar o país, que fez questão de frisar que há muito já defendia, além do exame, que se incluísse no Código Penal o delito de contágio, prevendo uma punição a todos que infectassem com doenças, principalmente as venéreas, outras pessoas. Segundo *O Globo* o parlamentar se embasou em outros crimes para declarar o seguinte:

Pune-se a quem tenta, ou age, contra a saúde e a vida de outrem, pelos golpes, as vias de facto, as armas de fogo, o veneno e todos os meios physicos e chimicos de mal fazer, e porque não incluir ahi a infecção? Acaso não é mais tremenda e mais temível? O mal começou pela experiência medica: para tirar a limpo factos obscuros de pathologia, innocula-se em gente, “in anima nobile”, colhendo-se verdades incontestáveis. Assim, para a avaria, a lepra, o câncer, a tuberculose, a gonococcia, a malária, a febre amarella<sup>40</sup>.

A matéria, que ocupou um espaço considerável na primeira página, ainda discorreu sobre a hereditariedade das doenças e é claro fez questão de ressaltar os possíveis resultados da futura lei que seria “a salvação da raça, pelo saneamento do amor e da família”<sup>41</sup>.

Por conta da quantidade de artigos sobre o tema, pode-se dizer que o início da campanha foi vigoroso. De fevereiro a julho de 1926 foram publicadas mais de uma dezena de artigos que defendiam a criação da lei do exame pré-nupcial obrigatório. A segunda matéria não tardou a ser publicada e desta vez *O Globo* publicou as opiniões de Fernando Terra, um dos mais respeitados sifilógrafos brasileiros da época. Antes de expor as opiniões do entrevistado, o editor aproveitou primeiramente para frisar a falta de responsabilidade e precaução entre os noivos que levavam em consideração apenas as “idéas de ordem puramente material, ou as affectivas”<sup>42</sup> quando se uniam. Ainda segundo

---

<sup>40</sup> Ibid.

<sup>41</sup> Ibid.

<sup>42</sup> Idem p. 1.

o editor essa postura dos nubente só era possível devido à facilidade com que se realizam esses casamentos.

Feitas as ressalvas iniciais o artigo reproduziu as opiniões do referido convidado, que primeiramente fez questão de elogiar o trabalho da “imprensa a bem da prophylaxia pré-nupcial”<sup>43</sup>. Após cumprimentar o jornal, o médico também defendeu a imposição do delito de contágio e acrescentou que, enquanto existisse impunidade às pessoas que transmitiam doenças, nada iria mudar.

Nessas condições afirmou ele:

Quer-me parecer que antes de tudo devemos, é preciso, despertar o sentimento da responsabilidade do cônjuge que arruína, por criminoso falta de escrúpulos, a saúde do companheiro, e vice-versa.<sup>44</sup>

Portanto, para os primeiros entrevistados, era preciso ir além da simples imposição do exame, era preciso também penalizar aqueles que não se importavam com a saúde de seus parceiros e com o futuro da raça e do país.

O convidado seguinte foi o dr. Leonídio Ribeiro, que como era de se esperar igualmente pedia pelo exame, mas não sem antes também homenagear *O Globo* pela campanha que a seu ver era “perfeita a saúde dos cônjuges, é dessas que devem merecer applauso e o apoio de todos os brasileiros bem formados, que pensam no futuro de nosso paiz”<sup>45</sup>. Para defender sua postura diante dessa situação o médico afirmou que esta medida deveria ser adotada porque assim o era em alguns países mais desenvolvidos. Ademais, frisava o médico, a adoção do exame seria uma

(...) obra benemérita de patriotismo, que terá como consequencia immediata não só a diminuição do numero de abortos e de natimortos, como tambem dos portadores de lesões hereditárias quase todas de maioria, e em cujo quadro deverão ser incluídos os surdos, os mudos, epilépticos, paralyticos, aleijados, idiotas e imbecis.<sup>46</sup>

Ainda na mesma edição o jornal fez uma nota de que a campanha estava sendo bem recebida pela população e pelas instituições mais

---

<sup>43</sup> O Globo. Rio de Janeiro, 25 fev. 1926. p. 1.

<sup>44</sup> Idem. p. 1.

<sup>45</sup> O Globo. Rio de Janeiro, 26 fev. 1926. p. 1.

<sup>46</sup> Idem. p. 1.

importantes, segundo o editor “de toda parte nos chegam encitamentos do vigor que cumpre sustentarmos em luta tão benéfica para o futuro de nossas gerações”<sup>47</sup>.

Dando sequência à campanha, o veículo de comunicação entrevistou um dos maiores defensores da eugenia no Brasil: Renato Kehl. Para esse profissional já estava na hora de acabar “o período de propaganda e de divagações theoricas, para [que se entrasse] no período de acção e da pratica”<sup>48</sup>.

Em vez de se referir às vantagens do exame pré-nupcial, como fizeram alguns dos entrevistados, Renato Kehl ocupou-se das questões práticas, isto é, em quais condições deveriam ser exercidos tais exames. Para ele os benefícios eram bem evidentes, o que restava naquele momento era normatizar, criar as regras para que a lei fosse executada plenamente.

Para Kehl, a lei deveria estipular um prazo de validade aos atestados, portanto eles deveriam ser realizados no máximo 30 dias antes a data do matrimônio. Outra obrigatoriedade defendida pelo médico é a da submissão tanto de homens como de mulheres aos exames; para ele as questões em torno do pudor feminino, tão defendida por alguns, era irrelevante diante do futuro promissor que a lei do exame garantiria.

Além disso, para Kehl, a adoção da lei do exame representaria um enorme avanço e estaria contribuindo para o progresso do país. Segundo ele:

O dia em que se tornar realidade a exigência do exame pré-nupcial deve ser commemorado como uma das maiores datas nacionaes. Será o legitimo “dia da raça”, solemnizando a garantia dos lares, a regeneração e defesa da nacionalidade, que ora se esboça rachitica e enfezada, em virtude dos casamentos de doentes e tarados.<sup>49</sup>

Como era de praxe entre os entrevistados o dr. Renato Kehl também fez elogio ao jornal e afirmou:

*O Globo* deve pois perseverar nessa campanha benemérita, uma das mais efficientes para a belleza e robustez futura da nacionalidade e,

---

<sup>47</sup> Ibid. p. 2.

<sup>48</sup> O Globo. Rio de Janeiro, 2 mar. 1926. p. 1.

<sup>49</sup> Idem. p. 1.

consequentemente, para o progresso do nosso paiz.<sup>50</sup>

O quarto convidado de *O Globo* foi o dr. Mário Kroeff, que por ter trabalhado em dispensários (locais criados pelo governo para tratar especificamente de doenças venéreas) preferiu defender a instituição do exame baseando-se nas estatísticas. De acordo com o médico a maioria das mulheres que procuravam esses locais era recém-casada e estava contaminada com a sífilis. Ainda segundo ele a mortalidade infantil entre aquelas que chegavam engravidar superava os 80%.

Após demonstrar através de números a periculosidade destas doenças, Kroeff explicou que a razão do número elevado de infecções entre as mulheres recém-casadas ocorria devido ao desconhecimento. Segundo ele:

A ignorância, porém, é a grande culpada da maior parte das contaminações matrimoniaes. São indivíduos que, desconhecendo a contagiosidade de um resíduo de uma antiga doença mal curada, vão contrair núpcias com toda boa fé.<sup>51</sup>

Portanto, segundo o médico nem todos agiam de má fé, alguns, principalmente as mulheres, eram vítimas do desconhecimento.

Seguindo com a campanha *O Globo* convidou o professor e médico obstetra Fernando Augusto Ribeiro de Magalhães para expor as suas opiniões. De acordo com o próprio jornal suas considerações podiam “causar estranhezas pelo radicalismo de suas idéas”<sup>52</sup>, pois o próprio médico assumia que no que se refere à defesa da raça era extremista por defender ideias “apparentemente mais violentas quanto ao casamento entre alcoolicos, syphiliticos, etc.” chegando inclusive a sustentar “até a castração dos loucos”<sup>53</sup>.

Mesmo possuindo opiniões mais radicais, Fernando de Magalhães, apontou para a enorme necessidade de divulgar preceitos de educação e a higiene sexual, sobretudo entre as moças e as mulheres com idade de casar, pois estas eram as principais vítimas das doenças venéreas. Ao fim da matéria o médico ainda aproveitou para reclamar

---

<sup>50</sup> Ibid. p. 1.

<sup>51</sup> O Globo. Rio de Janeiro, 5 mar. 1926. p. 1.

<sup>52</sup> O Globo. Rio de Janeiro, 6 mar. 1926. p. 1.

<sup>53</sup> Idem. p. 1.

mais ações por parte do governo, que deveria intervir pelo “engrandecimento do paiz sob todos os aspectos”,<sup>54</sup>.

Diferentemente de Fernando Magalhães, o entrevistado seguinte, Benjamin Antonio da Rocha Faria, parecia ser um pouco mais cauteloso e comedido que seu colega, entretanto concordava que a educação higiênica e sexual ainda era o caminho mais vantajoso e que merecia mais investimento no momento, pois traria resultados positivos no futuro. O dr. Rocha Faria apostava principalmente na educação “hygienica, pela propaganda incessante desde a escola ao segundo grão, e pela legislação especial ‘ad hoc’ muita reflectida e prudente, persistente e regular”<sup>55</sup>. Além disso, salientava que se deveria:

Proceder sempre delicadamente de modo a attrair os jovens ao exame, invocando e insistindo carinhosamente sobre a conveniência de suas disposições legais, pregando para convencer e não punir ou perseguir.

Tal é, a synthese, o que se me afigura opportuno e efficiente, pouco a pouco, num caminhar lento, mas seguro, para attingir-se ao fim collimado na plenitude de seus beneficios.<sup>56</sup>

Carlos Pinto Siedl, médico que deu sequência a série de matérias, foi um dos primeiros a duvidar da eficácia da instituição de tal lei. Durante a entrevista que concedeu a *O Globo*, confessou que não tinha a mesma confiança de seus “colegas médicos pela supposta efficacia do exame e subsequente attestado medico como garantia de casamentos hygienicos e normaes”<sup>57</sup>.

Para ele o instinto sexual humano acabava se sobressaindo às normas, levando os brasileiros a burlar “tão louváveis exigências”<sup>58</sup>. Embora tivesse certa desconfiança em relação ao êxito de tal lei, concordava que teoricamente só se obteriam pontos positivos com a adoção desta medida, o problema a seu ver era colocá-la em prática, devido às possíveis fraudes, que inclusive eram cometidas pelos colegas de profissão em troca de benefícios quaisquer.

---

<sup>54</sup> Ibid. p. 1.

<sup>55</sup> *O Globo*. Rio de Janeiro, 11 mar. 1926. p. 1.

<sup>56</sup> Idem. p. 1.

<sup>57</sup> *O Globo*. Rio de Janeiro, 16 mar. 1926. p. 1.

<sup>58</sup> Idem. p. 1.

A fim de evitar as falsificações de atestados, o higienista propôs que o exame fosse realizado por três médicos que fossem de confiança das famílias envolvidas. Além de propor uma junta médica de inspeção, sugeriu que se alterasse o Código Civil e que se estabelecesse a idade mínima para uniões, 18 anos para as mulheres e 21 para os homens, pois dessa maneira os casamentos seriam mais sadios. E assim como alguns de seus colegas também se referiu a favor da instituição do delito de contágio.

O especialista seguinte ouvido por *O Globo* foi o médico Flaminio Fávero, que, além de professor da Faculdade de Medicina de São Paulo, era pesquisador e atuante nas áreas de Medicina Legal e Criminologia. Assim como o convidado anterior, apontou para a possível inexequibilidade da futura lei e também chamou a atenção para outras questões já referidas como os atestados falsificados, que na maioria das vezes eram emitidos por colegas de profissão que punham “a parte o preceito hippocratico, que juraram respeitar, passando atestados que não exprimem a verdade” e por conseguinte “constituindo um dos frutos do entibramento dos princípios da bôa ethica”<sup>59</sup>.

Embora considerasse a chance de fraude, Fávero não deixou de defender o exame e ainda propôs medidas que pudessem evitar as falcaturas. Para ele o Estado deveria escalar médicos de sua confiança para atuarem nos cartórios civis, como forma de surpreender aqueles que pretendiam agir de má fé.

Ainda se referindo aos “preceitos hipocráticos”, o médico fez outro apontamento, relacionado à questão do sigilo médico. Para ele esse ponto poderia pôr em risco a criação da lei do exame pré-nupcial, uma vez que vários profissionais acabariam se silenciando justamente devido ao juramento de não expor a doença de seus pacientes. Como ainda não havia pensado numa solução para esse empecilho, o médico pedia a seus colegas:

Lancem mão de todos os meios lícitos para sustar a realização de um casamento de quem possa ser imminencia de contagio; conselhos ao noivo doente, fazendo-lhes ver os inconvenientes para si e para a família que vae se constituir; se não lograrem ser attendidos, devem empregar até ameaças de revelar o estado mórbido; baldados todos esses recursos e sendo fatal a consummação

---

<sup>59</sup> O Globo. Rio de Janeiro, 30 mar. 1926. p. 1.

do crime, eu não titubeio em dizer-lhes que rompam com o segredo profissional, e assumam inteiramente, sem subterfúgios pouco dignos, a plena responsabilidade do seu acto, do ponto de vista penal, civil ou moral, porque terão, em sã consciência, concorrido para evitar mal maior para a própria sociedade perante a qual assumem o compromisso de respeitar o segredo médico.<sup>60</sup>

A campanha de *O Globo* sobre o exame pré-nupcial acabou se difundindo e outros jornais também fizeram as suas declarações sobre o assunto, algumas favoráveis, outras contrárias, algo aceitável uma vez que a suposta lei iria interferir nos costumes da população e além do mais nem mesmo entre os médicos havia unanimidade em relação a isso. Em Curitiba o *Estado do Paraná* dedicou um artigo ao assunto que segundo o editor vinha “se agitando nos meios científicos”. De acordo com a matéria o tema possuía discordâncias por se tratar de uma “questão muito complexa, por ventura susceptível de profundos abalos moraes na Sociedade”<sup>61</sup>. Pode-se dizer que as discussões iam pondo cada vez mais em evidência os obstáculos para a instituição de tal lei.

Dando continuidade ao seu ponto de vista, o autor prosseguiu afirmando que tal norma não impediria os jovens apaixonados de se unir e “as mãos interesseiras continuarão a dar filhos aos milionários tarados”<sup>62</sup>. Além disso, a matéria questionava a qualidade dos exames realizados, indagando qual visita médica poderia “descobrir nos antepassados de um ser são physicamente a tara que sob uma influencia desconhecida se despertará e conduzirá aos maiores excessos e á insanidade”.

E não pararam por aí os argumentos desfavoráveis, pois, segundo o artigo, os próprios pais, a fim de casar logo suas filhas, poderiam ceder ao exame. Para o autor o melhor meio de transformar o país ainda era a educação:

A educação vale mais do que tudo. O que o exame pré-nupcial poderia evitar seria mais evitado ainda pela educação. Apenas o exame iria dificultar os casamentos, em quanto os elementos de educação conduziriam para outro resultado: para a

---

<sup>60</sup> Idem. p. 1.

<sup>61</sup> Estado do Paraná. Curitiba, 1º abr. 1926. p. 2.

<sup>62</sup> Idem. p.2.

moralização dos costumes e a normalização das relações de sexo a sexo pelo matrimônio.<sup>63</sup>

Assim como o periódico paranaense, *O Paiz* da capital federal, fez as suas ponderações sobre o assunto e para tal, a exemplo de *O Globo*, consultou um especialista do ramo, que neste caso foi o dr. Oscar Clark. Antes de reproduzir as opiniões do entrevistado, o veículo fez questão de considerar que estava “no campo do indeciso das theorias”. Reconhecia que teoricamente a lei traria vantagens, mas também levava em consideração “a applicação pratica desta medida, a sua maior ou menor viabilidade nas condições actuaes da vida nacional”.<sup>64</sup> Feitas as considerações editoriais, a matéria dedicou-se às reflexões do professor que dizia ser a lei, do ponto de vista teórico, “indiscutível e indispensável”. Mas assim como alguns de seus colegas Oscar Clarck reconhecia que alguns entraves poderiam impedir a criação de tal lei. Para ele era preciso considerar que:

Em primeiro logar succede que desgraçadamente, as leis não se cumprem ou cumprem-se mal em nosso paiz.

- ... em segundo logar?

- Vem o máo hábito dos attestados graciosos. A facilidade com que se obtêm esses documentos falsos é conhecida de todo mundo (...) e, infelizmente alguns collegas não exitam em fornecel-os sem cogitarem da grandeza do mal que fazem.

- Acresce (e esta é a terceira razão em que me apoio) que na grande maioria dos casos seria impossivel um diagnostico, consciencioso e exacto, das possíveis moléstias do nubente. Neste imenso Brasil, onde somente as cidades do litoral e algumas do sul do paiz possuem hospitaes e laboratórios, não se podem fazer diagnósticos de real valor científico.

A quarta razão para desconfiar do êxito da lei do exame pré-nupcial reside na observação diária que todos podemos fazer da formidável percentagem de infiéis ao casamento que existe em nosso paiz. A frequência extraordinária dos accidentes venéreos depois do casamento leva-nos a fazer

---

<sup>63</sup> Ibid. p. 2.

<sup>64</sup> *O Paiz*. Rio de Janeiro, 5 e 6 abr. 1926. p. 2.



bem tristes considerações sobre as virtudes sociais da época.

O quinto argumento em que me baseio é o da ausência de educação moral do nosso povo. Já não me refiro apenas aos analfabetos (...). Refiro-me aos que se orgulham de cultos, aos que freqüentaram as escolas secundárias e superiores (...). Conheço vários casos de médicos, estudantes, pharmaceuticos, etc., que não obstante a instrução que receberam faltam lamentavelmente aos mais cominhos preceitos de consciência. Exemplos? Há-os ás dezenas. Um collega meu, de cultura regular, veio consultar-me há tempos. Diagnosticuei *gomma syphilitica da tibia*, e fil-o sciente desse diagnostico. Pois bem: ainda não era decorrida uma semana desde que lhe tinha feito esse aviso e encontrei-o em um cinema com uma senhorita: tinha-se casado! Se os homens cultos, os próprios profissionaes, fazem assim, que não farão os outros?<sup>65</sup>

Como se pôde observar e de acordo com os entrevistados os defensores do exame pré-nupcial teriam ao menos três enormes desafios pela frente. O primeiro consistiria em convencer alguém do legislativo a apresentar um projeto, o segundo se embasaria em aprovar tal projeto e o terceiro seria convencer a população a cumprir a lei, tarefa esta que talvez seria a mais árdua.

Mesmo diante da circulação de opiniões contrárias, *O Globo* continuou manifestando a sua simpatia pela instituição da norma e prosseguiu com a sua campanha em prol desta. Além disso, de acordo com algumas notas veiculadas pela instituição, a iniciativa do jornal continuava a receber elogios de vários setores, sobretudo daqueles ligados à área de saúde, como hospitais que enviavam cartas à redação. A publicação de abril fez questão de repetir trechos de uma mensagem recebida. De acordo com esta carta:

A sociedade dos internos do Hospital São Sebastião, aggremação scientifica que reúne os estudantes que trabalham no hospital do mesmo nome, na ultima reunião de sua directoria, resolveu unanimemente que se officiasse á redacção desse brilhante jornal, felicitando-o pela nobre e

---

<sup>65</sup> Idem. p. 2.

patriótica iniciativa em prol do exame medico pré-nupcial.<sup>66</sup>

A campanha de *O Globo* continuava e o convidado da vez foi o dr. Waldemar Berardinelli, um dos maiores endocrinologistas do Brasil e pesquisador de biotipologia<sup>67</sup>. Este também defendeu o exame, mas reconheceu que tal regulamento teria grandes chances de ser descumprido. Segundo o médico o maior problema residia na esfera afetiva, uma vez que “factos de sentimento só obedecem as lei naturais”<sup>68</sup>. A solução segundo Berardinelli seria tornar a lei do exame, antes mesmo de ela ser positivada, uma lei natural a partir da educação.

A ideia era induzir as pessoas a exigir de seus noivos o atestado, sem que se necessitasse de uma norma para isso, para tal era necessário instilar valores nas famílias, nas pessoas e na sociedade. Ainda de acordo com o médico a melhor maneira de atingir esse objetivo era investir em educação e propaganda, era preciso antes de qualquer intervenção esclarecer a população sobre a serventia do exame.

Para ele era necessário que se fizesse com o exame pré-nupcial “uma ampla, uma forte, uma longa campanha de propaganda”. E acrescentava: “Isso por todos os meios: imprensa, literatura, palestras, conferencias, cinematographo, radio-telephonia, etc.”<sup>69</sup>

Também indo de encontro com esse assunto a edição de maio de 1926 da Revista de Medicina de São Paulo publicou as opiniões de Paulo de Godoy acerca da instituição do exame na Turquia. Para o autor a lei adotada era “sábua e profundamente patriótica”. Além disso, aproveitou ele para reclamar:

Em todos os paizes ciosos da raça e da nacionalidade, ha a obrigatoriedade do exame pré-nupcial. Nas repúblicas do Prata o encontramos na Argentina, Uruguai e, mesmo, no pequenino México.

Só a República do Brazil, moça peralta e sentimental, não cuida desse grande elemento para a Eugenia da raça.

Lamentável. Dolorosamente lamentável.

---

<sup>66</sup> O Globo. Rio de Janeiro, 10 abr. 1926. p. 6.

<sup>67</sup> Estudo das constituições temperamentos e caracteres; biologia diferencial; tipologia. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. 3ª ed. Curitiba: Editora Positivo, 2004. p. 299.

<sup>68</sup> O Globo. Rio de Janeiro, 12 abr. 1926. p. 1.

<sup>69</sup> Idem. p. 1.

Pôr isso, nosso paiz que necessita de muitos braços para povoar e cultivar o seu imenso território, ainda inexplorado e virjem do machado e da locomotiva, vê diariamente crescer a percentagem da nati-mortalidade. E pior. E mais tristemente dolorozo. Vê aumentar assustadoramente o numero de maus nascimento: creanças taradas, raquíticas, degeneradas. Elementos inúteis e prejudiciais à raça e à sociedade.<sup>70</sup>

As declarações do médico deixam bem claro como a defesa pelo exame pré-nupcial vinha acompanhada pelo ideal eugênico, uma vez que ambas as práticas estavam preocupadas com o futuro dos brasileiros.

A notícia sobre a obrigatoriedade do exame adotada pelo México, apontada na citação acima, ao que tudo indica, chegou atrasada ou demorou a repercutir na imprensa diária, pois somente em junho de 1926, é que foi noticiada a criação da lei mexicana. Como era de se esperar *O Globo* fez diversos elogios ao novo código sanitário do país, fato que foi considerado uma “sábria medida”<sup>71</sup>. Outro jornal a demonstrar o seu apreço por tal atitude foi a *Folha da Manhã*, que assim definiu a adoção da norma:

Medida de elevado alcance social, evitará que pela união de dois individuos de saúde imperfeita, elementos mesquinhos, por doente ou tarados, venham concorrer com o depauperamento da raça. Oxalá entre nós, idêntica providencia pudesse ser adoptada. Muita desgraça intima se preveriria, muitos males sociaes se evitariam e as gerações fururas se iriam formando robustas e sadias. E' sábio o governo mexicano...<sup>72</sup>

As notícias, sobre a adoção do exame pré-nupcial em diversos países davam mais ânimo e esperança àqueles que defendiam tal medida no Brasil, e dessa maneira seguia a campanha que ia conquistando cada vez mais adeptos.

Coincidentemente ou não no dia seguinte à notícia da nova lei mexicana foi publicada em *O Globo* mais uma matéria em prol do exame e como de costume com um novo convidado, que segundo o

---

<sup>70</sup> GODOY, Paulo de. op. cit. P. 2.

<sup>71</sup> *O Globo*. Rio de Janeiro, 8 jun. 1926. p. 1.

<sup>72</sup> *Folha da Manhã*. São Paulo, 11 jun. 1926. p. 7.

periódico era professor livre de “nossa Faculdade de Medicina”, o dr. Américo Valério. Assim como os demais entrevistados expôs as suas opiniões que também eram favoráveis à instituição do exame.

Américo Valério também partilhava da opinião de que nas situações em que houvesse o risco de um contaminado contrair matrimônio, o sigilo médico deveria ser rompido. De acordo com ele este tipo de delação não se tratava de “violência contra a liberdade individual”. E pedia ainda “que todos concorram e favoreçam essa grande, e imensa obra de redenção do gênero humano, sagrada obra de hygiene social!”<sup>73</sup>. Além da quebra do segredo profissional, Américo Valério parecia concordar com Fernando Magalhães, quando afirmou:

“O exame pre-nupcial criterioso, a therapeutica medica ou cirurgica apropriada, – e a cirurgia hoje está no apogêo –, a esterelisação dos anormaes, reconduzirão a especie humana ao seu padrão normal. A seleção se impõe. A vida é dos mais aptos e dos mais fortes.”<sup>74</sup>

Após uma pausa na campanha, que durou quase um ano, *O Globo* voltou a se manifestar sempre seguindo sua própria formalidade nas matérias, isto é, com algumas considerações iniciais do(s) editor(es) seguidas das opiniões de seus convidados. O convidado que rompeu o intervalo na defesa pelo exame do referido jornal foi o dr. Ernani Lopes, presidente da Liga Brasileira de Hygiene Mental. Segundo o entrevistado o exame pré-nupcial fazia parte do programa e dos estatutos da Liga, além disso, ele pedia a atenção dos legisladores e recordou que existem empecilhos, mas estes não eram suficientes para anular a criação da lei. E, se Renato Kehl já havia descartado essa discussão, Ernani Lopes fez questão de se referir às preocupações em torno dos constrangimentos que a adoção do exame poderia causar. Para ele o “obstáculo que representaria o pudor feminino, em face ao exame medico, ou, melhor, de certos pormenores delle” poderia ser resolvido estabelecendo “a obrigatoriedade apenas para o sexo masculino, com se fez no Estado norte-americano de Luisiana”.<sup>75</sup>

As discussões e os apelos que se faziam aos legisladores, para que criassem leis em prol da raça e do futuro do país, parecem ter

---

<sup>73</sup> O Globo. Rio de Janeiro, 9 jun. 1926. p. 1

<sup>74</sup> Idem. p. 1.

<sup>75</sup> O Globo. Rio de Janeiro, 12 mai. 1927. p. 2.

surtido efeito, pois em outubro de 1927 a *Folha da Manhã*<sup>76</sup> e *O Globo* noticiaram que a proposta do exame pré-nupcial seria analisada pela Comissão de Saúde Pública da Câmara Federal. *O Globo*, que estava mais engajado na campanha, acabou dando mais destaque à notícia e ainda aproveitou para elogiar a iniciativa do deputado dr. Amaury de Medeiros, que se responsabilizou por criar uma proposta alternativa para a instituição do exame, porque, naquele momento, reconhecia ele, devido uma série de “circunstancias imperiosas, essa medida não poderá ser tornada obrigatória”.<sup>77</sup>

Após a iniciativa do dr. Amaury de Medeiros, que também era médico sanitário, *O Globo* fez questão de entrevistá-lo a fim de ouvir as suas opiniões. De acordo com o médico, não havia questionamento com relação às vantagens da adoção do exame, o problema a seu ver era o mesmo que compartilhavam alguns de seus colegas: “O obstáculo está na formula pratica de pôr em execução magnífica these.”<sup>78</sup> O parlamentar aproveitou ainda para apontar alguns dos empecilhos e as possíveis soluções. Com relação ao amor, fato já destacado por outros especialistas, ele afirmou que a ideia não era impedir o casamento, mas sim adiar até que o contaminado obtivesse a cura. Em resposta aos críticos da criação da lei do exame, pois este fatalmente iria contra as liberdades individuais, o deputado afirmou que estas pessoas se tratavam de protetores da “livre indústria da imbecilidade”, pois, “proclamam a oficialização do cílio”<sup>79</sup>. Ainda de acordo com ele seria provável encontrar resistência entre alguns eclesiásticos que prezavam pela “pureza espiritual que deve presidir o casamento”, mas isto também poderia ser contornado.

Amaury de Medeiros também reconheceu que um dos maiores entraves à instituição da lei seria a insuficiência de médicos, principalmente no interior do país. Por isso, a sua proposta seria criar uma norma que instituísse o exame pré-nupcial facultativo, ou seja, sempre que uma das partes exigir. A seu ver “uma lei radical, portanto, agora, estaria fadada ao insucesso, não poderia ser cumprida e propol-a seria contribuir para a desmoralização das leis (...)”<sup>80</sup>.

Para concluir, o deputado assim se manifestou:

---

<sup>76</sup> Folha da Manhã. São Paulo, 15 out. 1927. p. 1.

<sup>77</sup> O Globo. Rio de Janeiro, 14 out. 1927. p. 1.

<sup>78</sup> O Globo. Rio de Janeiro, 24 out. 1927. p. 1.

<sup>79</sup> Idem. p. 1.

<sup>80</sup> Ibid. p. 2.

Não sei qual será a marcha do projecto na Camara. Eu o estou redigindo após copiosa leitura e com o intuito de torná-lo viável. Não tenho nenhum entusiasmo pelos interesses imediatos, nem a ambição pelas compensações rápidas, mas tenho horror a trabalho inútil; por isso pesei bem as dificuldades e prefiro falar nellas que nas seducções da doutrina.<sup>81</sup>

Na edição vespertina de 8 de novembro de 1927, *O Globo*<sup>82</sup> publicou um esboço do projeto de Amaury de Medeiros. Como apontado anteriormente a ideia era tornar o exame facultativo, mas este poderia ser exigido por terceiros caso ocorresse alguma denúncia que partisse de uma pessoa idônea. Ainda de acordo com o plano, os noivos deveriam apresentar atestados realizados em até cinco dias antes do matrimônio. Além de outros pormenores, o projeto listava algumas das moléstias que poderiam impedir as uniões, dentre as quais são citadas sífilis, lepra, tuberculose, epilepsia e outras.

Como a intenção não era proibir os casamentos e sim a reprodução de pessoas doentes, o projeto ainda previa que os noivos impossibilitados de casar na ocasião escolhida poderiam se candidatar novamente após seis meses passados do último exame. O projeto parecia amarrar todas as questões em torno do exame, prevendo inclusive punições àqueles que transgredissem as leis, fossem os noivos ou os médicos que atestassem em falso.

Algo que chama a atenção da referida proposta é o fato de que a lei dispensaria, por motivos óbvios, a apresentação do atestado nos locais onde não existiam médicos. Medida questionável, para aqueles contrários a instituição do exame, afinal qual seria a relevância de se criar um código que seria aplicado apenas em parte do país. Além disso, essa norma acabaria perdendo algumas características próprias, como a da generalidade, que se refere ao fato de que as leis devem valer para qualquer um sem distinção; e a da imperatividade que se ocupa de impor aos destinatários a obrigação de obedecer.

Independente das críticas e atendendo ao apelo de uma parcela da população, o deputado Amaury de Medeiros apresentou o seu projeto ao *O Globo* ainda no mês de novembro de 1927.

---

<sup>81</sup> Ibid. p. 2.

<sup>82</sup> *O Globo*. Rio de Janeiro, 8 nov. 1927. p. 1.

Art. 1º Alem dos documentos mencionados no art. 180 do código civil, para a habilitação ao casamento devera figurar um certificado medico datado de cinco dias, no maximo antes do acto, sempre que o pae, tutor ou curador de um dos nubentes menores, ou delles directamente, notificar ao juiz o desejo de “ um exame medico pré-nupcial”, ou houver denuncia fundamentada por pessoa idônea de que um dos contraentes tem defeito physico irremediável ou doença grave transmissível ao outro cônjuge ou a prole.

*Parágrafo único* – consideram-se doenças graves transmissíveis ao outro cônjuge ou á prole, para os effeitos do artigo supra: a tuberculose aberta, a lepra, a syphilis contagiante, a blenorragia, o cancro venéreo, a epilepsia confirmada, a idiotia, a imbecilidade e a alienação mental sob qualquer de suas formas.

Art. 2º O juiz guardará reservas sobre o motivo que levou a exigir o exame medico pré-nupcial, ficando a seu critério, no caso da denuncia, o julgamento da idoneidade do denunciante.

Art. 3º O exame medico será realizado por um clinico indicado pelos nubente e aceito pelo juiz e, na falta deste, por peritos escolhidos entre os clínicos dos serviços de saúde publica.

*Parágrafo primeiro* – Para os nubentes do sexo feminino o exame se limitará as praticas da clinica geral e as provas de laboratório, a menos que a gravidade da denuncia imponha a necessidade de provas gynecologicas.

§ 2º – Deante de um certificado medico que implique no veto ao casamento, o nubente que se julgar prejudicado poderá recorrer ao juiz, que designará dous outros peritos para o novo exame. Se o segundo certificado ainda for contrario ao casamento novos exames só poderão ser feitos com intervallos de seis mezes.

Art. 4º Quando o casamento se tiver realizado sem exame medico pré-nupcial e um dos nubentes fizer prova de um dos motivos que teriam impedido o contrato será anullavel nos termos dos arts. 218 e 224 do código civil e, se tiver havido contaminação o cônjuge culpado será responsável por uma indenisação correspondente ao

tratamento da victima ou passível das penas constantes do capitulo V, titulo X, do livro II do Código Penal, referente aos delictos corporaes, salvo se a victima a isto se oppuzer.

Art. 5º Quando o casamento se tiver realizado em face de um attestado medico favorável e se verifiquem as mesmas hyphoteses previtas no artigo anterior, o medico attestante será passivel das disposições do Código Penal, que se referem a imperícia ou falso testemunho (arts. 306 e 262);

Art. 6º Quando na jurisdição da autoridade que tiver de realizar o casamento não houver medico, o exame poderá ser dispensado, justificando-se no processo a impossibilidade de realis-o. Se, porem, a doença for notória o exame será exigido.

Art. 7º Fica o governo autorisado a organizar onde e quando jugar conveniente, nos seus centros sanitários, consultórios gratuitos especiaes, orientar ou realizar tratamento conveniente, fornecer certificados para effeito do casamento e redigir conselhos a serem distribuído systematicamente pelos officiaes do registro civil aos candidatos ao matrimonio.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrario.<sup>83</sup>

Como o assunto estava em evidência, *O Globo* aproveitou para relembrar que o exame já fora previsto pelo decreto nº 181, já mencionado, e que Clóvis Beviláqua, – um dos mais importantes juristas brasileiros, também responsável pelo projeto do Código Civil de 1916 –, até via com bons olhos o estabelecido na norma, mas não chegou a defender a causa, porque de acordo com o jornal sua cultura liberal não o deixava “a ir ao extremo da adoção do exame pre-nupcial”<sup>84</sup>.

O projeto do deputado Amaury de Medeiros também foi bem recebido por Alfredo Bernardes e Helvécio de Gusmão, responsáveis pela redação do caderno jurídico da *Gazeta de Notícias*. A nota que se referiu ao assunto, primeiramente parabenizou a iniciativa e o esmero do médico, depois pediu ao congresso que aprovasse a proposta e por último aproveitou também para fazer algumas sugestões, abaixo reproduzidas.

<sup>83</sup> O Globo. Rio de Janeiro, 16 nov. 1927. p. 1.

<sup>84</sup> O Globo. Rio de Janeiro, 18 nov. 1927. p. 1.



Se nos fosse permitido lembraríamos, apenas, um accrescimo que reputamos representar a necessidade precisamente idêntica ao exame médico, ou melhor, á prova de sanidade physica dos futuros cônjuges. Referimo-nos á exigência da prova de sanidade moral, isto é, estabelecer-se, ao lado do exame pré nupcial, a obrigação dos nubentes offerecerem tambem as suas respectivas folhas corridas, comprobativas de que se acham isentos de culpa e pena.

Aqui fica a deixa...<sup>85</sup>

A sugestão provavelmente está ligada às teorias do médico Cesare Lombroso, que passou a relacionar as características, físicas, fisiológicas e psicológicas dos indivíduos à criminalidade. Dessa forma muitos acreditavam que infratores gerariam mais infratores, logo a apresentação de um documento com os antecedentes criminais evitaria a união entre a bandidagem.

Após comemorarem a publicação do projeto, os defensores puderam festejar a aprovação da proposta a ser julgada pela Câmara dos Deputados. As notícias sobre o assunto que repercutiam pelo país faziam com que algumas pessoas se indagassem se ainda existia a necessidade de discutir adoção do exame obrigatório e se este também não acabaria resolvendo ainda que em parte outros problemas como o da infância abandonada, por exemplo. Maurice A. Filho, autor dos questionamentos apontados no *Jornal Pequeno*, ainda acreditava que os empecilhos à aprovação do projeto deviam-se à “organisação actual da sociedade, eivada de preconceitos, arranhada de susceptibilidade, e, sobretudo ankilesada [sic] de analphabetismo”<sup>86</sup>.

Mesmo com o projeto em discussão *O Globo* continuou a alimentar a sua campanha, afinal ainda era necessário convencer a população dos benefícios desta prática e os parlamentares para que aprovassem a normatização.

Com o dispositivo em trâmite na câmara as matérias que defendiam a criação da lei se tornaram mais curtas e saíram da primeira página pelo menos até o final da década de 1920, exceção feita à matéria em que se destacou o pensamento do médico Oscar Coelho de Souza<sup>87</sup>, que reafirmou a vantagens eugênicas do exame e alertou para o aumento

<sup>85</sup> Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro 20 nov. 1927. p. 6.

<sup>86</sup> Jornal Pequeno. Recife, 15 dez. 1927. p.1.

<sup>87</sup> O Globo. Rio de Janeiro, 04 jun. 1928. p. 1.

considerável da incidência de doenças venéreas entre casados. Nos demais artigos o jornal continuava a lembrar seus leitores sobre a continuidade do debate na câmara, sobre a adesão à causa de pessoas ou instituições como o Partido Trabalhista do Distrito Federal e sobre as vantagens do exame pré-nupcial, mas não com a intensidade que se viu nos anos iniciais.

*O Globo* de setembro de 1928<sup>88</sup> parecia tentar resgatar o debate sobre o exame e para isso pediu alguns apontamentos por parte da Igreja Católica, segundo a matéria o jornal teria enviado cinco questões que deveriam ser respondidas pelo padre João Gualberto. No mês seguinte, entretanto parece que o religioso preferiu se omitir em relação a este assunto, uma vez que não foi encontrada nenhuma das respostas solicitadas nas edições de outubro. Embora não tenham sido localizadas referências às posições da igreja, o jornal publicou alguns dias depois da solicitação aos clérigos, uma enorme matéria sobre a concordância com o projeto pela Comissão de Justiça da Câmara. O responsável pelo parecer dessa vez foi o político e jurista Marcondes Filho, que concordou plenamente com o art. nº 1 do projeto de Amaury de Medeiros. Segundo ele:

Facultando a exigência do exame pré-nupcial, o projecto tem alto mérito de fixar normas favoráveis para uma razoável resolução do problema eugenico, restabelecendo com maior utilidade mas com a prudencia e a moderação necessárias medidas que já figuraram em nossa lei.

No presente não estamos preparados para uma medida mais radical, que as verificações eugenicás ainda não comportam e que despertaria uma justificável e invencível opposição, como também constituiria mesmo um constrangimento aos nossos costumes e a principios de ordem moral e sentimental e jurídica inteiramente acatáveis que a lei removeria mecanicamente.<sup>89</sup>

Embora o jurista concordasse com o primeiro artigo, o mesmo não ocorria com outros conteúdos. Com relação às possíveis denúncias por terceiros houve discordância como se pode observar na citação abaixo. Além discordar de alguns pontos do projeto, Marcondes Filho

<sup>88</sup> O Globo. Rio de Janeiro, 28 set. 1928. p.1.

<sup>89</sup> O Globo. Rio de Janeiro, 1º out. 1928. p. 4.

aproveitou para se referir ao despreparo de alguns juizes de paz, fato este que também poderia desencadear um empecilho na hora de registrar as uniões.

Não nos parecem totalmente aconselháveis essas disposições. Conceder o direito de denuncia a qualquer pessoa, deixar a idoneidade do denunciante ao critério do juiz e este, com a obrigação de sigillo, seria uma facilitação talvez perigoza. Não se veja nestas palavras o menor despreço a magistratura. Infelizmente, na maior parte do paiz, o casamento não está a cargo da magistratura. Em quase todo o paiz aos juizes de paz compete essa função, mas não se lhes exige a cultura e preparo que o melindro do assumpto requer para uma decisão que vae attingir tão de perto a família.<sup>90</sup>

Marcondes Filho ainda fez uma série de outros apontamentos como aumentar a validade do atestado de cinco para quinze dias e a diminuição no prazo de espera de seis para três meses para realização de novo exame pré-nupcial, nos casos em que houvesse impedimento.

No início de dezembro de 1928, o grande idealizador do projeto do exame pré-nupcial, o deputado Amaury de Medeiros, faleceu em um episódio que ficou conhecido como o “maior desastre da aeronáutica brasileira”<sup>91</sup>. O parlamentar encontrava-se em um hidroavião com destino a uma festa de boas-vindas a Santos Dumont, quando a aeronave caiu próximo a Ilha das Cobras e 14 pessoas morreram. A imprensa obviamente rendeu homenagem aos falecidos, mas passado o luto os jornais continuaram a lembrar que o projeto de instituir o exame pré-nupcial ainda tramitava na Câmara e precisa de atenção.

A morte de Amaury de Medeiros não foi suficiente para que os defensores do exame pré-nupcial desistissem da causa. E, se na capital do país esse assunto se tornava cada vez mais conhecido, parece que em outras regiões o mesmo não ocorria. Decorridos alguns dias da morte do deputado *O Imparcial* de São Luís publicou uma matéria com o intuito de propagar a defesa do exame, porque de acordo com o autor do texto as pessoas desconheciam sobre o assunto. Além da ignorância de alguns, havia a resistência de outros. A estes assim se referiu C. Lopes, autor do artigo:

---

<sup>90</sup> Idem. p. 1.

<sup>91</sup> O Globo. Rio de Janeiro, 3 dez. 1928. p. 1.

E' inconcebível, de facto, para a mediocridade balofa que dorme na vesania de um conservantismo em revolta contra toda a evolução, aferrado a velhas normas a que pretende imprimir feição de estabilidade que o critério científico não comporta nem tolera, a ideia de um tal exame, que o puritanismo atrasado, precedido pela escolha de uma ignorância que os séculos não puderam abater, classifica de immoral.<sup>92</sup>

Além fazer suas críticas aos “antiquários e moralistas”, o autor ciente da falta de informação de seus leitores explicou os detalhes do exame e quais seriam as vantagens, assuntos já discutidos por outros jornais como foi possível acompanhar até o momento. Entretanto, vale apontar que *O Imparcial* dedicou não apenas uma, mas duas matérias para informar seus leitores e no artigo *O casamento e o exame pré-nupcial II*, foi possível verificar no autor certa predisposição à eugenia negativa, uma vez que este admitiu que se deveria sim proibir o casamento aos:

Doentes de corpo e de espírito, os cacoplastas, os deformados, os portadores de monstruosidades e aleijões, os geradores de aborto e de martyres e todos reconhecidamente capacitados de transmitir a descendência graves infecções permanentes.<sup>93</sup>

Enquanto outros veículos da imprensa começavam a discutir a questão do exame pré-nupcial, no ano de 1929 *O Globo* deu uma moderada na veiculação de matérias sobre o assunto, ocasionalmente publicava em pequenos espaços sobre uma instituição, conferência ou tese que se dedicava defender ou debater sobre tema, mas nada com tanto destaque como havia feito nos anos iniciais da campanha. Exceções feitas à notícia sobre a realização do I Congresso Brasileiro de Eugenia e sobre a ideia do acadêmico de medicina Sthenio Dantas, de criar Liga Acadêmica Pró Melhoramento da Raça, medida que de acordo com o jornal “merece todo o apoio não só dos collegas a quem particularmente se dirigiu, mas de todos os brasileiros conscios dos seus deveres de cidadãos”<sup>94</sup>. Ainda de acordo com a matéria a primeira meta da Liga seria promover a lei do exame médico pré-nupcial obrigatório.

---

<sup>92</sup> *O Imparcial*. São Luís do Maranhão, 9 dez. 1928. p. 5.

<sup>93</sup> *O Imparcial*. São Luís do Maranhão, 12 dez. 1928. p. 8.

<sup>94</sup> *O Globo*. Rio de Janeiro, 30 set. 1929. p. 5.

A *Folha da Manhã* que ocasionalmente se referia ao assunto continuou no mesmo ritmo, mas acabou dando aos seus artigos um pouco mais de destaque do que as notas que vinha publicando *O Globo*. Em fevereiro de 1929 publicou-se um artigo intitulado *A syphilis e o exame pré-nupcial*, que alertava para os perigos que o treponema poderia causar e sobre as vantagens do exame. P. G, autor do artigo, dizia:

Não basta a educação sanitária, que a mentalidade do nosso povo não compreende; não bastam os “Centros de Saúde” onde se trata as moléstias; não bastam os serviços de hygiene pré e post natal. E’ necessário um meio mais violento, mais enérgico, para obrigar o individuo inculto e analfabeto a proteger a sua esposa, a defender seus filhos do mal que corróe, que o morde, que o degenera.<sup>95</sup>

Em junho do mesmo ano, o jornal publicou no caderno médico um artigo que defendia o exame. Para o autor da matéria as pessoas deveriam se mostrar satisfeitas “que em todo o mundo civil faça agora questão do exame pré-nupcial”<sup>96</sup>. Além de outras considerações sobre a transmissibilidade das doenças para os filhos, foi reproduzida uma carta elaborada pela Cruz Vermelha da Bélgica.

Conselho aos noivos

Em caso de ambos não estardes em boa saúde vosso consorcio não poderá ser nem prospero nem feliz, porquanto a doença do marido leva á miséria, e a da mulher a desordem ao lar domestico. Ademais, algumas doenças transmittem-se de um cônjuge ao outro e dos paes aos filhos.

E’ pois necessário, antes de vos casares peçais a um medico de vossa confiança de examinar-vos a fundo e dar-vos o seu parecer, que será logo vosso dever communicar-vos. Vossa responsabilidade seria muito grave se descuidasse de fazel-o podeis ser duramente castigados vós mesmos ou vossos filhos.

Os medicos estão atados pelo segredo profissional: elles não podem sem vosso formal

<sup>95</sup> Folha da Manhã. São Paulo, 22 fev. 1929. p. 5.

<sup>96</sup> Folha da Manhã. São Paulo, 28 jun. 1929. p. 6.

consentimento, repetir a ninguém as vossas confidencias, e os resultados dos seus exames.

Se o medico aconselhar o adiamento do matrimonio por motivos de saúde, escutae a voz da sciencia e da consciência. Vossa contrariedade, sem duvida, será grande porém, seria muito maior no caso que daquela união na qual esperais achar a felicidade devesse pelo contrario manar uma fonte perenne de dores e de enfermidades para vós ou para vossos filhos!

Alias, no maior numero de casos poderá dar-vos um parecer favorável e assim realizareis com toda a confiança o projecto que acariciais.<sup>97</sup>

Além da reprodução da carta, em outra edição a publicação mencionou o que chamou de uma “interessante” iniciativa que havia sido tomada no Chile. De acordo com a notícia, o governo chileno criaria centros de consulta matrimoniais, que não se tratavam de agências de casamento e “sim locais, de caracter scientifico, destinados a responder á consulta pessoal sobre a aptidão para o matrimonio”<sup>98</sup>. Ainda segundo a matéria esses locais seriam criados primeiramente nas principais cidades para atender a todos, mas por questões logísticas seriam destinados três dias para atender os homens e dois para as mulheres. O projeto também não previa a distribuição de atestados, mas conselhos médicos, a ideia era estimular as pessoas a terem mais cuidado, sobretudo antes de se casarem.

O periódico ainda fez uma ou outra referência ao tema principalmente quando noticiava eventos ligados à área de medicina, mas o debate sobre o exame pré-nupcial só ganhou um novo fôlego com a chegada da década de 1930.

A Conferência do Rotary Clube ocorrida na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1930, foi notícia n’*O Globo* e na *Folha da Manhã*, isso porque na ocasião resolveu subir à tribuna o médico Leonídio Ribeiro, que se dedicou a falar sobre a necessidade de instituir no Brasil a lei do exame pré-nupcial.

Enquanto a *Folha da Manhã*<sup>99</sup> qualificou a conferência como interessante e limitou-se a reproduzir partes do que havia dito o dr.

---

<sup>97</sup> Idem. p. 6.

<sup>98</sup> *Folha da Manhã*. São Paulo, 10 nov. 1929. p. 2.

<sup>99</sup> *Folha da Manhã*. São Paulo, 22 fev. 1930. p. 5.

Leonídio, *O Globo* usufruiu de seu espaço para fazer uma consideração sobre lentidão dos políticos.

Existe no congresso desde o anno de 1928 um projecto do saudoso professor doutor Amaury de Medeiros sobre o assumpto, o qual está ali esquecido no seio de suas comissões, e com parecer favorável do deputado paulista Marcondes Filho. Para que a iniciativa daquelle brasileiro não fique ainda por muito tempo no esquecimento é preciso, de quando em vez, lembrar a necessidade de crear entre nós o exame pré-nupcial.<sup>100</sup>

Feitas as considerações editoriais o jornal também reproduziu algumas considerações do dr. Leonídio Ribeiro, que continuava a defender veemente o exame. Pois a seu ver

mais valeria tornar os nossos quarenta milhões de brasileiros em indivíduos no apogeu de sua saúde e vitalidade do que esperar que ella seja o dobro mas conservando uma grande percentagem de inválidos e doentes como acontece em nossos dias<sup>101</sup>.

Além desta e de outras reflexões, o médico aproveitou para pedir aos membros do Rotary Clube que se juntassem à campanha em prol do exame pré-nupcial.

Dando continuidade ao debate em torno do exame, Paulo de Godoy, em matéria de maio de 1930 para o *Folha da Noite*, falou sobre um caso judicial decidido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Segundo ele o caso foi extremamente exemplar e de grande interesse social. De acordo com o artigo, uma mulher resolveu procurar a justiça a fim de anular seu casamento, porque seu marido havia contaminado com sífilis ela e seu bebê, “que nascera raquítico, degenerado”<sup>102</sup>. Percebe-se que quando mencionou este fato o autor já vinha escrevendo há algum tempo em prol do exame pré-nupcial e da eugenia e por isso tinha como intenção tornar a situação um exemplo para aqueles que resistiam à instituição da lei, afinal este problema sequer teria acontecido caso existisse tal norma, pois os atestados teriam impedido o matrimônio.

Paulo de Godoy ainda fez questão de elogiar os juristas que deram o parecer favorável à esposa, e também aproveitou para se referir

---

<sup>100</sup> O Globo. Rio de Janeiro, 21 fev. 1930. p. 1.

<sup>101</sup> Idem. p. 1.

<sup>102</sup> Folha da Noite. São Paulo, 31 mai. 1930. p. 3.

ao tribunal que acertadamente levou, pela primeira vez, em consideração:

(...) os altos interesses da sociedade e, portanto da raça, que o Código Brasileiro lamentavelmente não cojita. Felizmente o Tribunal preferiu as razões raciaes defendendo a sociedade contra o individuo, defendendo a raça contra a hereditariedade mórbida.<sup>103</sup>

À medida que o debate sobre o exame voltou à tona a imprensa passou a cobrar dos deputados o andamento do projeto de Amaury de Medeiros. O caráter investigativo e informativo dos jornais levavam-nos a indagar os parlamentares sobre quais eram as razões de o projeto ainda estar em trâmite, afinal de acordo com a *Folha da Manhã* não existiam “motivos ponderáveis, [para] contestar a razão aos que propugnam a instituição dessa providencia acauteladora a saúde da raça (...)”<sup>104</sup>.

A discussão que vinha ocorrendo nos meios jornalísticos também atingiu a radiodifusão e *O Globo* fez questão de reproduzir partes da primeira conferência sobre o exame pré-nupcial realizada nas quartas-feiras pela rádio Clube do Brasil, sediada na capital federal. O dr. José de Albuquerque, clínico da cidade, ficou com a responsabilidade de ministrar tais conferências, que foram divididas em cinco momentos, assim determinados pelo médico.

1ª considerações gerais;

2ª o exame pré-nupcial como base da economia privada e, por conseguinte, como factor fundamental da economia nacional;

3ª os falsos caminhos para conseguir do povo a pratica sistemática do exame;

4ª os verdadeiros meio de se conseguir do povo a pratica espontânea sistemática do exame;

5ª ficaria a critério dos ouvintes que escolheriam o tema ou enviariam perguntas.

Com exceção da quinta conferência, as demais foram publicadas n’*O Globo*. E como foi apontado na citação anterior a primeira explanação tinha como principal objetivo fazer considerações gerais e portanto não havia nenhuma informação diferente das que já foram contempladas até então.

---

<sup>103</sup> Idem. p. 1.

<sup>104</sup> *Folha da Manhã*. São Paulo, 13 jun. 1930. p. 2.



Concomitante às palestras ou às conferências que se faziam sobre o exame pré-nupcial, seja na rádio, seja em espaços físicos, os jornais noticiavam algumas das investidas do deputado Oscar Fontanelle, que frequentemente cobrava a retomada da análise do projeto de Amaury de Medeiros e aproveitava para pedir que se voltasse à análise de seu projeto sobre “Delicto de Contaminação, sobre a Obrigatoriedade do ensino da hygiene individual e sexual”<sup>105</sup>.

As conferências transmitidas pela rádio Clube do Brasil e reproduzidas por *O Globo* prosseguiram em seu ritmo sempre levando em consideração os prós do exame pré-nupcial, que segundo José de Albuquerque englobaria inclusive a esfera econômica. Para esse médico crianças doentes tinham grandes chances de dar mais despesas do que o normal. De acordo com o clínico as crianças vítimas da herança de seus progenitores necessitavam de maiores cuidados e consequentemente estes “se vêem a braços com os estabelecimentos pharmaceuticos desde o primeiro dia de sua vida, ingerindo quasi que sem intermitência toda uma gama de remédios, muita vez de altos preços (...)”<sup>106</sup>.

Ainda segundo o médico os frutos destas concepções “disgênicas” estavam fadados a ter um desempenho ruim nos estudos por causa da debilidade e também quando jovens demoravam a conquistar independência financeira, ficando mais tempo na casa de seus pais. Afora a questão da economia doméstica, o conferencista ainda se refere ao prejuízo que essas pessoas dariam ao país, pois em vez de produzir estariam onerando o Estado. De acordo com sua opinião:

Os indivíduos que nascem e se desenvolvem sob o jugo de estados mórbidos, são e serão sempre um peso morto, que a sociedade tem que amparar e defender<sup>107</sup>.

Nas terceira<sup>108</sup> e quarta<sup>109</sup> conferências o clínico discutiu sobre as possibilidades de ocorrências de fraudes, e nesse ponto José de Albuquerque parecia concordar com alguns colegas já citados, isto é, ele e outros admitiam a possibilidade de desrespeito à norma, fosse através atestados falsos, fosse pela desobediência, pois muitos acabariam se unindo a seus pretendentes de maneira informal mesmo. Portanto, a

---

<sup>105</sup> Folha da Manhã. São Paulo, 20 jul. 1930. p. 3.

<sup>106</sup> O Globo. Rio de Janeiro, 14 jul. 1930. p. 5.

<sup>107</sup> Idem. p. 1.

<sup>108</sup> O Globo. Rio de Janeiro, 30 jul. 1930. p. 11.

<sup>109</sup> O Globo. Rio de Janeiro, 14 out. 1930. p. 7.

obrigatoriedade seria um erro, pois a inobservância da lei deveria acarretar punições aos transgressores, e isso acabaria exigindo mais do governo que, sem saber se daria conta de fiscalizar a comprovação do atestado nupcial, teria ainda que se preocupar com as sanções a serem estabelecidas e executadas.

Além disso, para o conferencista a imposição acabaria contribuindo para o aumento das uniões informais, uniões estas que acabariam prejudicando as mulheres, pois em casos de separação elas ficariam desassistidas. Afirmava o dr. José de Albuquerque:

Muitos mais danos soffrem os organismos dos filhos das mulheres unidas illegalmente, pois, enquanto que a mulher casada civilmente tem a assistencia de seus filhos legalmente garantida (...); a mulher unida livremente quando tem sua união desfeita fica completamente desamparada, de toda e qualquer protecção pecuniária, para a garantia de subsistência de sua prole.<sup>110</sup>

Por um curto período os jornais que levavam aos seus leitores as discussões em torno do exame pré-nupcial deixaram de se referir a esse assunto porque outras questões acabaram se tornando mais importantes. Desde o começo de outubro o Brasil havia entrado em um período politicamente conturbado, envolvendo inclusive ações militares que culminaram com um golpe de estado em novembro do mesmo ano. A tomada de poder liderada por Getúlio Vargas deu início a um novo período na história da política brasileira, devido à série de princípios que foram adotados.

Por conta da proporção dos acontecimentos os jornais passaram a dedicar suas páginas a noticiar as alterações que vinham sendo praticadas pelo governo provisório de Vargas. As discussões em torno da política, da economia, das legislações sociais que iam se alterando, conforme se verificou com a ampliação dos direitos trabalhistas; o intervencionismo militar, o descontentamento com o governo, a política de valorização do café, etc. não foram, entretanto, suficientes para fazer desaparecer algumas referências ao exame pré-nupcial, até porque a possível e anunciada reconstitucionalização aumentava a possibilidade de instituir tal lei.

---

<sup>110</sup> Idem. p. 1.

Ao contrário de *O Globo* que ficou por cerca de dois anos sem dedicar<sup>111</sup> um artigo sequer acerca da questão do exame pré-nupcial, com exceção de uma nota onde informou sobre a possibilidade da Pérsia em adotar tal legislação, o jornal *Folha da Manhã*, mesmo não tomando partido, favorável ou contrário, continuou cumprindo seu papel informativo divulgando locais onde iriam ocorrer debates ou explanações acerca do assunto. De acordo com a publicação de junho de 1931 a Associação Christã de Moços passaria a promover sob a orientação do dr. Flamínio Fávero encontros para esclarecer sobre o exame pré-nupcial e sobre a transmissibilidade e tratamento das doenças venéreas<sup>112</sup>.

Interessante notar que diferentemente de *O Globo* a *Folha da Manhã* parecia ter interesse no debate, mas como foi apontado a instituição não chegava a se posicionar, uma vez que publicava também as opiniões daqueles que eram contrários aos ideais eugênicos, como a matéria com o dr. André Dreyfus, já citada. Como mencionado, ele não tinha plena convicção de que essa seleção social acabasse bem-sucedida, ademais também não via a doença como um fator que levaria uma pessoa ao fracasso total. Para sustentar sua posição citou várias personalidades como Nietzsche e Machado de Assis, que sofriam de algumas doenças e mesmo assim criaram grandes obras e para finalizar afirmou: “há milhões e milhões de homens inteiramente sãos e também inteiramente medíocres, que nunca produziram nada”<sup>113</sup>. Logo, o melhoramento da espécie se fosse possível necessitaria de um estudo mais profundo.

Totalmente contrária à opinião de André Dreyfus foi a educadora Eunyce C. Weaver, que defendia a adoção do exame pré-nupcial e também do *birth control*<sup>114</sup>, ou seja, a admissão do uso de métodos contraceptivos que na época eram condenados ou desconhecidos pela sociedade. Aliar o exame pré-nupcial ao controle de natalidade desencadearia um resultado positivo, de acordo com a

---

<sup>111</sup> A interrupção na campanha de *O Globo*, talvez possa ter ocorrido devido ao falecimento de Eurycles de Mattos, jornalista e amigo do fundador Irineu Marinho. Eurycles trabalhou no jornal desde a sua criação e após a morte de Irineu assumiu a responsabilidade pela redação, onde ficou de agosto de 1925 até maio de 1931.

<sup>112</sup> *Folha da Manhã*. São Paulo, 16 jun. 1931. p. 1.

<sup>113</sup> *Folha da Manhã*. São Paulo 16 jun. 1931. p. 1.

<sup>114</sup> Controle de nascimentos.(tradução livre).

educadora. Enquanto o primeiro evitaria as uniões entre doentes e conseqüentemente o nascimento de mais pessoas contaminadas, o segundo daria mais condições para as pessoas criarem os seus filhos.

Para Eunice:

Milhares de lares proletarios, que poderiam dar conforto a dois ou tres filhos, dão ao dobro só privações. E a educação materna e a instrucção, e os melhoramentos nas condições de vida nunca virão, enquanto a renda for absorvida pelas gestações constantes e pelas moléstias das crianças que não podem receber o cuidado necessário.

Portanto, os meios contraceptivos poderiam evitar famílias numerosas, logo se pode observar que para ela, e tantos outros já citados, deveria se priorizar a qualidade e não a quantidade.

Em 1932 o governo anunciou a criação de uma nova constituição brasileira, fato este que deu um novo ânimo aos defensores do exame pré-nupcial, que passaram a pressionar os legisladores a fim de contemplar tal norma na nova Carta.

Além dos interessados, a imprensa continuou a exercer o seu papel, isto é, informar a população sobre as discussões em torno do exame pré-nupcial que naquele momento estava mais próximo de ser positivado.

Como o tema acabou entrando na pauta de itens a serem aplicados pela nova constituição, várias pessoas passaram a se expressar a respeito dessa possibilidade. Octávio Domingues, mais uma vez se posicionou quando concedeu algumas entrevistas à *Folha da Manhã*. Novamente o agrônomo falou dos benefícios da prática eugênica e também a respeito da possibilidade de tornar o exame compulsório.

Octávio Domingues também acreditava que a imposição de tal norma poderia fazer surtir efeitos contrários ao desejado e até minar a prática da eugenia. De acordo com sua opinião a adoção dessa medida “isoladamente, sem uma larga diffusão, dos princípios eugênicos, poderá ser mal recebida ou burlada, e até malquistar talvez a eugenia mesma”<sup>115</sup>. Além disso, continuou ele:

Uma acção conjunta, em todos os sectores educacionais, em toda a parte onde o scientista, o mestre, o divulgador possam estar frente a frente

---

<sup>115</sup> Folha da Manhã. São Paulo, 23 jun. 1932. p. 6.

com o cidadão de tal modo a fazer nascer nelle uma ‘consciencia eugenica’ – é mais necessária, mais efficiente do que propriamente a coacção a uma ou outra pratica, quase sempre mal compreendidas e por isso repudiadas pelo homem do povo até pelo letrado (...).<sup>116</sup>

Aos poucos o debate em torno do exame pré-nupcial voltava à cena e se *O Globo* deixou de acompanhar essas discussões por um momento o mesmo não ocorreu com outros veículos, o jornal *A Batalha*, por exemplo, publicou um artigo que reclamava das leis brasileiras que estavam aquém do que se praticava em países mais desenvolvidos. Segundo o editor da matéria as políticas sociais deveriam ter orientações eugenistas e as discussões sobre o exame não precisavam ser feitas, pois seus benefícios já estavam bastante evidentes.

Emquanto que nos Estados Unidos se elaboram programmas de tão largo alcance, no nosso paiz não conseguimos em matéria de eugenia, ir alem de discussões mais ou menos lyricas sobre o exame pré-nupcial, que os rançosos preconceitos sociaes que patinam a mentalidade da nossa gente regeitaram. O Brasil precisa povoar seu vasto território allegam os pruridos patrióticos, disfarce inseguro do convencionalismo retrogrado de que somos imbuídos. Era preciso saber, antes, se podemos povoal-o, que valera mais: uma população numericamente reduzida, mas forte e sã, ou muitos milhões de indivíduos degenerados, carcomidos por enfermidades e também alvitantes?<sup>117</sup>

Embora fosse eugenista, Octávio Domingues não era favorável a obrigatoriedade do exame como foi apontado. Para ele não havia necessidade de torná-lo obrigatório, porque acreditava que se o povo tivesse instrução suficiente a iniciativa de fazer os exames ou exigir atestado do(a) pretendente partiria de iniciativas próprias:

Na verdade, o exame pré-nupcial deve ser considerado um factor de grande influencia na constituição das proles melhores ou menos inferiores. Elle, só por si, entretanto, não conduz ao

---

<sup>116</sup> Idem. p. 6.

<sup>117</sup> *A Batalha*. Rio de Janeiro, 17 ago. 1932. p. 1.

alto da montanha que se pretende subir, em matéria de eugenia.

Demais sem uma educação suficiente do povo, e também das classes letradas do paiz, longe de ser um bem, seu character obrigatório poderá ser um mal. No mínimo mais uma lei a ser burlada ou não cumprida...<sup>118</sup>

As discussões em torno dessa questão voltaram a ocupar vários espaços e de acordo com a *Folha da Manhã* na ocasião do III Congresso de Sociologia, realizado em São Paulo, os participantes se ocuparam da leitura e discussão da tese intitulada *O exame pré-nupcial do ponto de vista tecnico e dontológico-médico* de autoria do dr. Arlindo Veiga dos Santos.

Segundo a matéria os presentes viam vantagens na realização do exame, mas com relação à obrigatoriedade não havia um consenso, enquanto alguns acreditavam que a lei se tornaria inviável, porque além do incômodo estaria criando mais gastos, seja para os noivos que arcariam com as despesas do exame, seja para o governo que teria de fiscalizar e até proporcionar os testes, dependendo do texto da lei; para outros seria um dos melhores caminhos ao progresso, mas para estes existia a necessidade de se investir em propaganda a fim de convencer a população dos benefícios da norma.

A reivindicação do exame pré-nupcial estipulado por força de lei evidencia a tentativa de disciplinar a sociedade, pois se buscava criar “procedimentos de adestramento progressivo e controle permanente, e enfim a partir daí, estabelecer a demarcação entre os que serão considerados inaptos, incapazes e outros”<sup>119</sup>.

Nos anos de 1933-34, a discussão saiu um pouco da imprensa para ocupar a assembleia. Depois de vários pedidos insistentes o anteprojeto da nova constituição contemplou o exame, e a partir desse momento os jornais apenas passaram a acompanhar os debates entre os parlamentares. Mas, antes de contemplar os debates acerca da lei, vejamos como ocorreu a discussão sobre o exame pré-nupcial no ambiente acadêmico de medicina, afinal os médicos foram os que mais defenderam a criação da lei do exame.

<sup>118</sup> Folha da Manhã. São Paulo, 28 mar. 1933. p. 6.

<sup>119</sup> FOUCAULT, Michel. op. cit. p. 75.

## 2. A QUESTÃO DO EXAME PRÉ-NUPCIAL NO AMBIENTE MÉDICO-ACADÊMICO

Como já apontado anteriormente, vários intelectuais se engajaram na proposta de dar uma nova feição ao país, vale lembrar, entretanto que os médicos acabaram se envolvendo e se vinculando a todas as questões que envolviam a saúde pública. E se a campanha empreendida por *O Globo* e acompanhada pelos demais jornais e revistas teve destaque e repercussão foi por causa da adesão desses profissionais à instituição do exame pré-nupcial.

Se por um lado a discussão em torno do assunto tardou um pouco a chegar à imprensa, por outro o mesmo não se deu no meio médico e acadêmico. Como foi apontado no primeiro capítulo, esse debate entre os profissionais ligados a área da saúde começou ainda no início do século XX, quando Souza Lima solicitou que fosse somado às medidas profiláticas com relação à sífilis o exame de sanidade dos noivos. Para ele se fazia necessário que se acrescentasse “às formalidades para a realização do casamento civil o attestado de sanidade physica e mental dos nubentes”<sup>120</sup>, a fim de evitar “casamentos realizados nas mais funestas condições”<sup>121</sup>.

Mesmo com a existência de vários profissionais de saúde contrários à obrigatoriedade do exame, a julgar pela quantidade de trabalhos, parece que tal possibilidade foi recebida com entusiasmo no meio médico-acadêmico. Animados diante da perspectiva de transformar o país, os médicos e estudantes passaram a defender a realização do exame de saúde entre os pretendentes ao matrimônio. Alguns professores<sup>122</sup> inclusive confessaram que recomendavam a seus alunos a interferir quando possível, para eles cabia aos médicos e aos estudantes de medicina, sustar casamentos quando estes soubessem de algo que poderia colocar em risco o futuro dos nubentes.

Com o objetivo de defender, divulgar e expor as suas opiniões a respeito do exame pré-nupcial, muitos médicos e acadêmicos incluíam o assunto em suas teses<sup>123</sup>, que embora fossem trabalhos específicos para a academia, acabavam circulando por outros ambientes, podendo até

---

<sup>120</sup> Brasil Médico. Rio de Janeiro, 1902. p. 473.

<sup>121</sup> Idem. p. 473.

<sup>122</sup> O Globo. Rio de Janeiro, 30 mar. 1926. p. 1.

<sup>123</sup> Trabalhos monográficos realizados no final do curso que serviam para encerrar o ciclo formativo e habilitá-los como médicos – que também podem ser considerados como documentos de um rito de passagem.

influenciar outras pessoas. Alguns dos autores destes trabalhos inclusive sustentavam que faziam seus trabalhos de maneira a facilitar a leitura para os inexperientes. Zuquim Filho, por exemplo, argumentou que sua tese tinha um “caracter quase *Yankee*; mais pratico, menos theorico; mais útil possível vasado em linguagem accessível ao leigo, ao publico ledor e que se interessa por esses conhecimentos”<sup>124</sup>.

Após a discussão já citada e publicada na revista *Brazil Médico*, entre Souza Lima, Werneck Machado e outros do mesmo ofício, sobre a possibilidade de se adotar o exame de sanidade dos nubentes, o primeiro trabalho a retomar este tema foi do pernambucano Oscar Coutinho quando este defendeu em 1903 sua tese intitulada *A infecção gonococcica e o casamento: estudo nosographico e sociologico*. Nesta obra, Coutinho, fez questão de frisar que mais do que cumprir com o regulamento da academia para a obtenção do grau desejado, a escolha do tema se deu porque o médico resolveu se alistar “ao lado dos que combatem pelo magno problema do saneamento no casamento”<sup>125</sup>.

Esmiuçada as várias características da gonorreia, como sua etiologia, histórico, manifestações, sintomas, transmissibilidade, tratamento, cura, etc., o médico chegou à conclusão de que a enfermidade poderia arruinar os casamentos, uma vez que poderia desencadear uma série de problemas. Principalmente para as mulheres, que doentes viam-se “mergulhadas em um oceano de infelicidades”<sup>126</sup>, uma vez que eram elas as principais vítimas. Segundo outro profissional da área, na maioria dos casos eram seus maridos que as contaminavam, “raríssimo é o caso em que a mulher, educada em moral diversa, sahe do lar paterno, levando no corpo os stygmas da villipendiosa moléstia (...)”<sup>127</sup>. A transmissibilidade das doenças às cônjuges poderia acarretar outros problemas, pois estas poderiam tanto ficar estéreis, como gerar

---

<sup>124</sup> ZUQUIM FILHO, João. *Das doenças Venereas sob o duplo aspecto Medico e Social*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1927. p.5.

<sup>125</sup> COUTINHO, Oscar. *A infecção gonococcica e o casamento: estudo nosographico e sociologico*. Tese apresentada a Faculdade de Medicina da Bahia. Salvador, 1903. p. VII.

<sup>126</sup> Idem. p. 94.

<sup>127</sup> SILVA, Flaviano Innocencio da. *Prophylaxia pública as syphilis*. Tese apresentada a Faculdade de Medicina e de Pharmacia da Bahia. Salvador, 1900. p. 12.



crianças já contaminadas, uma vez que a probabilidade disso acontecer era grande.

Como os principais propósitos de Coutinho eram esmiuçar as principais características da blenorragia, suas consequências sobre a doença em si e discutir mesmo que rapidamente a legislação da época, somente na parte final do seu trabalho é que foi possível verificar como ele encarava essa doença e quais as suas sugestões para pelo menos diminuir a incidência da gonorreia tanto entre os casais como nos solteiros.

Suas conclusões o levaram a acreditar que era papel da medicina salvar as novas gerações e isso se daria através do controle das uniões conjugais, segundo ele à medicina cabia salvação da humanidade e “tolher os direitos de ingresso no templo de Hymeneu aos indivíduos nos quaes ella reconheça incapacidade vital”<sup>128</sup>. Portanto, de acordo com ele:

Um facto se impõe, uma verdade se evidencia, um pensamento domina: o exame medico obrigatório dos candidatos ao casamento é uma necessidade inadiável, que visa directamente á familia e á sociedade, concorrendo poderosamente para o engrandecimento moral e intellectual da raça.<sup>129</sup>

Assim como alguns dos médicos entrevistados pelos jornais, para ele as questões relacionadas ao casamento deveriam ficar sob a tutela da medicina, que com esta intervenção estaria contribuindo para que o Brasil se tornasse uma nação exemplar.

A tese de Oscar Coutinho – apesar de ser uma das primeiras que se dedicou ao assunto – não foi a única, entretanto, com o objetivo de facilitar a leitura. As análises feitas por essas outras ocorreram a partir de eixos temáticos que giraram em torno do exame pré-nupcial, ou seja, quais as doenças poderiam impedir os casamentos, qual o papel dos médicos, dos pais e do governo; que empecilhos existiam à instauração da lei e como estes seriam resolvidos, quais seriam as vantagens do exame, como deveria ser redigido o texto da norma, etc.

---

<sup>128</sup> COUTINHO, Oscar. op. cit. p. 97-98.

<sup>129</sup> Idem. p. 107.

## 2.1 DAS DOENÇAS QUE IMPEDEM A UNIÃO CONJUGAL

De acordo com o projeto apresentado por Amaury de Medeiros as doenças que poderiam anular o casamento seriam: “a tuberculose aberta, a lepra, a sífilis contagiante, a blenorragia, o cancro venéreo, a epilepsia confirmada, a idiotia, a imbecilidade e a alienação mental sob qualquer de suas formas”<sup>130</sup>.

Como se tratava de um esboço, muitos dos envolvidos nas discussões sugeriram alterações ao texto, quer suprimindo, quer acrescentando algo. E, como o projeto havia elencado apenas as doenças acima citadas, alguns médicos falaram da necessidade de acrescentar outras enfermidades à lista de moléstias impeditivas ao casamento. Vale lembrar inclusive que muitos desses médicos eram também simpatizantes da eugenia por isso se verificará uma enorme influência destes ideais nas obras pesquisadas.

Por não ter sido contemplado pelo projeto de Amaury de Medeiros, muitos médicos sugeriram que o alcoolismo também deveria se tornar um impedimento para a realização de matrimônios. Mesmo não havendo um consenso entre os médicos, muitos acreditavam que o vício do álcool também poderia ser hereditário e de qualquer forma todos viam que o abuso do álcool entre os brasileiros era algo que poderia degenerar a raça. O alcoolismo era para Álvaro Remígio “um mal pior, do que todas as guerras, do que todas epidemias, do que a propria fome (...)”<sup>131</sup>. Portanto, complementou outro colega se referindo ao mesmo assunto em seu trabalho, era necessário praticar a

prophylaxia, quer pela restrição total ou parcial, quer sobrecarregando de impostos este veneno social, quer pela educação ministrada nas escolas, quer por outro meio productivo efficiente e inadiável qualquer<sup>132</sup>.

Vale frisar também, que muitos viam o alcoolismo como doença que predispunha as pessoas a outras moléstias como a sífilis, a

---

<sup>130</sup> O Globo. op. cit. p. 1.

<sup>131</sup> OLIVEIRA, Álvaro Remígio de. *Prophylaxia no Casamento*. Faculdade de Medicina da Bahia. Salvador: Lithographia e Typographia E Exc. Gonçalves, Teixeira & C, 1911. p. 2.

<sup>132</sup> LIGIÉRO, Manuel. *Algumas considerações sobre o Néo-malthusianismo como factor Eugenico*. Tese apresentada a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1930. p. 20.

tuberculose e até a alienação. Segundo Luciano Baptista o álcool é um dos “maiores amigos dos manicômios, dos cárceres, do suicídio, de todos os crimes e males que infelicitam a humanidade”<sup>133</sup>. Além do alcoolismo, para muitos médicos, usuários de outras substâncias também deveriam ser impedidos de contrair o matrimônio, pois de acordo com estes existia uma grande probabilidade desses drogados transmitirem seus vícios aos seus filhos. De acordo com Luiz Magalhães “o álcool, a morfina, cocaína, ether e muitos outros vícios que, hoje em dia, chamam de elegantes, (...) são outros tantos factores dygenisantes da raça”<sup>134</sup>.

Outra doença preocupante era a tuberculose, que atingia “proporções verdadeiramente fantásticas”<sup>135</sup>, de acordo com Luciano de Mello. E embora houvesse na época certa discordância com relação a sua hereditariedade esta merecia cuidados especiais, uma vez atacava a todos independente das suas condições econômicas e sociais.

Para tentar solucionar esse problema o governo criou um serviço especializado para o combate desta doença. A Inspeção de Prophylaxia da Tuberculose, criada pelo Departamento Nacional de Saúde, ficou encarregada de combater a moléstia, promover a cura dos tuberculosos e evitar novas contaminações. De acordo com o artigo 584<sup>136</sup> do seu regulamento eram atribuições dessa inspeção: fazer o registro de todos os casos, realizar exames bacteriológicos gratuitos dos escarros, isolar e visitar as pessoas contaminadas, desinfetar as casas, utensílios e roupas dos tuberculosos, promover a profilaxia da tuberculose, inspecionar hospitais, etc.

A tuberculose era considerada uma doença muito perigosa, porque, de acordo com Luiz Magalhães, chegava “no seio das classes ricas e principalmente das desfavorecidas da fortuna, contribuindo assim para o aniquilamento das famílias e consequente dygenisação da espécie”<sup>137</sup>,

---

<sup>133</sup> BAPTISTA, Luciano de Mello. *Do exame pre-nupcial como factor eugenico*. Tese apresentada a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1926. p. 97.

<sup>134</sup> FERRAZ, Luiz Magalhães. *Eugenia e Casamento: problema de Medicina Social*. Tese apresentada a Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Porto Alegre, 1928. p. 9.

<sup>135</sup> BAPTISTA, Luciano de Mello. Op. cit. p. 106.

<sup>136</sup> BRASIL, Decreto nº 16.300 de 31 de dezembro de 1923.

<sup>137</sup> FERRAZ, Luiz Magalhães. op. cit. p. 29.

portanto complementou Baptista em seu texto ao “tuberculoso, deve sempre ser vedado o casamento”<sup>138</sup>.

As doenças mentais também deveriam ser impeditivas, uma vez que se acreditava que elas eram hereditárias, para muitos médicos, como Luciano de Mello:

As molestias nervosas e psychoopatias, devem sob o ponto de vista da hygiene da raça merecer de nós o maior cuidado e interesse porque esta fonte morbida, responde pela origem de tarados para os vicios, que a sociedade reprime e condemna, taes como: o jogo, o roubo, a libertinagem, o meretricio, a grande mole de infelizes que arrastam uma vida de miserias e desgraças, vivendo entre o manicomio e o carcere, onde por força hão de acabar, ou serão continuados, se deixarem as más sementes que hão de gerar os seus substitutos, que pela força hão de palmilhar a mesma via dolorosa e chegar á mesma triste finalidade.<sup>139</sup>

Desta forma aos insanos também deveria se proibir os casamentos, ou estes deveriam ser esterilizados a fim de evitar a geração de outros seres “inferiores”. De acordo com Manuel Ligiéro havia a “necessidade de esterilizar estes individuos, para que a sociedade não seja prejudicada nos seus desígnios assim como o é”<sup>140</sup>.

A questão da esterelização ainda será retomada adiante, entretanto vale lembrar aqui que essas práticas foram defendidas por muitos médicos brasileiros que viam nelas um meio evitar futuros problemas.

Faz-se necessário apontar também que esta ideia não teve origem no Brasil, provavelmente muitos médicos deixaram se influenciar por outras legislações como a de alguns dos estados norte americanos. Já em 1905 a Pensilvânia promulgou uma “Lei para a prevenção da Imbecilidade” e entre 1907 e 1928 pelo menos 21 estados haviam adotados leis eugênicas de esterelização.

A esterelização foi ainda muito discutida pelos brasileiros principalmente quando outros países europeus, como Alemanha, Suíça, Noruega e Suécia, entraram em consonância com os estados norte-

---

<sup>138</sup> BAPTISTA, Luciano de Mello. op. cit. p. 106.

<sup>139</sup> Idem. p. 44.

<sup>140</sup> LIGIÉRO, Manuel. op. cit. p. 47.

americanos e também adotaram leis que previam a esterelização de “seres indesejáveis”.

Outra doença muito citada pelos defensores do exame pré-nupcial era a lepra. Assim como os alcoólatras e doentes mentais, aos leprosos também deveria se proibir os casamentos e os argumentos usados foram os mesmos: a lepra era considerada uma moléstia transmissível à prole. Aliás, percebe-se que naquele momento os médicos eram muito influenciados pelas questões de transmissibilidade e hereditariedade. De acordo Luciano Baptista “a syphilis, a tuberculose, a lepra, o alcool, o fumo, e todos os vícios, transmittem-se á prole, estygmatisando-a”<sup>141</sup>.

O tratamento da lepra, que por muito tempo ficou a cargo dos estados, acabou sendo centralizado pela União quando se criou o Serviço Nacional de Saúde. A partir daquele momento os casos de lepra deveriam ser notificados compulsoriamente, os doentes tinham de ser examinados periodicamente e nos casos mais graves promovia-se o isolamento, terapêutica esta, aliás, praticada há séculos. De acordo com o artigo nº 156 do capítulo especial: “O isolamento domiciliario só será permitido quando possível assidua vigilancia, e si o domicilio não fôr casa de habitação collectiva ou de commercio.”<sup>142</sup>

Vale apontar também que nem todos acreditavam na hereditariedade da lepra, mas reconheciam que a convivência poderia levar ao contágio e por isso era melhor impedir que os leprosos se unissem.

Embora não se trate de uma doença, a consanguinidade, também preocupou os adeptos do exame pré-nupcial. Para muitos médicos era preciso proibir casamentos consanguíneos, ou seja, uniões entre pessoas com um parentesco muito próximo como primos, tios e sobrinhas, etc.

Embora existissem certas controvérsias a respeito disso, devido a falta de conhecimento, Luciano de Mello concordava com a disposição do Código Civil em vigor, para ele:

Parece-nos, entretanto, muito justa e criteriosa a disposição do Codigo Civil, que prohiibe o casamento entre parentes até o terceiro gráo de parentesco; não porque admittamos as opiniões daquelles que affirmam ser a consanguinidade

---

<sup>141</sup> BAPTISTA, Luciano de Mello. op. cit. p. 43.

<sup>142</sup> BRASIL, Decreto nº 16.300 de 31 de dezembro de 1923.

sempre nociva; mas porque a acreditamos em regra perigosa.<sup>143</sup>

Assim como Luciano, Luis Magalhães afirmava que esse tipo de união poderia reservar surpresas, pois dependeria dos caracteres dos seus ascendentes.

De tudo o que procede, vemos claramente que o casamento entre parentes proximos despidos de toda a tara ou doença, não constitue um perigo para a sociedade, pois que o ser que delles provier será de uma constituição forte, sã e robusta porquanto encerra em si as qualidades optimas de seus ascendentes.

No caso contrario o perigo será grande, embora os vicios, taras ou doenças sejam em uma quantidade pequena. Os filhos nascidos de paes nestas condições herdarão delles os mesmos vicios, taras, etc., em augmento muitas vezes.

Mas, na quase totalidade das vezes, embora passem quase despercebidas, os consanguineos encerram taras que, sommadas umas ás outras, vêm em prejuizo do novo ser, constituindo um verdadeiro perigo para a sociedade.<sup>144</sup>

Diante deste impasse, decorrente da falta de conhecimentos mais confiáveis João Prudêncio observava que “o problema da consanguinidade é de menos importância que a doença comprovada”<sup>145</sup>, por isso antes de qualquer coisa era preciso exigir o exame de sanidade dos noivos, independente do seu grau de parentesco.

Devido às diversas citações na imprensa ou no meio médico-acadêmico, parece que o cancro, a gonorreia e, sobretudo a lues, como também denominavam a sífilis, eram as moléstias que mais preocupavam os defensores do exame pré-nupcial, naquele momento. Essa aflição diante dessas enfermidades ocorria em função da forte relação que existia entre doenças venéreas, casamento, sexo e reprodução e porque as décadas de 1910-20 registraram um aumento considerável no número de pessoas contaminadas por estas afecções. Comprova-o o estudante de medicina Zuquim Filho que afirmou o seguinte:

---

<sup>143</sup> BAPTISTA, Luciano de Mello. op. cit. p. 47.

<sup>144</sup> FERRAZ, Luiz Magalhães. op. cit. p. 36-37.

<sup>145</sup> SOUZA, João Prudêncio de. op. cit. p. 33.

O caos de syphilis e blenorragia pullulava em todas as enfermarias onde perlustravamos. Ora em Clinica Medica ora em Clinica Cirurgica, nas enfermarias de especialidades, nos Ambulatorios, nos Serviços de Polyclinica Geral, nos Serviços de maternidade; enfim, por toda a parte onde nos mettiamos, encontravamos, indubitavelmente, um luetivo, um blenorragico, com um attestado mais que eloqüente de que essas moléstias vicejavam devastadoramente.<sup>146</sup>

Aliás, não eram apenas os médicos e acadêmicos que denunciavam o crescimento do número de contaminados por doenças venéreas, como já foi visto anteriormente a imprensa já falava sobre isso e as próprias estatísticas do governo, embora não fossem tão confiáveis, admitiam esse aumento.

Muitos governantes alertavam para o acréscimo de doentes contaminados por doenças venéreas. No Paraná os registros mostram que em 1922<sup>147</sup> foram matriculados nos dispensários de doenças venéreas 472 pessoas, apenas dois anos depois esse número havia subido para 2.496<sup>148</sup>. Em Minas Gerais também foi possível observar um aumento considerável, uma vez que entre 1922<sup>149</sup> e 1924<sup>150</sup> o número de infectados passou de 4.090 para 15.332.

O relatório do governo baiano também pode corroborar essa ampliação no número de pessoas contaminadas com doenças venéreas. Em 1923 o estado possuía 20 crianças registradas com algum tipo de

---

<sup>146</sup> ZUQUIM FILHO, João. op. cit. p. 4.

<sup>147</sup> PARANÁ. Mensagem dirigida ao congresso Legislativo do estado pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha presidente do estado ao instalar-se a 1ª sessão da 16ª legislatura em 1 de fevereiro de 1922. Curitiba: Typ da republica, 1923. p. 84.

<sup>148</sup> PARANÁ. Mensagem dirigida ao congresso Legislativo do estado pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha presidente do estado ao instalar-se a 1ª sessão da 17ª legislatura em 1 de fevereiro de 1922. Curitiba: Typ da republica, 1924. p. 87.

<sup>149</sup> MINAS GERAIS. Mensagem dirigida pelo presidente do estado, Dr. Arthur da Silva Bernardes, ao congresso mineiro, em sua 4ª sessão ordinária da 8ª legislatura no anno de 1922. Belo Horizonte, [s.n.] 1922. p. 53.

<sup>150</sup> MINAS GERAIS. Mensagem dirigida pelo presidente do estado Raul Soares de Moura ao congresso mineiro, lida na abertura de sua 2ª sessão ordinária da 9ª legislatura. Belo horizonte: [s.n.], 1924. p. 174.

enfermidade venérea, três anos depois, ou seja, em 1926 esse número havia se elevado para 112. O mesmo ocorreu com os adultos, ainda considerando o mesmo recorte temporal, a quantidade de homens contaminados passou de 3.744 para 5.945 e das mulheres de 1.149 para 2.433<sup>151</sup>.

Além de tornar as pessoas convalescentes, fosse por um período longo, fosse por um período curto, isso dependia do organismo e da procura pelo tratamento, essas doenças muitas vezes levavam à morte. De acordo com o relatório do governador de Pernambuco em 1924, no ano anterior registraram-se 264<sup>152</sup> óbitos em decorrência da sífilis. Diante dessas estatísticas, Zuquim Filho chegou à conclusão de que estas doenças caminhavam para um processo de banalização, de acordo com ele:

A lues de tal maneira se tem infiltrado nas camadas sociaes com tão franca tendência equalitaria que vae perdendo foros de doença venérea, vergonhosa, pudenda, para se tornar moléstia elegante – se nos permitem a expressão. Quase se poderia affirmar que, hoje em dia ser syphilitico, ter a sua “syphilisinha” é ser *chic*, é ser distincto, é estar na moda... (?) Quantas e quantas vezes temos tido donzelas elegantíssimas esta singular e naturalíssima expressão: Ah! Isto é da syphilis!... Mamãe disse que eu tenho syphilis, e o “nosso medico”, já me fallou que o de que preciso é mercúrio...<sup>153</sup>

Provavelmente os números e as denúncias do aumento de contaminados influenciaram o Estado a criar, através do Departamento Nacional de Saúde Pública, a Inspectoria da Lepra e Doenças Venéreas.

Embora não se tratasse de uma inspetoria única, o decreto possuía um capítulo especial para cuidar destas enfermidades. O conteúdo que

---

<sup>151</sup> BAHIA. Mensagem apresentada pelo Exm. Snr. Dr. Francisco Marques de Góes Calmon, governador do estado da Bahia a Assembleia Geral Legislativa. Por ocasião da abertura da 2ª reunião ordinária da 18ª legislatura em 7 de abril de 1926. Bahia: Imprensa Oficial do estado, 1926. (ANEXOS).

<sup>152</sup> PERNAMBUCO. Mensagem do Exmo. Sr. Dr. Sergio T. Lins de B. Loreto, governador do estado. Lida ao instalar-se a 3ª sessão da 11ª legislatura do Congresso Legislativo de Pernambuco aos 6 de março de 1924. Pernambuco: Officinas Graphicas da Penitenciaria do Recife, 1924. p. IV.

<sup>153</sup> ZUQUIM FILHO, João. op. cit. p. 6.



cuidava das moléstias venéreas possuía pouco mais de trinta artigos que especificavam exatamente como os profissionais deveriam agir. De uma maneira geral o 186º artigo assim resumia as funções de seus empregados:

As autoridades sanitarias deverão empregar todos os meios razoaveis para descobrir os casos dessas doenças em estado contagiante e procurarão convencer os pacientes, por meios suasorios, da necessidade de fazer a cura prophylactica nos dispensarios ou hospitaes mantidos ou subvencionados pelo Governo. Com tal fim, os medicos das diversas delegacias de saude e os da Inspectoria, além do que lhes cumprir em cada caso particular, em relação á educação hygienica, distribuirão, sempre que fôr opportuno, os conselhos impressos que lhes serão fornecidos pela Inspectoria de Prophylaxia das Doenças Venereas e farão verbalmente conhecer o que nelles se contém.<sup>154</sup>

Portanto de acordo com o decreto o governo já vinha fazendo um trabalho de conscientização através de materiais impressos, além disso, a ideia era retirar os estigmas destas doenças a fim de incentivar os enfermos a procurarem o tratamento. Por isso de acordo com a referida norma somente nos casos excepcionais e de “grande risco de propagação e quando o doente se recuse ao tratamento ambulatorio, será obrigatorio o isolamento, de accôrdo com os dispositivos legaes”<sup>155</sup>.

Essa preocupação excessiva ocorria, sobretudo devido à transmissibilidade dessas doenças. Para muitos profissionais da medicina as moléstias venéreas levavam a perdas irreparáveis, principalmente a sífilis que poderia ser herdada pelos descendentes dos portadores dessa doença. João Prudêncio, outro médico-acadêmico, parecia concordar com os demais profissionais já citados anteriormente:

A herança da lues cria taras, estygmas degenerativos, que não se demovem com mediações. Da mesma maneira que a lues faz a inviabilidade do producto de concepção, gera productos outros viaveis incapacitados, em parte ou ao todo, para a vida na sociedade; estes são

---

<sup>154</sup> BRASIL, Decreto nº 16.300 de 31 de dezembro de 1923.

<sup>155</sup> Idem.

indivíduos physiologicamente anormaes, inadaptaveis ao meio em que vivem, são tarados incuraveis que levam uma vida inteira improductiva, são inconscientes ou meioconscientes que representam um prejuizo e um perigo social.<sup>156</sup>

Para Paulo de Godoy:

Os filhos de paes syphiliticos são mentalmente inferiores, passando desde a imbecilidade completa até a simples dificuldade de acompanhar um curso, de seguir uma explicação. São dispersivos, abobados. Ademais, têm um caracter bizarro, phantastico. São insubmissos, vagabundos.<sup>157</sup>

Além destes males outro médico destacava ainda que as crianças que conseguiam sobreviver às bactérias da sífilis ou lues tendiam a ser subnutridas e o desenvolvimento se tornava lento. De acordo com Álvaro Remígio:

A marcha, o apparecimento dos dentes, a phonação, tudo enfim soffre uma morosidade sem limites e só lentamente é que a infeliz victima consegue attingir um crescimento relativo (...).<sup>158</sup>

Ainda de acordo com ele após uma a infância e juventude conturbadas devido a doença esses indivíduos se tornavam tarados e “predispostos a todas ou quase todas molestias infectuosas”<sup>159</sup>.

Essa preocupação em eliminar ou ao menos diminuir a incidência destas enfermidades estava relacionada ao que se esperava do futuro, afinal o descontrole sobre as doenças venéreas acabaria minando a tentativa de sanear o país, por isso nesse momento os “mecanismos de poder se dirigem ao corpo, à vida, ao que a faz proliferar, ao que reforça a espécie, seu vigor, sua capacidade de dominar, ou sua aptidão para ser utilizada”<sup>160</sup>.

---

<sup>156</sup> SOUZA, João Prudêncio de. *Syphilis e Eugenia*. Tese apresentada a Faculdade de Medicina da Bahia. Salvador: Officinas das Duas Americas, 1923. p. 21.

<sup>157</sup> GODOY, Paulo de. *O exame pré-nupcial*. (in) Revista de Medicina, São Paulo, out. nov. dez. 1927. p. 524.

<sup>158</sup> OLIVEIRA, Álvaro Remígio de. op. cit. p. 53-54.

<sup>159</sup> Idem. p. 54.

<sup>160</sup> FOUCAULT, Michel. op. cit. p. 138.

## 2.2 AS RESPONSABILIDADES SOBRE AS UNIÕES E AS VANTAGENS DO EXAME PRÉ-NUPCIAL.

O sucesso da instituição do exame pré-nupcial dependia do apoio da sociedade de modo geral, mas principalmente daqueles mais diretamente envolvidos, isto é, dos pais dos nubentes, dos noivos, dos médicos e é claro do governo que deveria positivar a lei.

De acordo com a maioria dos médicos, os pais tinham um papel fundamental na formação de uma nação mais sadia, cabia a eles exigir de seus futuros genros ou noras a apresentação do exame de sanidade. E enquanto alguns elogiavam “os paes de familia, mais intelligentes que os outros”<sup>161</sup>, por tentarem exigir o exame, outros denunciavam o descaso de alguns que permitiam que seus filhos se casassem apenas porque existia um interesse econômico ou porque fosse o desejo dos pais de se livrarem de seus filhos.

Para Álvaro de Oliveira os pais que agiam com desleixo em relação a seus descendentes não deveriam “merecer os dignificantes e carinhosos nomes de pais, deveriam antes ser cognominados carrascos de seus filhos, verdugos cruéis e desumanos (...)”<sup>162</sup>. Além da desqualificação, para João Zuquim já era “tempo de se cogitar da responsabilidade penal dos paes desalmados”<sup>163</sup>.

Zuquim Filho parecia partilhar das mesmas ideias quando se perguntou, em sua tese, por qual motivo não existia nenhuma norma que classificasse essa prática como delito e por que os órgãos competentes não promoviam a “responsabilidade desses paes desalmados”<sup>164</sup>. Ainda de acordo com o seu texto não se podia “prescindir de artigos penaes que venham auxiliar a cruzada prophylactica”<sup>165</sup>. Para ele era imperioso que se punisse a contaminação venérea, e para respaldar seus pensamentos afirmou que:

Os congressos e assembléas scientificas de Dermatologia e Syphiligraphiaque neste últimos 20 annos se tem reunido no Rio, manifestaram-se unanimemente pela adopção de medidas mais severas

---

<sup>161</sup> SOUZA, João Prudêncio de. op. cit. p. 24-25.

<sup>162</sup> Idem. p. 66.

<sup>163</sup> ZUQUIM FILHO, João. op. cit. p. 52.

<sup>164</sup> Idem. p. 7-8.

<sup>165</sup> Ibid. 73.

a respeito da contaminação das molestias venéreas, fazendo ver ao Governo, a necessidade de inclusão no Código, de um artigo especial que responsabilise com penalidades os transmissores destas doenças.<sup>166</sup>

Além dos pais que se deixavam levar por interesses próprios, existia ainda a crítica aos noivos, principalmente aos homens, afinal na maioria das vezes eram eles os transmissores das doenças e o que era pior, na opinião desses médicos, muitos destes acabavam casando mesmo sabendo estarem contaminados. Para Oscar Coutinho, os homens que faziam isso eram seres “transloucados, ou dotados de um extinto essencialmente perverso”<sup>167</sup>. Assumir o risco de casar contaminado era para muitos sinônimo de prole doente e disgênica no futuro. Nas palavras de João Prudêncio:

Não existe coisa mais indigna, descuido mais lamentavel na vida social do individuo que levar consigo, inconscientemente da acção que pratica a syphilis para um lar que vae construir. Muito peor se o faz conscientemente, o que é commum de se vêr sempre nas sociedades, quando os individuos não têm educação hygienica necessária, quando elles agem pelo impulso traiçoeiro da primeira vontade sem pezar bem o valor e a consequencia de seus actos.<sup>168</sup>

Portanto como se pode observar o desejo de se punir os responsáveis pelas contaminações já vinha sendo solicitado, desde o início do século XX, sobretudo pelos médicos.

Por estarem totalmente envolvidos na campanha pelo exame pré-nupcial, estes profissionais também acreditavam ter sua cota de responsabilidade, aliás muitos acreditavam que era dever da medicina e dos médicos esclarecer ao povo e aos legisladores sobre os possíveis benefícios da instituição da lei do exame. Segundo Baptista competia aos

médicos, higienistas e aos sociólogos, o grito de alarma, que, perseverante e continuo, há de, por certo, despertar os nossos homens de governo do

---

<sup>166</sup> Ibid. p. 13.

<sup>167</sup> COUTINHO, Oscar. op. cit. 90.

<sup>168</sup> SOUZA, João Prudêncio de. op. cit. p. 20.

indifferentismo em que abandonam o importante problema medico-social<sup>169</sup>.

Oscar Coutinho também falou da responsabilidade dele e de seus colegas quando afirmou que “o médico, sacerdote da sciencia, seria a sentinella, a guarda avançada da humanidade, protegendo contra a propagação das moléstias”<sup>170</sup>.

Para muitos a responsabilidade médica não deveria se limitar apenas a assessorar o governo e esclarecer a população. De acordo com alguns destes profissionais era dever da categoria notificar às autoridades competentes sobre os contaminados que pretendiam contrair o matrimônio. Aliás, era também desejo dos médicos que as moléstias impeditivas ao casamento entrassem no rol das doenças de notificação compulsória. Zuquim Filho assim se referiu à sífilis: “emquanto não se tornar obrigatória a notificação desta molestia, nada se saberá de verdadeiro sobre a frequencia entre nós”<sup>171</sup>.

E da mesma maneira que os médicos assumiam parte da responsabilidade, eles também reconheciam que seus esforços de nada valeriam se o governo não fizesse a sua parte. De acordo com Ferraz, o dever de transformação do país “não cabe somente aos médicos e sim também aos governos e mais particularmente a estes últimos”<sup>172</sup>. Ainda segundo ele o Estado deixava muito a desejar em matéria de saúde pública e, portanto, não era possível

marchar a passos vigorosos em busca do engrandecimento moral e physico do povo brasileiro, sem que o governo da União se interesse e corra também em auxilio desta plêiade de brasileiros que querem ver um Brasil forte e grandioso<sup>173</sup>.

Álvaro R. de Oliveira concordava com seus colegas e afirmou que era tarefa do “governo oppor um obstaculo ou, ainda melhor, cortar a marcha vertiginosa do mal”<sup>174</sup>, para ele era necessário que se criasse

---

<sup>169</sup> BAPTISTA, Luciano de Mello. op. cit. p. 42.

<sup>170</sup> COUTINHO, Oscar. op. cit. 65.

<sup>171</sup> ZUQUIM FILHO, João. op. cit. p. 8.

<sup>172</sup> FERRAZ, Luiz Magalhães. op. cit. p. 45.

<sup>173</sup> Idem. p. 11.

<sup>174</sup> OLIVEIRA, Álvaro Remígio de. op. cit. p. 69.

uma lei que impedisse as uniões “ilícitas sob o ponto de vista científico, sob as regras progressivas da hygiene”<sup>175</sup>.

Ao ver destes médicos o governo não poderia se omitir dessas responsabilidades, este deveria, além de legislar a fim de estabelecer o exame pré-nupcial obrigatório, fornecer subsídios para que se criassem mecanismos que evitassem o alastramento das doenças.

Vale salientar ainda que para João Prudêncio não bastava apenas instituir o exame, para ele era preciso que, depois de criada a lei, o governo fornecesse aos “medicos encarregados de tal pericia, os meios mais modernos de pesquisas fornecidos pelos laboratorios”<sup>176</sup>.

Os médicos estavam tão seguros de si e tão confiantes na ciência que afirmavam que os legisladores não deveriam se preocupar em estabelecer o exame pré-nupcial, pois a medicina possuía bases científicas que eram superiores a qualquer argumento ao contrário. Ainda segundo João Prudêncio os “juristas já não poderão allegar insufficiencia de conhecimentos profissionaes para os bons diagnósticos”<sup>177</sup> e complementando o pensamento do colega afirmou Luciano de Mello, “a elles compete, tão somente neste assumpto, instituir lei que pedimos”<sup>178</sup>. Ainda de acordo com este autor:

A medicina moderna, tendo attingido um gráo de adeanteamento consideravel, não pode o medico actual vaccilar quando tiver de attestar sobre o estado de saude de um individuo. Ao contrario, a medicina de hoje, offerece-lhe bases seguras, dá-lhe autoridade para permittir ou impedir as uniões conjugaes.<sup>179</sup>

Esse “grau adiantado” da medicina que segundo os médicos deveria se sobrepor as ações jurídicas e legislativas também era utilizado como respaldo quando se procurou elencar as possíveis vantagens da criação da lei do exame pré-nupcial. Além de evitar a proliferação de doenças, preservar o futuro de seres “tarados, débeis ou estigmatizados”, os trabalhos faziam questão de mencionar a possibilidade de controlar o número de nascimentos. Embora reconhecessem que o país tinha ainda

---

<sup>175</sup> Idem. p. 67.

<sup>176</sup> SOUZA, João Prudêncio de. op. cit. p. 26.

<sup>177</sup> Idem. p. 26.

<sup>178</sup> BAPTISTA, Luciano de Mello. op. cit. p. 64.

<sup>179</sup> Idem. p. 64.

muitas terras a serem exploradas, não viam a reprodução “descuidada” como solução para tal.

Dessa forma para alguns o exame pré-nupcial era considerado como um fator de “despopulação, tendo em vista o falso critério de que elle virá prohibir o casamento a muitos individuos, annullando, assim, muitas fontes de proliferação”<sup>180</sup>. Essa “despopulação” pode ser entendida como uma forma de controle de natalidade ou qualidade, ou seja, o propósito era realmente evitar o nascimento de crianças doentes ou predispostas às doenças. A ideia nesse momento era “determinar bons casamentos, provocar fecundidades desejadas, e garantir a saúde e a longevidade das crianças”<sup>181</sup>.

Assim como João Prudêncio, Luciano de Mello também era categórico ao afirmar em sua tese que o fator de “despopulação” estaria “combatendo, evitando na sua origem, a população de degenerados, invalidos, incapazes, que nada produzem capaz de contrapesar a carga morta que representam na balança social”<sup>182</sup>, para ele “o valor de uma nação não reside no numero de seus habitantes”<sup>183</sup> e complementando esses pensamentos afirmava Manuel Ligiéro, outro colega de profissão:

Precisamos, não de numero prodigiosamente chinês, mas de numero de homens physicamente sãos e moralmente aptos para povoar a sua terra. Que valeria uma legião de homens cuja única ventura que lhes banha o espírito são o marasmo e a hypocondria?...<sup>184</sup>

Como se pode observar os médicos também partilhavam da ideia defendida por outros colegas citados no primeiro capítulo, o que importava era a qualidade e não a quantidade. Por isso a necessidade de controlar os nascimentos, fato que vai de encontro com as ideias eugênicas. A eugenia como forma de transformação influenciava enormemente algumas pessoas como o médico Paulo de Godoy, que escreveu o seguinte sobre essas questões:

Ha uma necessidade imperativa de valorizar-se o homem brasileiro, crystallizando-o na atmosphaera vital em que vive. Para conseguirmos isso é

---

<sup>180</sup> SOUZA, João Prudêncio de. op. cit. p. 28-29.

<sup>181</sup> FOUCAULT, Michel. op. cit. p. 139.

<sup>182</sup> BAPTISTA, Luciano de Mello. op. cit. 75.

<sup>183</sup> Ibid. p. 73.

<sup>184</sup> LIGIÉRO, Manuel. op. cit. p. 24-25.

fundamental a protecção das gerações, a defesa da criança, desde o utero materno. Em substancia, é o problema da reproducção. Precisamos defender a criança, impedindo que os tarados e degenerados procriem. E' a obrigatoriedade do exame pré-nupcial. E' a existência duma carta de saúde a todo pretendente ao casamento. O exame pré-nupcial é a prophylaxia da decadência da raça.<sup>185</sup>

Outra vantagem citada pelos defensores é que a exigência do exame poderia revelar doenças incubadas, mas sem manifestações, além disso, o indivíduo impedido de se casar se veria obrigado a procurar ajuda médica a fim de se curar. Ademais, o projeto da lei admitia o reexame em alguns casos, e aqueles impedidos de se unirem pela primeira vez poderiam se submeter a novos testes e se curados era-lhes permitido o matrimônio sem que se comprometessem as esposas e seus descendentes. Segundo Luciano Baptista:

O exame pre-nupcial, facultando o casamento, a muitos individuos doentes, depois de determinado periodo de tratamento e da cura completa, faz de um individuo, antes incapaz de produzir filhos perfeitos, um cooperador feliz do organismo social, transformando um elemento negativo, em factor positivo, benefico, capaz de honrar a especie que representa.<sup>186</sup>

Para alguns médicos a lei do exame pré-nupcial deveria ser bem elaborada para que pudesse impedir ou prorrogar o matrimônio dos incapazes temporários, mas também permitir o casamento entre os portadores de doenças incuráveis desde que fossem previamente esterilizados. Luciano Baptista, por exemplo, defendia sem pudor a esterelização compulsória, pois alegava que esse caminho traria benefícios para a família e para o país. De acordo com ele se a

**cura não fôr possível, por ser o mal insanavel, torna-se indispensavel a esterelisação, de um ou de ambos, conforme a gravidade do mal.** [grifos meus].

Esta medida, parece-nos, a única capaz de conciliar ao mesmo tempo, os interesses da

<sup>185</sup> GODOY, Paulo de. op. cit. p. 521.

<sup>186</sup> BAPTISTA, Luciano de Mello. op. cit. 74.



sociedade, da família, dos novos esposos e da prole.

Das duas primeiras, porque o casamento se effectua; dos recém-casados porque, embora portadores de males insanáveis e transmissíveis por herança, podem desfructar os gosos e delicias, o bem estar da vida de casado.

Os interesses da prole ficam defendidos porque ella não existirá; desaparecerão, com o novo casal, todos os seus malles; elles não serão perpetuados, porque suas sementes taradas, tornadas infecundas, não poderão eternisar os seus males e misérias.<sup>187</sup>

Além disso, prosseguiu o médico: “a pratica da esterelisação, tanto para o homem como para a mulher, é operação banal, sem risco, sem o menor perigo e de resultados seguros”<sup>188</sup>. Luciano sugeriu ainda que se fosse impossível contemplar a esterelização na lei do exame pré-nupcial que se criasse uma norma paralela. De acordo com ele caso a lei do casamento viesse a ser considerada um “acto anti-constitucional, a lei da esterelisação resolveria o problema e completaria a lei do exame pre-nupcial”<sup>189</sup>.

Outro partidário da esterelização foi Luis Magalhães Ferraz, que utilizou um discurso muito parecido com o autor citado anteriormente. Para este médico quando os tratamentos disponíveis contra a sífilis não surtissem efeito se tornava necessária a esterilização, afinal este método impedia as pessoas de ter filhos, mas não as proibia de casar-se. Ferraz incentivava a esterilização, pois esta prática estaria contribuindo para o futuro do país. Defendendo seus propósitos assim afirmou ele:

Quando não puder um individuo casar, por suas pessimas condições sanitarias e em vista de, ao mesmo tempo não se poder obrigar a que o mesmo suffoque o seu coração, pensamos que é a esterelisação o único meio de que se poderá lançar mão, para evitar que com taes casamentos venha a soffrer a collectividade.<sup>190</sup>

---

<sup>187</sup> Idem. p. 91.

<sup>188</sup> Ibid. 92.

<sup>189</sup> Ibid. 93.

<sup>190</sup> FERRAZ, Luiz Magalhães. op. cit. p.49.

Ferraz não se contentou em apenas defender a esterelização, ainda aproveitou seu espaço para criticar todos aqueles que se opunham à castração compulsória. Seu recado dessa maneira ficou registrado:

Aos gritos de outros que vêm na esterelisação um meio barbaro, anti-eugenico, um processo que a Eugenia moderna não pode acceitar, diremos que ella consiste em uma operação como uma outra qualquer e que deste modo a Eugenia deveria guerrear tambem a cirurgia. Mais barbaro seria deixar vir ao mundo um ente que fatalmente teria de se inclinar para o lado dos crimes e dos vicios, um doente que continuaria a espalhar na estrada de seus descendentes a semente de seus males, infectando-a e transformando-a em uma fonte perigosa para os seus semelhantes.<sup>191</sup>

Percebe-se claramente como nesse momento o exame pré-nupcial havia se tornado uma bandeira entre os eugenistas. E assim como seus colegas Manuel Ligiéro também dedicou várias linhas de sua tese a fim de defender a esterilização artificial dos “cacogênicos”. Para justificar seus pensamentos, o médico fez comparações com a seleção artificial das plantas, com a necessidade de se livrar dos insetos antes mesmo de eles nascerem e por fim perguntou-se:

Por que plantar em terreno, ás vezes adubado, uma planta, cujo rizoma não mais desaparecerá da terra, senão depois de terribilíssimos esforços?

Não seria melhor impedir-lhe o nascer, esterilizando-lhe a semente, como se faz em estufa aos grãos alimentícios – quando se lhes deseja conservar – matando o ovo do insecto que elles guardam no seu interior e que, mais tarde, anniquillaria a sua vida?

Não há duvida nenhuma!

A estreilização artificial, em certos casos, é necessaria.<sup>192</sup>

Além de se mostrar favorável a esse método de controle de natalidade, entre pessoas portadoras de doenças consideradas mais graves, o médico argumentou que a esterilização deveria ser compulsória para os criminosos e degenerados, a exemplo do que

---

<sup>191</sup> Idem. p. 50-51.

<sup>192</sup> Ibid. p. 45.

ocorria em alguns estados norte-americanos que haviam adotado leis de esterelização.

O médico ainda fez questão de indicar algumas das doenças que deveriam ser passíveis de esterilização. Para ele deveriam figurar na lista os casos de “cegueira e surdo-mudez congênita ou hereditária, na epilepsia idiotia ou no caso do casal já ter tido mais de um filho com desordem psychica ou somática”<sup>193</sup>. Acrescentava ele ao final: “Se consola, hoje, um pae que, pelas suas condições de sacrificada hygidez não deve procrear – consolará também, mais tarde, a pátria agradecida!...”<sup>194</sup> Ou seja, é melhor que um indivíduo “desqualificado” sofra por não poder ter filhos, que o país sofra por ter que abrigar e sustentar mais um fruto das uniões “disgênicas”.

Nesse momento é posto um modelo de vida e de pessoas saudáveis, que a população em geral deveria seguir.<sup>195</sup>

## 2.3 SOBRE OS EMPECILHOS E AS SOLUÇÕES PARA A INSTITUIÇÃO DO EXAME PRÉ-NUPCIAL

Instituir o exame pré-nupcial obrigatório não era a única preocupação destes médicos, muitos se questionavam se tal norma seria realmente efetivada. Embora defendessem a causa, tinham a noção de que talvez o país ainda não estivesse preparado para tal lei. E esse despreparo ocorria devido a uma série de fatores, relacionados entre outras coisas à cultura do povo e à deficiência dos aparelhos estatais na área da saúde.

Vale lembrar que o próprio projeto de lei já previa o exame facultativo, provavelmente porque Amaury de Medeiros, autor do texto, reconhecia a deficiência do sistema de saúde que culminava com a falta de médicos em algumas regiões do país. Segundo ele “há logares, e não poucos, nos nossos longínquos sertões, onde não há sequer um medico”<sup>196</sup>. E se havia uma carência de médicos, também faltavam instalações para a realização do exame e, portanto, o Estado não poderia proporcionar a realização dos testes, além disso, sequer havia pessoas e

---

<sup>193</sup> Ibid. 50.

<sup>194</sup> Ibid. 53.

<sup>195</sup> FOUCAULT, Michel. op. cit. p. 75.

<sup>196</sup> O Globo. Rio de Janeiro, 24 out. 1927. p. 2.

meios para fiscalizar se as uniões estariam sendo realizadas dentro das normas estabelecidas.

Os empecilhos à instituição do exame não paravam por aí, em primeiro lugar há de apontar que a lei só seria “obedecida” nos locais mais desenvolvidos, pela falta de médicos e de instalações para a realização dos testes em todas as regiões. Ademais, lembravam os defensores da lei, essa ausência de instalações e de profissionais disponibilizados pelo Estado poderia desencadear uma procura por clínicas particulares e outros médicos de caráter duvidoso.

Como apontado no capítulo anterior, muitos destes profissionais reconheciam que existiam colegas seus que concediam atestados falsos em troca de qualquer tipo de benefício próprio, fosse material ou não. Em alguns casos os exames poderiam ser alterados conforme propina, ou simplesmente por pedidos de pessoas possuidoras de prestígio social ou intelectual, como advogados, empresários ou governantes. Para Zuquim Filho, a facilidade de burlar o sistema “pela tolerancia de medicos na concessão de atestados falsos, a dispensa de jury, a falta nas repartições publicas, etc.”<sup>197</sup> acabaria arruinando o desejo de se estabelecer tal lei. Para resolver o problema alguns médicos defendiam a participação de mais de um profissional durante a realização dos exames. João Prudêncio foi um dos que sugeriram a “intervenção de um terceiro”<sup>198</sup>, caso se julgasse necessário. Vale lembrar, aliás, que essa proposta já havia sido feita por Carlos Siedl, um dos tantos entrevistados por *O Globo*.

Outra solução proposta por Zuquim baseava-se um pouco mais na coerção, isto é, a ideia era impor aos burladores da norma, fosse o médico, fosse o paciente envolvido, punições severas. De acordo com sua tese a “mesma lei, deveria reservar um artigo em que fosse prevista a responsabilidade do medico attestante, e a do beneficiado, em caso de fraude”<sup>199</sup>. Usando-se dos mesmos argumentos de Zuquim Filho, Luciano de Mello parecia concordar com essa posição quando aproveitou para citar e defender a legislação dinamarquesa que punia os transgressores da lei, para ele essa cláusula era totalmente aceitável e seria “indispensavel ao exito da pratica deste exame”<sup>200</sup>.

---

<sup>197</sup> ZUQUIM FILHO, João. op. cit. p. 66.

<sup>198</sup> SOUZA, João Prudêncio de. op. cit. p. 29.

<sup>199</sup> ZUQUIM FILHO, João. op. cit. p. 66.

<sup>200</sup> BAPTISTA, Luciano de Mello. op. cit. p. 70.

Por existir a proposta de contemplar na mesma lei a notificação compulsória das doenças impeditivas à realização dos casamentos, a questão do sigilo médico também poderia se tornar um entrave à execução do exame pré-nupcial. Mesmo sendo o assunto abordado indiretamente pela legislação <sup>201</sup> brasileira, o segredo médico era respeitado, sobretudo, porque também era citado no juramento de Hipócrates, o qual todos os médicos deveriam obedecer e respeitar.

Fato é que mesmo existindo essas legislações e o juramento médico, muitos profissionais acreditavam que o segredo era irrelevante em detrimento da possibilidade de futuramente povoar o país apenas com pessoas saudáveis, isso é claro de acordo com o pensamento daqueles que estavam envolvidos na defesa do exame. Para estes conforme a situação os médicos deveriam sim romper o silêncio a fim de salvar vidas futuras. Para Luciano Baptista o segredo médico acabava “entravando a acção benéfica e humanitária que deve ser a do medico perante a sociedade”<sup>202</sup>, além disso, perguntava-se ele:

Pode o medico, que assume o compromisso de zelar pelo interesse da sociedade, permitir que, dentro da esphera de suas attribuições, se cometam tantos crimes, tantas injustiças, contra esta mesma sociedade que jurou defender, em nome do chamado segredo profissional?<sup>203</sup>

João Prudêncio, outro defensor da quebra do sigilo médico também recomendava que o problema do segredo não existiria se o exame fosse realizado por peritos, uma vez que estes estariam exercendo sua função “fóra das leis do segredo medico, como fazem os médicos das companhias de seguro, das juntas de inspecção de saude, etc.”<sup>204</sup>, portanto a denúncia seria uma atribuição intrínseca ao cargo, e não configuraria crime.

---

<sup>201</sup> Os únicos códigos a tecer algumas considerações sobre o assunto eram o artigo 192 do Código Penal de 1890, que estabelecia ser crime “revelar qualquer pessoa o segredo que tiver notícia, ou conhecimento, em razão de officio, emprego ou profissão” (BRASIL, Decreto nº 847 de 11 de outubro de 1890), e o artigo 144 do Código Civil que previa que ninguém poderia “ser obrigado a depor de fatos, a cujo respeito, por estado ou profissão, deva guardar segredo” (BRASIL, Lei nº 3.071 de 1 de janeiro de 1916).

<sup>202</sup> BAPTISTA, Luciano de Mello. op. cit. p. 85.

<sup>203</sup> Idem. p. 85.

<sup>204</sup> SOUZA, João Prudêncio de. op. cit. p. 28.

Ademais muitos se baseavam no mesmo Código Penal que estipulava ser contravenção “deixar o medico clinico de denunciar a existencia de doentes de molestia infecciosa á autoridade competente”<sup>205</sup>.

Alguns dos argumentos utilizados pelos médicos a fim de justificar a quebra do sigilo médico também foram empregados para justificar a imposição do exame pré-nupcial. Para a maioria da categoria era lícito passar por cima dos preceitos das liberdades individuais porque o que se alcançaria no futuro seria mais compensador.

Álvaro R. de Oliveira afirmou que o que se iria fazer, se faria em nome da raça e, portanto, não se tratava de coagir o indivíduo ou retirar sua liberdade, o que se queria fazer era “defendel-o em sua saúde é preparar-lhe uma estrada na qual poderá trilhar, sem temor, tanto para si, como por aquelles que venham acaso ser seus descendentes”<sup>206</sup>.

Da mesma maneira pensava outro concluinte do curso de medicina; João de Souza assim se expressou em razão disso:

**O valor que se queira dar á liberdade individual é nullo** diante do valor maior que merece este attestado, que vela pela hygidez das proles vindouras, que impede em grande parte a degeneração da raça. Este ultimo facto patenteado pelas estatisticas dos asylos, dos hospitaes, das clinicas infantis, onde a heredo-syphilis tem grande concurrencia, basta, por si, para pleitear a existencia necessaria do attestado. O attestado de sanidade physica e mental alcançará todas as molestias contagiosas, todas as doenças transmissíveis por herança; defenderá ainda, cada consorte dos perigos individuaes curando-lhe a doença.

Não pode ser um attentado á liberdade.<sup>207</sup> [grifos meus].

Já Luciano de Mello foi um pouco mais radical. Por considerar o povo ignorante acreditava que esses deveriam simplesmente obedecer aos médicos, isso porque eles possuíam embasamento científico. Além

---

<sup>205</sup> BRASIL, Decreto nº 847 de 11 de outubro de 1890. Art. 178.

<sup>206</sup> OLIVEIRA, Álvaro Remígio de. op. cit. p. 68.

<sup>207</sup> SOUZA, João Prudêncio de. op. cit. p. 27.

disso, para ele a “especie é tudo; o indivíduo nada representa”<sup>208</sup>. Ainda de acordo com ele era irrisório

(...) falar-se em liberdade individual, desde que, esta liberdade, penosamente, redunde em desabono e descredito, em ruína da collectividade, em degeneração das gerações futuras.

Faça-se a lei do exame pre-nupcial. O nosso povo não poderá, absolutamente, acoimar, tal lei, como um attentado á liberdade individual, porque, mesmo que o seja, este tolhimento redundará em seu proprio beneficio, e, demais, **um povo como o nosso ignorante, analfabeto, não póde reclamar direitos de liberdade**, se para tanto lhe falta o factor indispensavel da instrucção, da razão precisa e capaz de o fazer comprehender os erros que commete.<sup>209</sup> [grifos meus].

Além das liberdades individuais que poderiam pôr em risco a instituição do exame, existia ainda um sentimento, que era encarado como um dos maiores empecilho: o amor. Para muitos essa qualidade do ser humano, certamente levaria às chamadas uniões disgênicas ou degenerantes. De acordo com Luis Magalhães era possível “affirmar que, quando um amor verdadeiro incendeia dois corações, não ha syphilis, tuberculose ou alcoolismo, capazes de extinguir este fogo”<sup>210</sup>.

Já para Álvaro Remígio, o amor, que já fora visto como o mais nobre dos sentimentos, agora deveria ser questionado, pois para alguns o amor era apenas uma desculpa para que os jovens se entregassem à “depravação do prazer”<sup>211</sup>. Ainda de acordo com ele, as pessoas diziam amar seus pares apenas para continuar procriando. O autor admitia que ainda pudessem existir amores verdadeiros, mas estes deixaram de ser regra para se tornar exceção. De acordo com ele “não satisfaz o amor aos mais simples preceitos de hygiene”<sup>212</sup>. Para muitos médicos as pessoas que se deixavam se entregar às suas paixões sem exigir de seus noivos o atestado de sanidade eram inconsequentes. Luciano de Mello afirmava que “as paixões nublam e entravam a razão e os interesses creados apresentam verdadeiras barreiras, obstaculos quase

---

<sup>208</sup> BAPTISTA, Luciano de Mello. op. cit. p.22.

<sup>209</sup> Idem. p. 79.

<sup>210</sup> FERRAZ, Luiz Magalhães. op. cit. p.49.

<sup>211</sup> OLIVEIRA, Álvaro Remígio de. op. cit. p. 58.

<sup>212</sup> Idem. p. 62.

invencíveis”<sup>213</sup> diante do exame pré-nupcial. Para Paulo de Godoy: “Ao amor inconsciente e degenerado, vasio e passional, que num espasmo furioso, espalha pela sociedade a doença, a miséria, a dôr, o crime, deve ser proscrito o direito de procreação.”<sup>214</sup>

E enquanto a maioria via no amor impedimento ao exame, Luis Magalhães Ferraz via no exame um impedimento para que o “amor se deixe arrastar como um inconsciente como um louco, como um criminoso”<sup>215</sup>.

Os médicos não eram contrários ao amor, a intenção era impedir ou evitar que pessoas contaminadas transmitissem suas doenças aos seus descendentes e à sua família. Portanto, dependendo da situação, quando a moléstia fosse considerada curável haveria apenas a anulação temporária, mas do contrário o casamento, como foi apontado anteriormente, só ocorreria mediante esterelização compulsória, fato que não impediria as pessoas de continuar se amando. Afinal, de acordo com Luciano de Mello a esterelização ainda permitiria que os “desgraçados gosem os prazeres da liberdade, proporcionando-lhes o bem estar, ao mesmo tempo que a sociedade e raça ficam garantidas contra seus ataques perniciosos e dysgenisantes”<sup>216</sup>.

Falta de médicos, de fiscalização, falcatruas, sigilo profissional, atentado às liberdades e o amor ainda não eram os únicos impedimentos ao exame. Segundo grande parte dos médicos o maior problema para a instituição do exame encontrava-se na população, pois esta era considerada ignorante e, portanto, acabaria resistindo às novas normas.

A ignorância do povo diante do asseio, da higiene, etc. era para Manuel Ligiéro um dos maiores empecilhos ao desenvolvimento do país, segundo ele:

(...) a ignorancia de certos preceitos hygienicos influe sobremodo na reproducção de certos factos baníveis do convívio do homem.

Os médicos-sociologos, os hygienistas estão de accordo que só seremos fortes contra o perigo commum, no dia em que tivermos pela instrucção,

---

<sup>213</sup> BAPTISTA, Luciano de Mello. op. cit. p.13.

<sup>214</sup> GODOY, Paulo de. op. cit. p. 520.

<sup>215</sup> FERRAZ, Luiz Magalhães. op. cit. p.15.

<sup>216</sup> BAPTISTA, Luciano de Mello. op. cit. p. 37.



por ensinamentos a noção exacta dos princípios higienicos.<sup>217</sup>

João Prudêncio, também acreditava que a educação seria o caminho para o progresso do país, aliás, para ele o sucesso da lei do exame pré-nupcial dependeria da instrução do povo. De acordo com ele:

A criação do attestado prenupcial, a sua legalisação, requer, para o bom exito de execução, um meio social especialmente educado para tal fim.

Será necessario que, desde os tempos do collegio tenha o individuo a comprehensão perfeita da importancia das medidas obrigatorias de hygiene.<sup>218</sup>

Outro a concordar com João Prudêncio foi Luciano de Mello, que via na educação sexual o melhor e único meio para que os jovens tivessem a “compreensão clara e precisa do alto e verdadeiro fim do matrimonio”<sup>219</sup>. Para ele o ensino era o meio mais eficaz no combate à degeneração uma vez que este tenderia a permanecer por várias gerações. Ainda de acordo com seu texto era necessário mostrar à juventude

a larga extensão das suas responsabilidades em face do futuro; façamol-a conhecer, profundamente, os cuidados que deve ter todo aquelle que contrahe casamento e possivel paternidade; façamos com que este ideal eugenico faça parte do nosso Codigo, do nosso methodo de ensino, do nosso systema de educação.<sup>220</sup>

Assim como seus demais colegas, Zuquim Filho também afirmou que a falta de instrução do povo era o maior obstáculo de todos, portanto para ele era necessário que primeiramente se fizesse a “educação sexual do povo, empreendimento generoso que liquidaria de vez com todos os preconceitos, que têm entravado a acção da prophylaxia”<sup>221</sup>.

Luis Magalhães também não hesitou em afirmar que:

A obrigatoriedade do ensino é, portanto, a primeira lei a ser creada, no intuito de se

---

<sup>217</sup> LIGIÉRO, Manuel. op. cit. p. 22-23.

<sup>218</sup> SOUZA, João Prudêncio de. op. cit. p. 31.

<sup>219</sup> BAPTISTA, Luciano de Mello. op. cit. p. 35.

<sup>220</sup> Idem. p. 43.

<sup>221</sup> ZUQUIM FILHO, João. op. cit. p. 8.

conseguir alguma cousa aproveitavel, e deste ensino devem fazer parte noções de prophylaxia dos males que nos infestam, (...).

Conhecendo os perigos a que estarão sujeitos os seus futuros filhos, ninguém, que possua uma educação sufficiente, negar-se-á a se submeter a um exame antenupcial.<sup>222</sup>

Os discursos referentes à solução da resistência à lei do exame giram em torno do exame pré-nupcial, do melhoramento da raça e da educação eugênica, como se fossem práticas aliadas e complementares. Para o Luis Magalhães a falta de educação era um empecilho para a implantação do exame pré-nupcial e também funcionava como um fator de contribuição para a transgressão das leis.

Além disso, acreditava que a proibição do casamento levaria algumas pessoas a “resolver a questão por suas próprias mãos e o caso mais frequente seria o concubinato, o adultério, a prostituição, a inversão sexual”<sup>223</sup>. Portanto a lei poderia desqualificar a instituição casamento.

Outros também reconheciam que o problema não estava somente na ignorância dos mais humildes, uma vez que até os mais instruídos acabavam resistindo às leis fosse ou não pelos meios legais. Álvaro Remígio salientava que no Brasil a lei era “letra morta ou applicada somente entre os pobres, os desprotegidos de fortuna”<sup>224</sup> e, portanto, não se tratava apenas de falta de educação da população, mas também de uma questão cultural.

A educação era um ponto-chave para o desenvolvimento do país e nisso concordavam os médicos que eram favoráveis ao exame pré-nupcial e também aqueles que eram contrários. Além disso, nos espaços educacionais era possível desde a mais tenra idade condicionar as populações, afinal no decorrer dos dias e dos anos a educação acabava regulando as diversas ações realizadas pelos homens, as tarefas e a vigilância constante marcavam a aquisição progressiva do saber e do bom comportamento; o esforço de toda a comunidade para a salvação<sup>225</sup>.

---

<sup>222</sup> FERRAZ, Luiz Magalhães. op. cit. p.46.

<sup>223</sup> Idem. p.44.

<sup>224</sup> OLIVEIRA, Álvaro Remígio de. op. cit. p. 67.

<sup>225</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. São Paulo: Editora Vozes, 2001. p. 187.

Com relação àqueles que afirmavam que a medicina ainda não possuía conhecimentos suficientes para permitir ou não o casamento, os médicos já haviam apontado que os seus conhecimentos eram notórios e, portanto, bastava que os legisladores acatassem as suas sugestões.

Levando em consideração que um dos principais objetivos do exame pré-nupcial era evitar que as famílias fossem contaminadas, sobretudo pelas doenças venéreas, muitos médicos passaram a encarar a prostituição como um fator degenerante. Para Zuquim Filho não era possível se falar em profilaxia das doenças venéreas sem que se discutisse também a questão do meretrício, afinal, afirmou ele, 90% dessas contaminações “se effectua nos prostibulos”<sup>226</sup>.

Vale lembrar também que a discussão em torno do exame pré-nupcial iniciou concomitantemente aos debates que ocorriam sobre o meretrício no final do século XIX e começo do XX. Para muitos médicos os prostibulos eram os principais focos de propagação dessas doenças e, portanto, a esses espaços deveria ser dispensada mais atenção por parte do governo. De acordo com Manuel Ligiéro nesses locais a infecção “é o credo quotidiano”. E acrescenta: “Porque lá, não raro é aquelle que, quando praticamente não infecta, praticamente é infectado, com as suas lesões iniciaes.”<sup>227</sup>

Como era sabido que havia entre os jovens o costume de frequentar prostibulos antes de contrair matrimônio, alguns médicos sugeriam o controle dos meretrícios e das meretrizes através de regulamentos, outros, porém, eram mais a favoráveis à extinção dessa prática.

João Zuquim Filho era um dos favoráveis ao fim da prostituição, e para ele o combate a esta prática deveria girar em torno de alguns itens, abaixo listados:

- a) perseguição ao proxenetes, cafeten e cafetina;
- b) perseguição do lenocínio;<sup>228</sup>
- c) proibição do álcool e demais tóxicos;
- d) perseguição do jogo sob todas as fórmias;
- e) medidas policiaes (fechamento de cabarés, cafés cantantes, dancings etc.);
- f) modificação nos códigos civil e penal;
- g) criação de abrigos para as regeneradas.<sup>229</sup>

---

<sup>226</sup> ZUQUIM FILHO, João. op. cit. p. 5.

<sup>227</sup> LIGIÉRO, Manuel. op. cit. p. 21.

<sup>228</sup> Consiste em explorar o comércio carnal alheio.

O último item da pauta trata-se de uma sugestão ao governo, para que se criassem casas especializadas com o intuito de receber as mulheres que decidissem sair da prostituição. Para ele as meretrizes poderiam ser “salvadas”, pois muitas dessas se submetiam a essa vida porque não haviam tido outra oportunidade. E mesmo aquelas que tiveram chances de mudar e não o fizeram porque gostavam ou por acomodação um dia poderiam vir a se arrepender. Caso isso acontecesse elas teriam suporte do governo. Sua ideia era de que:

Fundado o abrigo, nelle ingressariam as prostitutas arrependidas e ahi tendo a sua subsistência garantida e o conforto necessário ao corpo e ao espírito, iam, a pouco e pouco, lavando a macula de sua vida e breve completamente redimidas, poderiam reingressar no seio social de que estavam desgarradas.

No abrigo seriam dirigidas por uma congregação beneficente e encontrariam meios para se dedicar ao trabalho, aproveitando-se as aptidões de cada uma na costura, na pintura, onde quer que pudesse ser empregada a sua actividade. Quantas meretrizes tem deixado o bordel, mas a esse antro de novo tornam porque na luta pela subsistência, sem aptidões e sem amparo (às vezes perseguidas) não podiam morrer de fome.<sup>230</sup>

Além do combate à prostituição – que na verdade não era contemplado pelo projeto do exame pré-nupcial, mas acabou sendo citado porque também tinha por intenção evitar a propagação das doenças venéreas –, alguns médicos defendiam, como forma de preservar os jovens de sífilis, gonorréia e cancro, a continência sexual. Ainda de acordo com Zuquim Filho, o mesmo que defendia as escolas de regeneração, “a abstinência sexual é possível, não causa malefício, antes pelo contrario é um factor eugênico de engrandecimento e fortaleza da raça”<sup>231</sup>. Manuel Ligiéro também concordava com seu colega ao afirmar que o homem “dever-se-ia conservar continente até o dia do seu casamento”<sup>232</sup>.

---

<sup>229</sup> ZUQUIM FILHO, João. op. cit. p. 50.

<sup>230</sup> Idem. p. 55.

<sup>231</sup> Ibid. p. 57.

<sup>232</sup> LIGIÉRO, Manuel. op. cit. p. 28.

Outra sugestão de Zuquim Filho para evitar as contaminações venéreas era o uso de preservativos, mas esses meios eram vistos com ressalvas, pois, segundo ele “têm valor muito relativo”<sup>233</sup>. Vale lembrar que naquele período existiam vários meios preventivos, embora esses tivessem eficácia duvidosa, segundo os próprios médicos. Sem querer levar em consideração o êxito dos métodos, vale ressaltar que a prática mais comum que pretendia evitar as contaminações era as lavagens *post coitum*, que eram acrescidas ou não de soluções ou pomadas químicas; menos ordinário, mas também utilizado era a imposição de barreiras entre os órgãos sexuais como a *camisa de vênus*. Esta última, aliás, era pouco confiável na época, segundo Zuquim devido à fina espessura do material:

(...) a violência do processo do coito, se compreende a facilidade com que se podem romper. Ainda que se empreguem dous preservativos, um sobre o outro ainda não estará fora o risco de ruptura de ambos.<sup>234</sup>

Além disso, segundo outro colega, o uso desses preservativos causava inconvenientes tanto nos homens como nas mulheres e por isso, de acordo com Manuel Ligiéro, “vê-se claramente o quanto esse meio é prejudicial e digno de ser abandonado”<sup>235</sup>.

Diante destas exposições ficou notório que o exame pré-nupcial foi também deveras discutido no âmbito médico-acadêmico. Assim como na imprensa, destrincharam-se todos os prós e os contras e é claro que por razões óbvias as vantagens estiveram mais em evidência, mas por mais que os médicos acreditassem que tinham capacidade suficiente para participar de todos os assuntos que diziam respeito às medidas legais que envolvessem a saúde dos brasileiros, a elaboração e o encaminhamento das leis ainda pertenciam aos parlamentares. E, portanto, o objetivo do próximo capítulo é acompanhar como ocorreu o debate em torno da tentativa de se incluir na Constituição de 1934 o exame pré-nupcial obrigatório.

---

<sup>233</sup> ZUQUIM FILHO, João. op. cit. 78.

<sup>234</sup> Idem. p. 78.

<sup>235</sup> LIGIÉRO, Manuel. op. cit. p. 33.

### **3. “A HORA DA VERDADE”: O DEBATE SOBRE O EXAME PRÉ-NUPCIAL NA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1934**

Após a Revolução de 1930, a Constituição de 1891 foi revogada e estabeleceu-se um governo provisório que passou a administrar o país através de decretos e leis.

Vale lembrar, entretanto, que o governo provisório demorou mais do que queria uma parcela da população brasileira e foi preciso que se passassem dois anos para que o presidente interino se comprometesse a reunir um colegiado para dar início aos trabalhos a fim de elaborar a nova constituição brasileira.

Mesmo diante do intenso debate e de considerações prós e contras a sessão inaugural da assembleia constituinte ocorrida em novembro 1933 alimentou a esperança daqueles que propugnavam pela instituição do exame pré-nupcial, e a possibilidade desta lei se tornar soberana, uma vez que poderia ser contemplada pelo código mais importante do país, animava ainda mais os defensores do exame.

O anteprojeto constitucional não se referia exatamente ao exame, mas dava brecha a sua instituição, uma vez que fora redigido prevendo que o Estado deveria instituir meios para proteger a família, o casamento e consequentemente as futuras gerações – preceitos estes que inclusive eram os mesmos defendidos pela maioria dos eugenistas. Fato que faz chegar à conclusão de que muitos legisladores eram, senão adeptos, simpatizantes da eugenia que ia se consolidando cada vez mais. No anteprojeto figuravam dois dispositivos que diziam respeito a esses assuntos. O art. 107, que previa proteção especial às famílias, e o art. 110, que ficou assim escrito:

Cabe á União, como aos Estados e aos Municípios, nos termos da lei federal; a) velar pela pureza, sanidade e melhoramento da família; b) facilitar aos pais o cumprimento de seus deveres de educação e instrução dos filhos; c) fiscalizar o modo por que os pais cumprem os seus deveres para com a prole e cumpri-los subsidiariamente; d) amparar a maternidade e a infância; e) socorrer as famílias de prole numerosa; f) proteger a juventude contra toda

exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual.<sup>236</sup>

Vê-se novamente a tentativa dos governantes e também dos intelectuais que estavam envolvidos com essas políticas de criar mecanismos com o objetivo de controlar os corpos de maneira a aumentar a produtividade da população e evitar os desvios, as anormalidades. “Saúde, progenitura, raça, futuro da espécie, vitalidade do corpo social”<sup>237</sup> passaram a ser objeto de interesse entre aqueles comprometidos com a mudança do país.

Como se tratava de um anteprojeto, os legisladores tinham plena consciência de que o texto ainda sofreria várias modificações e, portanto, naquele momento estava a cargo deles sugerir as devidas alterações, supressões ou adendos. E foi exatamente o que fizeram os políticos partidários ao exame. Das salas de reuniões foram sugeridas diversas emendas referentes ao exame pré-nupcial. Vale lembrar também que embora as decisões coubessem exclusivamente aos parlamentares, era natural que esses fossem influenciados por outros profissionais ou empresários ligados às questões da saúde.

### 3.1 AS EMENDAS AO ANTEPROJETO CONSTITUCIONAL E O PROJETO 1-A DE 1934

Em 15 de dezembro de 1933, durante reunião ordinária da assembleia o deputado Alberto Surek, que se dizia pertencer à bancada trabalhista<sup>238</sup>, afirmou que deveria ser acrescentada ao art. 110 a promoção do exame pré-nupcial. E para justificar suas opiniões usou o exemplo da Alemanha, que havia decidido um pouco antes da ocasião da realização desta sessão que a partir de 1934 começaria um programa de esterelização, no qual cerca de 400.000 pessoas seriam submetidas à operação. Levando isso em consideração assim se declarou o parlamentar:

---

<sup>236</sup> BRASIL. Annaes da Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934. Volume I. Disponível em: < <http://bd.camara.leg.br/>>. Acesso em 14 abr. 2015. p. 160.

<sup>237</sup> FOUCAULT, Michel. op. cit. p. 138.

<sup>238</sup> BRASIL. Annaes da Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935. Volume IV. Disponível em: < <http://bd.camara.leg.br/>>. Acesso em 14 abr. 2015. p. 192.

De há muito já se agita no Brasil, notadamente entre a classe medica, a questão do exame pré-nupcial, medida de indisfarçável alcance relativamente á nossa eugenia.

Não somos ainda um povo adiantado para decretar, como o fez recentemente a Alemanha medidas avançadas visando melhorar o tipo racial brasileiro. Já estamos, porem, na idade em que se deve acautelar a formação de novos lares, a organização da família, dos males sem conta que o liberalismo criminosamente admitido até agora, a esse respeito tem produzido no nosso meio.

Medida de prevenção visando o que de mais precioso há para a nacionalidade, a formação física do individuo, condição de que depende o indivíduo mental e moral, dadas as estreitas relações que ligam entre si essas três faces da personalidade, é inteiramente desnecessário encarecer-se a urgente necessidade que temos de adotá-la no nosso país.<sup>240</sup>

Já de outra sala de sessões outros políticos sugeriram a anexação de parágrafos ao art. 108 e, de acordo com os membros da reunião, um desses parágrafos deveria assim ser redigido:

§... O casamento civil somente será celebrado ante a apresentação do atestado sanitário fornecido pela autoridade sanitária aos nubentes. Tal atestado ficará sujeito apenas ao selo de educação e saúde.<sup>241</sup>

A sustentação utilizada para a inclusão desse texto não foi muito diferente da citada anteriormente e como se pode perceber também estava pautada nos princípios eugênicos. Segundo o colegiado que recomendou a ação, o exame pré-nupcial era uma medida que viria em beneficio eugenia. E esta, de acordo com os participantes da reunião, era a solução para os problemas do país, por isso concluíram os integrantes: “Já não se devem descuidar as providencias aconselhadas e necessárias ao aperfeiçoamento do tipo racial brasileiro.”<sup>242</sup> Aperfeiçoar para

---

<sup>240</sup> BRASIL. Annaes da Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935. Volume IV. Disponível em: < <http://bd.camara.leg.br/>>. Acesso em 14 abr. 2015. p. 266-267.

<sup>241</sup> Idem. p. 268.

<sup>242</sup> Ibid. p. 268.



aumentar seu vigor, sua aptidão, pois a população além de força produtiva tornou-se objeto técnico-político<sup>243</sup>.

Assim como os parlamentares acima citados, os membros da reunião de 16 de dezembro de 1933, que representavam a região norte e nordeste do Brasil, redigiram a emenda nº 543, que pedia um incremento ao final do texto da alínea “a” do art. 110. Para eles o texto deveria ter a seguinte redação:

Incube á União, como aos Estados e aos Municípios, nos termos da lei federal; a) velar pela pureza, sanidade e melhoramento da família; (...) e da raça, estabelecendo dentre outras medidas, a obrigatoriedade do exame prenupcial.”<sup>244</sup>

Todas as emendas possuíam uma justificativa e naquelas que se referem à adoção do exame pré-nupcial foi possível observar grande influência dos ideais eugênicos. Para os defensores da emenda nº 543 adotar o exame era:

Velar pela sanidade e melhoramento da família e da raça, no presente, combatendo cientificamente os males que as afligem, anulando ou atenuando a ação devastadora das endemias ou epidemias que lhes são comuns, tornando o meio ambiente menos nocivo ao homem; velar pela sanidade e melhoramento da família e da raça, no futuro, evitando casamentos entre inaptos para a boa geração ou casamentos prejudiciais não só para os vinculados, como ainda, particularmente, para a prole descendente;

(...)

Não esqueçamos, nunca, de que a superioridade de um povo está na proporção direta da superioridade de sua unidade, o homem, e ainda mais que “o vigor da raça e o abatimento da raça são, entre todos os fatores capitais da grandeza, e da decadência nas nações. A formação da raça é pois, a chave do predomínio na civilização por vir.”

(...)

---

<sup>243</sup> FOUCAULT, Michel. op. cit. p. 92.

<sup>244</sup> BRASIL. Annaes da Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934). op. cit. p. 287.

Dê-nos a lei, e, os brasileiros, verdadeiramente patriotas, se encarregarão de “criar a consciência sanitária popular, base do bem estar das nações”.<sup>245</sup>

Como se pode observar alguns legisladores intencionavam acrescentar ao capítulo que se referia à família a obrigatoriedade do exame pré-nupcial em forma de artigo, alínea ou parágrafo. A emenda nº 631, por exemplo, pedia que fosse somado ao art. 108 um quarto parágrafo com o intuito de estabelecer que os exames fossem realizados por médicos legistas e que se proibissem casamentos sem a apresentação de um atestado de saúde.<sup>246</sup> A fim de legitimar o pedido, os parlamentares da bancada paulista usaram exemplos de outros países que haviam adotado a lei do exame.

Em Washington, em 1909, foi onde primeiro se pôs em execução uma lei exigindo o certificado de saúde dos nubentes. Existem hoje catorze legislações semelhantes sendo calculados por estatísticas recentes em cerca de um milhão de pessoas submetidas, só na América do Norte, a esses exames.

Na Europa a Suécia, Noruega, Dinamarca, Turquia; em Berlim, Dresde e Hamburgo, na Alemanha, na Itália, Holanda, Áustria, Bélgica; no Chile e Equador, são tratados carinhosamente esses assuntos, já com a existência de ambulatórios, já com a obrigatoriedade do exame. Não é necessário encarecer os resultados que daí advirão para o Brasil e é insofismável o direito que assiste ao Estado de cuidar de sua eugenia.<sup>247</sup>

Os políticos brasileiros esperavam que o Brasil também seguisse a tendência de instituir além dos exames a prática e a educação eugênica. Nesse momento já não era possível desatrelar a lei do exame das convicções eugênicas, isso porque, vale repetir, viam a eugenia como uma solução para os problemas do país. Sugeridas as emendas agora se fazia necessário discutir se elas deveriam ser contempladas ou não. Para chegar às conclusões finais a assembléia permitiu que os prós e contras à instituição de tal lei se posicionassem e dessem seus

---

<sup>245</sup> Idem. p. 287-288.

<sup>246</sup> Ibid. p. 291.

<sup>247</sup> Ibid. p. 291.

pareceres aos seus colegas que votariam a favor ou não a inclusão do item à carta constitucional. Portanto, conforme ia decorrendo o debate os legisladores tentavam convencer, através de seus discursos, os demais membros do colegiado.

No final da 64ª sessão da assembleia realizada no primeiro dia de fevereiro de 1934, pediu a palavra o médico e deputado da bancada paulista Antonio Carlos Pacheco e Silva a fim de alertar sobre a necessidade de o Estado prestar maior atenção à saúde pública no Brasil. Na ocasião assim se dirigiu aos demais parlamentares:

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, venho hoje ocupar a atenção desta Casa, na certeza de tratar de um assunto que não pode deixar de despertar o interesse de todos aqueles que se acham aqui reunidos, por delegação expressa do Povo brasileiro, para elaborar a Nova Carta Constitucional, porque se prende á própria vida da Nação. Eu quero referir-me, Sr. Presidente, á necessidade de se ventilem neste recinto, onde, com exceção do orador, figuram médicos dos mais ilustres do Brasil, os problemas relacionados com a medicina e a higiene sociais, que ainda estão, fôrça é reconhecer, reclamando maior atenção dos poderes públicos.

Assiste-me o propósito, Srs. Constituintes, de justificar algumas emendas apresentadas pela bancada paulista da "Chapa única" ao anteprojeto que serviu de roteiro aos nossos trabalhos e que foram reunidas em capítulo á parte, considerando a importancia dêsses problemas, que podem ser equiparados aos da defesa nacional, porquê representam também interesses vitais para a Nação.

(...)

Felizmente para mim, o assunto é de tal ordem que eu não creio haja entre os representantes de todos os recantos do Brasil quem tenha opinião discordante e não reconheça a urgência de se cuidar do aperfeiçoamento da raça, procurando por todos os meios de melhorar as suas condições

físicas, apurar os seus predicados morais e aprimorar os intelectuais.<sup>248</sup>

O deputado prosseguiu ainda pedindo aos demais parlamentares que reconhecessem a validade das palavras dos médicos, seu discurso que se revestia de vontade de verdade tentava exercer uma pressão<sup>249</sup>, uma coação, entre os presentes. Para ele:

os médicos que estudam os fatores sociais e suas relações com a medicina e com a higiene devem ser ouvidos, **pois a eles cabe estabelecer os postulados indispensáveis** para melhorar as condições de miséria fisiológica e, porquê não dizer moral, em que vivem as camadas menos cultas do país.<sup>250</sup> [grifos meus].

Em um longo discurso o médico e deputado falou dos progressos da ciência, biologia, nutrição, hereditariedade, etc., e a relação destes com as melhorias na qualidade de vida do povo. Também pediu que as normas considerassem a aplicação desses conhecimentos e que se fomentasse a pesquisa no Brasil. Em resposta a aqueles que diziam que estes assuntos não eram de ordem constitucional assim se posicionou o parlamentar:

Não se alegue, Srs. Constituintes, que o assunto não é matéria constitucional. Como é possível deixar de considerar o maior patrimônio do país, o mais representativo dos seus valores, o capital mais precioso na ordem econômica, um manancial inesgotável de possibilidades infinitas em todos os campos da atividade social e espiritual, que é o homem?<sup>251</sup>

Concluindo a sua fala o deputado também fez questão de citar outros países como modelos a serem seguidos e de frisar que o país precisava investir na educação higiênica, que segundo ele deveria fazer parte de todo o período escolar. A intenção de Antonio Carlos Pacheco e Silva era alertar o presidente da assembleia e os demais constituintes,

---

<sup>248</sup> BRASIL. Annaes da Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935. Volume VII. Disponível em: < <http://bd.camara.leg.br/>>. Acesso em 14 abr. 2015. p. 262-263.

<sup>249</sup> FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 19.ed. São Paulo: Loyola, 2009. p. 18.

<sup>250</sup> BRASIL, op. Cit., p. 264-265.

<sup>251</sup> Ibid. p. 267.

para a necessidade de se criar na nova constituição um capítulo especial onde se incluíssem “medidas essenciais que assegurem ao povo brasileiro o direito á saúde e á assistência”<sup>252</sup>.

Pacheco e Silva um pouco antes de dar como concluída a sua fala frisou que ainda se manifestaria mais vezes a respeito desse assunto, o que de fato iria ocorrer na 75ª sessão, de 20 de fevereiro de 1934. Entretanto, antes de referir-se à segunda apologia ao exame pré-nupcial do citado médico, há de se considerar que algumas das emendas sugeridas já haviam ganhado um parecer temporário.

Em razão da dinâmica da elaboração de uma nova constituição, esses primeiros pareceres deveriam ainda passar ainda por uma comissão plenária que aceitaria ou não as substituições, mas para a alegria dos defensores do exame, havia um substituto ao capítulo do anteprojeto que se referia à família, que previa a obrigação da apresentação do atestado de sanidade aos noivos.

O esboço do projeto substituto idealizado por Adolpho Eugenio Soares Filho, membro das comissões constitucionais, ficou assim redigido:

Art. A - A família é constituída sob garantia do Estado e repousa sobre o casamento e a igualdade jurídica dos sexos, cabendo á lei federal estabelecer e regular os direitos e deveres dos cônjuges entre si e destes para com o Estado e para com a prole.

Art. B - O casamento válido será unicamente o civil, monogâmico e indissolúvel, celebrado por autoridade do Estado, cujo processo de habilitação e a sua celebração serão gratuitos.

**§ 1º Aos contraentes é obrigatória a prova prévia de exame de sanidade física e mental, segundo os moldes da eugenia estabelecidos em lei federal.**<sup>253</sup>[grifos meus].

Assim como os demais parlamentares que sugeriram as emendas Adolpho Eugenio justificou as suas alterações e assim se expressou na ocasião:

---

<sup>252</sup> Ibid. p. 268.

<sup>253</sup> BRASIL. Annaes da Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936. Volume X. Disponível em: < <http://bd.camara.leg.br/>>. Acesso em 14 abr. 2015. p. 440.

Inseri, no substitutivo, a obrigatoriedade do exame pré-nupcial, exame de sanidade física e mental dos nubentes, conforme os moldes da eugenia, previstos em lei, por ser uma medida reclamada por todos, aconselhada pela ciência, de relevante e incontestável e inadiável necessidade para a melhoria racial, para evitar proles defeituosas por transmissão contagiosa e hereditária de males graves.

Atualmente todos os povos, os mais cultos, embora, já com tipo definido de raça bela e forte, trazem na sua legislação esta salutaríssima e providente providência. Não seria decente que nos conservássemos estacionados, aferrados na ignorância e no erro de deixarmos que a nossa população continue se inutilizando, se definhando, se tornando incapaz para tudo devido às moléstias incuráveis e transmissíveis, na maioria dos casos pelo contágio conjugal. Se queremos ter mentalidade sã, cuidemos primeiramente da saúde do corpo (...).<sup>254</sup>

Parecia que a possibilidade de instituir o exame ficava mais próxima e para reforçar a necessidade dessa imposição se manifestou novamente o dr. Pacheco e Silva. Na segunda ocasião que ocupou a tribuna o deputado reafirmou a necessidade de se cuidar da educação eugênica e sexual, pois de acordo com suas convicções a lei era necessária.

Srs. Constituintes, porque não há, presentemente, quem não se inquiete com a chamada “maré montante de tarados de toda espécie”, que sobrecarregam a sociedade com um enorme peso morto, exigindo cada vez maiores sacrifícios das forças vivas das nações.<sup>255</sup>

Nesta segunda manifestação o deputado foi mais além e não escondeu sua adesão à eugenia. Em seu discurso mencionou que os ideais eugênicos deveriam permear o pensamento dos “homens aos

---

<sup>254</sup> Idem. p. 444.

<sup>255</sup> BRASIL. Annaes da Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935. Volume VIII. Disponível em: < <http://bd.camara.leg.br/>>. Acesso em 14 abr. 2015. p. 222.

quais a nação confiou a elaboração das suas leis básicas”<sup>256</sup>. Dessa maneira propunha “adotar um programa de defesa nacional da saúde, encarando sob os seus mais diversos aspectos, baseando-nos em fundamentos de ordem eugênica, racial e social”<sup>257</sup>. Além disso, deu um recado aos parlamentares que eram contrários ao exame, para ele todos que deixavam “para um segundo plano as questões que tocam de perto a formação da nacionalidade” estariam dando um “mal atestado do seu patriotismo”<sup>258</sup>.

Assim como no seu primeiro discurso o deputado insistiu que deveria ser contornada a precariedade dos recursos de assistência e inclusive aproveitou para criticar a “condescendência lamentável”<sup>259</sup> das leis brasileiras que, segundo ele, permitiam que “tarados” continuassem a se reproduzir. Ainda de acordo com seu discurso a inexistência de leis que obrigassem a esterelização dos “anormais e degenerados” contribuía para que estes continuassem a se reproduzir, portanto, disse o médico, citando outro colega: “O exame pré-nupcial obrigatório, ao lado da instrução e propaganda eugênica, deverá ser uma das primeiras medidas a se adotar.”<sup>260</sup>

Após defender as práticas eugênicas mais uma vez, sugerindo inclusive que se criasse nos cursos superiores uma cadeira especial “para o estudo da hereditariedade humana e higiene racial (Eugenia)”<sup>261</sup>, argumentou dirigindo-se principalmente ao presidente da sessão que as razões expostas justificavam a “inclusão, na nossa Magna Carta, de uma linha apenas em que se assinale o dever dos poderes públicos de cuidar das questões eugênicas”<sup>262</sup>. Para encerrar frisou que as primeiras atitudes a serem tomadas no sentido de tornar “a raça mais perfeita, melhor dotada física e psiquicamente, está na aplicação prática das leis heredo-biológicas (...)”<sup>263</sup>.

E segundo consta nos anais o médico e deputado Pacheco e Silva foi ovacionado ao final de seu discurso. Entretanto, a discussão acerca do exame pré-nupcial não parou nesse momento e mesmo com um

---

<sup>256</sup> Idem. p. 225.

<sup>257</sup> Ibid. p. 225.

<sup>258</sup> Ibid. p. 225.

<sup>259</sup> Ibid. p. 225.

<sup>260</sup> Ibid. p. 226.

<sup>261</sup> Ibid. p. 227.

<sup>262</sup> Ibid. p. 227.

<sup>263</sup> Ibid. p. 228.

parecer final redigido pela comissão constitucional, os debates prosseguiram.

De acordo com o texto de Adolpho Soares, responsável por elaborar o capítulo que se referia à família e educação, tudo levava a crer que o exame obrigatório estava muito próximo de ser instituído. Vale lembrar, entretanto que o novo texto foi aprovado, com restrições. Mas de qualquer forma acabou sendo divulgado em março de 1934 e ficou assim redigido:

#### DA FAMÍLIA E EDUCACÃO

Art. 167. A família, constituída pelo casamento indissolúvel, está sob a proteção especial do Estado.

Art. 168. O casamento será civil, e gratuita a sua celebração e respectivo registro.

Parágrafo único. O casamento poderá ser validamente celebrado pelo Ministro de qualquer confissão religiosa, previamente registrado no juízo competente, depois de reconhecida a sua idoneidade pessoal e a conformidade do rito respectivo com a ordem pública e os bons costumes. O processo de habilitação obedecerá ao disposto na lei civil. Em todos os casos, o casamento somente valerá depois de averbado no Registro Civil. A lei estabelecerá penalidades para a transgressão dos preceitos legais atinentes à celebração do casamento.

Art. 169. **Aos contraentes é obrigatória a prova previa de exame de sanidade física e mental, segundo os moldes da eugenia, estabelecido em lei federal.**<sup>264</sup> [grifos meus].

### 3.2 O PROJETO 1-A E O DEBATE EM TORNO DO ARTIGO 169

Assim que foi divulgado o projeto substitutivo, iniciaram-se novas discussões e emendas. Para alguns constituintes, como por exemplo, Joaquim de Arruda Falcão, o artigo 169 estava destinado “por

---

<sup>264</sup> BRASIL. Annaes da Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936. Volume X. Disponível em: < <http://bd.camara.leg.br/>>. Acesso em 14 abr. 2015. p. 599.



força, a ser letra morta”<sup>265</sup>. Outro parlamentar que concordou com Arruda foi Godofredo Costa de Menezes, autor de uma emenda que pedia a supressão do art. 169. Durante a realização da centésima sessão, de 21 de março de 1934, assim se manifestou Costa de Menezes em relação ao artigo proposto:

Médico, também, não me arreceio da supressão, que proponho, do art. 169 do substituto, estabelecendo, no Brasil, em todo o Brasil, do litoral e do *hinterland*, gaúcho ou acreano, paraense ou matogrossense, no mais recôndito logarejo, onde também se casa, como no cenário magnífico da formosa cidade em que nos reunimos, o exame pre-nupcial obrigatório!

É preciso desconhecer o que deva ser e como deva ser esse exame, a rigor, com observações minuciosas e por vezes demoradas, reações, análises físico-químicas, exames de laboratórios (de sangue, do líquido céfalo-raquidano), exames de ambos os nubentes e, às vezes, de ascendentes e rememorativos de família, **é preciso se desconhecer a dificuldade ou a impossibilidade, não raro, desses exames; é preciso desconhecer que nada valem as leis sem os costumes;** que onde a lei arrocha as formalidades e impedimentos matrimoniais a mancebia (prostituição) se substitue, com os defeitos morais, somando-se aos males físicos da prole ilegítima, que a lei debalde (inútil, em vão) procurou evitar viesse de tal união; **é preciso se esquecer de que mais vale o efeito persuasivo, suasório, penetrante, de uma sabia propaganda, de uma advertência amistosa ou prudente do que a força da lei, na sua abstração, ou mesmo na sua sanção coercitiva; é preciso que a gente se esqueça do que ocorre no interior, onde não há gabinetes ou institutos médicos-legais, e se substituem os peritos médicos-legais por leigos, curiosos, farmacêuticos, curandeiros e até mesmo por médicos, clínicos ilustres mas não**

---

<sup>265</sup> BRASIL. Annaes da Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936. Volume XI. Disponível em: < <http://bd.camara.leg.br/>>. Acesso em 14 abr. 2015. p. 200.

**especializados em medicina legal;** é preciso apagar da memória todas essas considerações para se admitir o instituto do exame pré-nupcial obrigatório. E, infelizmente, o afirmo porquê vale dizer que está o preceito muito distanciado do estado geral da cultura do Brasil!<sup>266</sup> [grifos meus].

Costa de Menezes se mostrou a par das discussões, pois elencou todos os empecilhos já discutidos e para ele estes já eram suficientes para provar que a lei estaria fadada ao fracasso. Para os que se opunham à obrigatoriedade do exame pré-nupcial, seja por questões de deficiência do aparato estatal ou não, os entraves seriam superados pelos benefícios que o artigo 169 do projeto traria, caso aprovado.

Em outra discussão sobre o mesmo artigo, durante a 109ª sessão, o deputado Luiz Cavalcanti Sucupira aproveitou seus últimos cinco minutos para dizer que reconhecia a validade do exame, mas acreditava na impossibilidade de se colocar em prática tal medida, por uma série de razões, já citadas por outros médicos, políticos, advogados, etc. O legislador simplesmente se questionou se o país teria realmente condições de selecionar seu povo, pois de acordo com ele “adotada tal providência, equivalerá a determinar o seguinte: depois de votada a Constituição, não haverá mais casamentos no Brasil”<sup>267</sup>.

E emendando a fala de Luiz Cavalcanti prosseguiu Ferreira de Souza, outro parlamentar: “Mesmo porquê não haverá em muitas partes do território nacional, médicos em número suficiente para firmar os exames dos candidatos ao casamento.”<sup>268</sup>

Ainda de acordo com o orador Luiz C. Sucupira não se tratava de ser contrário à medida, mas de torná-la facultativa, uma vez que assim como seu colega reconhecia que seria difícil exigir o exame num país onde no “interior, para se conseguir, às vezes, um exame cadavérico, chega-se a recorrer aos práticos de farmácia”<sup>269</sup>. Além disso, indagou ele:

---

<sup>266</sup> BRASIL. Annaes da Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936. Volume XII. Disponível em: <<http://bd.camara.leg.br/>>. Acesso em 14 abr. 2015. p. 97-98.

<sup>267</sup> BRASIL. Annaes da Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936. Volume XIII. Disponível em: <<http://bd.camara.leg.br/>>. Acesso em 14 abr. 2015. p. 75.

<sup>268</sup> Idem. p. 75.

<sup>269</sup> Ibid. p. 75.

Como um homem do interior, distante de um centro populoso onde não existem médicos e outros elementos indispensáveis, vai obter, sem grandes sacrifícios, até financeiros, o atestado de exame pré-nupcial, afim de casar-se?<sup>270</sup>

Luiz C. Sucupira ainda alertava para o fato de que tal imposição poderia desencadear uma reação da população a exemplo da Revolta da Vacina, pois esta medida estaria contrariando as questões relacionadas às liberdades individuais. Assim que terminou sua fala outros deputados se manifestaram a favor e contra, num debate que vale ser reproduzido, uma vez que fica clara a posição desses parlamentares diante do assunto:

O SR. ACIR MEDEIROS - A medida não chegaria a atingir á sua finalidade.

O SR. LUIZ SUCUPIRA - Sr. Presidente, sabemos que países adiantadíssimos, como os Estados Unidos, não exigem de forma alguma o exame pré-nupcial.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI – A medida não atingiria seus objetivos se, como consequência, não se exigisse igualmente a esterilização dos degenerados.

O SR. LUIZ SUCUPIRA - V. Ex., por aí, vê que o exagero gera outro exagero, o absurdo outro absurdo, a violência outra violência.

O SR. BARRETO CAMPELO - Erigindo-se o exame pré-nupcial, deve-se, também, exigir tipos eugenicamente perfeitos.

O SR. LUIZ SUCUPIRA - V. Ex. tem razão. E qual o tipo eugênico perfeito no Brasil, nesta mistura de raças que aquí existe? Para uns o crioulo é um tipo verdadeiramente incapaz - eugenicamente falando; para outros, já seria o japonês; para outros, o africano, e assim por diante. Viveríamos desta sorte, numa eterna luta de discussões filosóficas, medicinais, estéreis todas, e afinal, chegaríamos – como disse o nobre Deputado Barreto Campelo – á conclusão de que, no Brasil, ninguém mais se poderia casar, porquê não temos tipo eugênico fixo.

O SR. ACIR MEDEIROS - Seria o amor livre.

---

<sup>270</sup> Ibid. p. 75-76.

O SR. LUIZ SUCUPIRA - V. Ex. chegou ao ponto em que eu queria chegar: seria o amor livre, como na Rússia, onde a cohabitação é o casamento.

O SR. Presidente - Está findo o tempo de que dispunha o nobre orador.

O SR. LUIZ SUCUPIRA - Dou, assim, Sr. Presidente, por terminadas as minhas considerações.<sup>271</sup>

Enquanto uns elogiam a aprovação da emenda que contemplou o exame pré-nupcial, como o deputado Sebastião de Oliveira<sup>272</sup>, outros falavam das barreiras da introdução de tal norma. José Ulpiano Pinto de Souza criador da emenda nº 110, que também pedia a supressão do art. 169, acabou se manifestando durante a 113ª sessão e afirmou que o artigo 169 modificaria o Código Civil e por isso a medida não deveria ser contemplada. Além disso, reiterava Alcântara Machado, interrompendo o colega: a “matéria é insolúvel no Brasil” e “impossibilitaria apenas o casamento dos pobres”<sup>273</sup>.

Após a interpelação, continuou José Ulpiano, concordando com o outro deputado: “por que colocar numa Constituição matéria de puro Direito Civil?”<sup>274</sup>, ademais cercear ou embaraçar o casamento era o equivalente a “favorecer a mancebia e impedir o casamento do pobre”<sup>275</sup>. “É para atender ao idealismo da eugenia, no Brasil”, disse Adroaldo Costa apartando o deputado José Ulpiano.

Em resposta a Adroaldo Costa, José Ulpiano afirmou que o país e sua população não estavam ainda em condições de efetivar tal prática. “Se, porém, é preciso atender a êsse ponto, deixemo-lo para lei ordinária; não o coloquemos na Constituição”<sup>276</sup>. E a fim de justificar suas opiniões assim se manifestou:

Estamos tratando de matéria administrativa, política, constitucional; não temos tempo de examinar a matéria de direito privado. É possível que haja lei procurando favorecer a eugenia, em matéria de casamento e outros assuntos.

---

<sup>271</sup> Ibid. p. 76.

<sup>272</sup> Ibid. p. 241-242.

<sup>273</sup> Ibid. p. 305.

<sup>274</sup> Ibid. p. 305.

<sup>275</sup> Ibid. p. 305.

<sup>276</sup> Ibid. p. 305.

Vi há pouco, emenda subscripta talvez pela maioria da Casa, tratando da defesa sanitária.

(...)

É, por conseguinte, plausível. O que não compreendo, entretanto, é que se estabeleça disposição alterando o Código Civil.

Façamos a defesa sanitária no Brasil; embaraçar, porém, a união dos sexos não é para os nossos dias.

Assim, minha missão principal era vir protestar aqui contra a tendência da Assembléia para modificar o Direito Civil, não apenas defender minha emenda, porquê já o fiz por escrito.<sup>277</sup>

Também contrário à instituição do exame o deputado Acir Medeiros pediu na 118ª sessão que se eliminasse “o parágrafo único do art. 168 e os artigos 169 e 171”<sup>278</sup>, entretanto devido à falta de tempo este não pode se deter mais ao assunto. Outro que também expôs a sua opinião, mas de forma muito breve foi o Leôncio Galvão que considerava ser inexecutível a lei no país. Segundo ele:

Quando muito, se poderia aplicar, a título de experiência, nas capitais. Ainda assim seria falho, porquê não é só pelo casamento que se dá a procreação, a não ser que se estabeleça no País o sistema de esterilização de Hitler.<sup>279</sup>

Indagado por Francisco Magalhães Neto se esse era o único argumento “sem maior estudo”<sup>280</sup> contra o exame pré-nupcial que ele poderia apresentar, este ainda se referiu à falta de médicos, à redução dos casamentos que poderia ocorrer e ao fato de que as moléstias eram adquiridas mesmo entre pessoas casadas. Após essas declarações o debate se enveredou para outros assuntos. De qualquer forma essas passagens mesmo que breves evidenciam um grande interesse sobre a matéria.

---

<sup>277</sup> Ibid. p. 305.

<sup>278</sup> BRASIL. Annaes da Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936. Volume XIV. Disponível em: < <http://bd.camara.leg.br/>>. Acesso em 14 abr. 2015. p. 88.

<sup>279</sup> BRASIL. Annaes da Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936. Volume XV. Disponível em: < <http://bd.camara.leg.br/>>. Acesso em 14 abr. 2015. p. 91.

<sup>280</sup> Idem. p. 91.

Logo no início da 131ª sessão de 27 de abril de 1934, Joaquim Pimenta de Magalhães aproveitou para rebater as declarações feitas contra o artigo 169, para ele não existia “argumentação mais séria que viesse jogar por terra a necessidade do exame pré-nupcial”<sup>281</sup>. Com relação àqueles que se opunham ao fato de o exame ser contemplado por leis constitucionais, o deputado se defendeu afirmando que outros legisladores renomados também defendiam essa possibilidade já que se tratava de uma medida salutar à nação. Sobre as acusações de que o povo não estava preparado para tal lei, o deputado foi bem categórico e assim se manifestou:

É preciso que saibamos, é necessário fique bem acentuado, que não estamos legislando para o que está, ou para as nossas condições de momento e sim para o que deverá ser. Se nesta oportunidade que se nos apresenta, não procurarmos tirar o nosso Povo, a nossa raça da degradação que se acentua, cada vez mais, então será preciso haver um outro momento, ou uma nova Constituinte.<sup>282</sup>

Ademais, continuou o deputado, a instituição da lei obrigaria o “Governo da União, que pouco ou quase nada gasta com os Serviços de Saúde Pública”<sup>283</sup>, dar maior amplitude a esses serviços. Num longo discurso ele ainda aproveitou para criticar a emenda nº 772 que previa o exame facultativo, para ele facultar ações aos brasileiros

(...) é a mesma cousa que “não fazer”. Ainda não vimos, estamos ainda por vêr o dia em que o govêrno, dando ponto facultativo, algum funcionário se apresente á repartição. Nêsse dia naturalmente o governo decretará dois feriados seguidos em honra áquele funcionário que tiver sido mais realista que o rei.<sup>284</sup>

O parlamentar fez questão de responder a todos os argumentos contrários à instituição da lei do exame. Àqueles que afirmavam que a lei iria favorecer a mancebia ele afirmou que o exame viria a evitá-la

---

<sup>281</sup> BRASIL. Annaes da Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936. Volume XVI. Disponível em: < <http://bd.camara.leg.br/>>. Acesso em 14 abr. 2015. p. 10.

<sup>282</sup> Idem. p. 11.

<sup>283</sup> Ibid. p.11

<sup>284</sup> Ibid. p. 12.

porque “naturalmente nas leis ordinárias virão as penas e as exceções que o devem regulamentar”.<sup>285</sup>

Com relação às possíveis reações à norma o deputado citou outras que a princípio também sofreram resistência, mas que no final acabou prevalecendo o interesse maior. De acordo com seu discurso ele mesmo foi contra a lei do serviço militar, mas após um período verificou que “que estava completamente errado, em vista dos benefícios que tal lei trouxe ao País”<sup>286</sup>.

Para Joaquim P. Magalhães, o caboclo e o sertanejo não se tornariam um problema como diriam alguns, de acordo com o deputado o fato de viverem distantes e dependerem da natureza não os fazia menos inteligentes e, portanto, compreenderiam os “salutares benefícios que há de lhe trazer essa lei”, logo não seriam contrários a sua execução desde que “govêrno lhe dê os meios para cumpri-la”<sup>287</sup>. Antes de desviar do assunto o deputado chegou a concluir seu raciocínio acerca do exame pré-nupcial:

Se não evitarmos a degeneração do homem, com ela virá a degeneração da raça; virá o aniquilamento da Pátria, e, então, devemos temer as emigrações, por pequenas que sejam, porquê o outro povo, – é uma lei da vida – mais forte, absorve o pequeno, e, se não o faz pelas armas, absorve pelas lei biológicas, o que é a mesma cousa, ou, ainda melhor, vitória consagrada.<sup>288</sup>

Uma das últimas emendas encontradas nos anais referentes ao artigo 169 foi a de nº 772 que como já indicado previa o exame facultativo. Esta saiu de uma das salas das sessões realizadas em 7 de abril de 1934, na qual se encontravam Mauricio Cardoso, Adroaldo Mesquita da Costa e Minuano de Moura. Para esses legisladores o texto da matéria deveria ser alterado para:

Aos contraentes é obrigatória, sempre que possível, nos termos estabelecidos em lei, a prova

---

<sup>285</sup> Ibid. p. 14.

<sup>286</sup> Ibid. p. 15.

<sup>287</sup> Ibid. p. 15.

<sup>288</sup> Ibid. p. 17.

previa de exame de sanidade física e mental, segundo os moldes da eugenia<sup>289</sup>.

A justificativa era de que o texto do substitutivo poderia impedir o casamento *in extremis*<sup>290</sup> (aquele que se realizava para reparar a honra ultrajada). Além disso, os redatores da emenda fizeram o mesmo questionamento de alguns colegas: “onde encontrar-se, em todo o Paiz, pessoal idoneo para o exame exigido no dispositivo”,<sup>291</sup>.

Salientaram ainda os membros da sessão que o texto proposto continuava a ter a mesma finalidade, ou seja, “assegurar o futuro da raça” e acentuaram que era necessário “legislar de acordo com o que nos for permitido cumprir”,<sup>292</sup>.

Feitas as devidas discussões sobre os itens a serem incluídos na nova constituição, a câmara passou divulgar os pareceres às emendas. De acordo com os pareceres a emenda aceita, mesmo que em parte, foi a nº 772, justamente a que pedia alterações que dessem um caráter facultativo à lei.

#### EMENDA Nº 772

Art. 169:

Ao capítulo IV, título VI, do substituto:

Substitua-se a redação do art. 169 pela seguinte:

Art. A lei regulará a apresentação pelos nubentes, de prova de sanidade física e mental, tendo em atenção às condições sociais do País.<sup>293</sup>

Como esta emenda foi aceita por Euvaldo Lodi, um dos membros da comissão constitucional – fato que decepcionou aqueles que defendiam a obrigatoriedade do exame –, outras acabaram sendo prejudicadas, principalmente aquelas que pediam a obrigatoriedade do exame.

---

<sup>289</sup> BRASIL. Annaes da Assembléa Nacional Constituinte (1933-1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936. Volume XVII. Disponível em: < <http://bd.camara.leg.br/>>. Acesso em 14 abr. 2015. p. 154.

<sup>290</sup> Casamento realizado em situações de urgência, na qual um dos nubentes corre iminente risco de vida.

<sup>291</sup> BRASIL. Annaes da Assembléa Nacional Constituinte (1933-1934). op. cit. p. 154.

<sup>292</sup> Idem. p. 154.

<sup>293</sup> BRASIL. Annaes da Assembléa Nacional Constituinte (1933-1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937. Volume XIX. Disponível em: < <http://bd.camara.leg.br/>>. Acesso em 14 abr. 2015. p. 434



Embora estivessem se referindo a outra emenda, a de nº 1.824, que, aliás, era muito parecida com a aprovada, os redatores justificaram o porquê de se adotar o caráter facultativo do exame. De acordo com eles:

Só é estável nas leis positivas o que já está nos costumes. O exame pre-nupcial ainda não está em nossos costumes. Logo, se for introduzido pela lei, com o caráter imperativo do art. 169, redundará num completo fracasso, abrindo margem ao concubinato, estimulando o abandono do casamento civil e multiplicando os atestados de favor. E como estamos legislando para o Brasil e não para um País imaginário, é preciso atender preliminarmente á exequibilidade da medida, si não quizermos que fique letra morta. Dai a nova redação que propomos.<sup>294</sup>

Embora a emenda aprovada em primeira mão não estabelecesse o exame obrigatório, vale apontar que o projeto ao menos previa os exames facultativos e há de se frisar também que esta norma não foi totalmente descartada, uma vez que todas as emendas que pediram a supressão do artigo foram rejeitadas porque o membro da comissão responsável pelos pareceres referentes ao artigo 169, Euvaldo Lodi, acreditava ser essa medida salutar.

Restava agora aos defensores da obrigatoriedade do exame torcer para que houvesse uma votação contrária e os deputados acabassem acatando outra emenda mais favorável como as de número 631 ou 543, por exemplo. Contudo, naquele momento parecia que a emenda nº 772 acabaria sendo adotada. Importante destacar que os debates que ocorriam na câmara eram acompanhados pelos jornalistas que iam pondo seus leitores a par da situação. *O Globo*, muito citado no primeiro capítulo, como era de se esperar acompanhou com especial atenção as discussões acerca do exame pré-nupcial, e publicou grande parte das emendas que eram favoráveis a sua instituição.

Após anos de campanha de *O Globo* e da exposição sobre o assunto em outros jornais, a assembleia constituinte depois de inúmeras discussões finalmente iria se posicionar a respeito do artigo 169 do projeto 1-B. E embora a emenda 772 já tivesse sido aprovada em primeira mão houve uma tentativa de resgatar o artigo na forma como fora escrito no projeto 1-A, no qual se previa a obrigatoriedade do

---

<sup>294</sup> Idem. p. 435.

exame pré-nupcial atendendo às medidas eugênicas. Assim em maio de 1934 a assembleia constituinte discutiu pela última vez sobre a possibilidade de tornar compulsório o exame de sanidade entre os nubentes.

Antes de iniciar a votação do capítulo referente à família e as suas emendas, Antonio de Garcia Medeiros Netto, pediu destaque para que se rejeitasse o artigo 169. Em resposta a esse deputado Joaquim Pimenta Magalhães pediu a palavra para defender o estabelecimento do exame mais uma vez.

Citando Miguel Couto, Pimenta Magalhães reafirmou que a grandeza de um país era condizente com o nível físico e intelectual de seu povo, além disso, aproveitou para desqualificar a emenda já aprovada que deixava a critério dos pais ou dos noivos a realização destes exames. Segundo ele:

Iludem-se aqueles que julgam resolver o problema da formação da raça com simples palavras de retóricas, com leis facultativas ou cantando em dias de festa nacional a célebre marcha – "Nós somos da Pátria a guarda"...

Se não tivermos leis de obrigatoriedade, baseadas na ciência eugenética, marcharemos para a franca decadência de um povo.<sup>295</sup>

E continuou o deputado, desta vez se pautando em Renato Kehl e Durval Arnould para justificar a defesa do exame, que caso fosse aprovado estaria contribuindo em prol da família, da sociedade e da nação.

Antes de a votação ser concluída, outros parlamentares se manifestaram a fim de tecer as suas considerações acerca do assunto. Francisco Magalhães Neto, também defensor do exame parecia estar certo de que a assembleia o aprovaria, pois segundo ele “autoridades científicas sem conta pleiteiam pela excelência da medida e nem mesmo o sentimento religioso pode ser invocado em seu desfavor...”<sup>296</sup>, aliás, afirmou Xavier de Oliveira, em aparte, “pelo contrário: a igreja é favorável á medida”<sup>297</sup>.

---

<sup>295</sup> BRASIL. Annaes da Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937. Volume XXII. Disponível em: < <http://bd.camara.leg.br/>>. Acesso em 14 abr. 2015. p. 208.

<sup>296</sup> Idem. p. 209.

<sup>297</sup> Ibid. p. 209.

Confirmando o comentário do colega, Magalhães Neto fez questão de citar dois clérigos os quais denominou “campeões da educação sexual e eugênica”. Se a igreja e a ciência não combatiam a instituição do exame, o deputado continuava a acreditar que os membros da assembleia também não se oporiam à positividade da medida. Segundo o parlamentar o importante era aprovar a medida independente do texto, artigo, parágrafo ou alínea.

A nós não nos preocupa que a letra da disposição seja esta ou aquela; a nós o que interessa é que a Constituinte consagre a utilidade da medida (*muito bem*), para que, obrigatoriamente, se legisle em assembléia ordinária a respeito dêsse assunto (*apoiados*), sem que os projetos vão dormir á pasta das respectivas comissões, tal qual sucedeu com o projeto apresentado por um grande brasileiro, um batalhador das campanhas sanitárias, o meu saudoso companheiro e amigo Amaury de Medeiros (*muito bem*), a cujo movimento nobre quero, rematando esta desprestenciosa oração...

Outro deputado a expor as suas opiniões foi Levi Carneiro, um dos últimos a se manifestar antes da votação. Embora fosse favorável ao exame o parlamentar deixava clara a sua preocupação em relação à exequibilidade da lei e por isso voltou a citar a emenda de sua autoria, a de nº 988, que assim como a nº 772 tornava o exame facultativo. Para ele a imposição de tal medida se tornaria inexecutível, e

acarretaria grandes embaraços. Inegavelmente, não é possível pretender impor, de imediato e em todo o País, a observância rigorosa e estrita do exame médio pré-nupcial.

Ademais, falou ele aos constituintes presentes na ocasião, a função da assembleia naquele momento era apenas “completar alguns dispositivos que já aprovou”<sup>300</sup>, e, portanto a tentativa de restaurar o artigo 169 do projeto 1-A por parte de alguns parlamentares estava totalmente fora de questão.

---

<sup>298</sup> Ibid. p. 210.

<sup>299</sup> Ibid. p. 211.

<sup>300</sup> Ibid. p. 210.

Após tecer mais algumas críticas com relação ao texto do artigo, e ciente da impossibilidade de tornar o exame obrigatório, o deputado assim encerrou o seu discurso:

Parece que todos estamos de acôrdo na conveniência de assegurar a instituição do exame pré-nupcial, estatuinto que a lei o faça nos termos mais convenientes e certamente atendendo às condições regionais do País, tão diversas, tão diferentes, como todos nós sabemos. (*Muito bem; muito bem.*)<sup>301</sup>

Antes da votação o deputado Xavier de Oliveira, pediu novamente a palavra para afirmar que concordava com outros parlamentares que também defendiam o caráter facultativo da lei, uma vez que, de acordo com ele, o legislador deveria atender as condições regionais do país, pois

as condições da Capital Federal, em relação ao exame que sequer instituir, físico e mental, não podem ser e não são as mesmas das dos confins do Brasil, onde, muitas vezes, não existem médicos psiquiatras e outros especialistas indispensáveis a esse exame.<sup>302</sup>

Encerrados os discursos procedeu-se a votação e, para infelicidade daqueles que defendiam a obrigatoriedade do exame, foi aprovado o texto da emenda nº 772. E assim ficaram os artigos referentes à família.

Art. 2.º O casamento será civil e gratuita a sua celebração e respectivo registro. (Emenda ns. 548, 544 e 411).

Parágrafo único. A lei civil determinará os casos de desquite e de anulação do casamento, havendo sempre recurso ex-officio, e com efeito suspensivo, das sentenças anulatórias do casamento. (Emendas ns. 1.820 e 1.773.)

Art. 3.º A lei regulará a apresentação pelos nubentes, de prova de sanidade física e mental, tendo em atenção as condições sociais do País. (Emenda n. 772.)<sup>303</sup>

---

<sup>301</sup> Ibid. p. 211.

<sup>302</sup> Ibid. p. 211-212.

<sup>303</sup> Ibid. 212.

A aprovação da emenda foi vista por muitos como uma derrota, *O Globo*, que vinha acompanhado a discussão, não demorou a se manifestar diante da decisão do colegiado. A quarta edição do jornal do dia 28 de maio de 1934 reproduziu rapidamente a discussão que se deu na assembleia e encerrou o assunto da seguinte maneira: “Caiu assim o artigo 169, do projecto, que instituíu o exame pré-nupcial.”<sup>304</sup>

Um pouco antes de ser publicada a nova constituição a terceira edição de *O Globo*, publicou entre outras coisas uma entrevista com Oscar Penna Fontenelle, que falou das “falhas e erros” da nova Constituição. De acordo com o entrevistado os constituintes falharam ao esquecer “que a saúde do povo é o problema fundamental, de cuja e acertada e firme solução depende o progresso effectivo das nações”<sup>305</sup>. Decepcionado, exceto por uma “sabia restrição imposta a imigração”, o professor e ex-deputado frisou que a população do país continuaria a ser vítima da falta de saúde, e no futuro o combate “contra os propagadores de mazellas e progenitores de tarados, continuará de pé, porque sobre o mesmo silenciaram os constituintes”<sup>306</sup>. Ainda na mesma matéria Oscar Fontenelle argumentou que o Brasil deveria se espelhar nos países mais desenvolvidos que haviam adotado medidas eugênicas como o exame pré-nupcial, o delito de contágio e a educação sexual e higiênica. Lamentando-se afirmou:

Infelizmente, repito, nunca estivemos tão longe de ver esses problemas resolvidos.

O descaso dos constituintes, os pontos de vista que adoptaram em suas deliberações infunde-nos a entristecedora certeza de que no Brasil ainda por muitos annos a saúde do povo será elemento desprezível aos olhos cegos ou negligentes dos que governam.<sup>307</sup>

Com críticas ou não a nova constituição foi decretada e promulgada em 16 de julho de 1934 e uma parte do capítulo que se referia a família ficou assim redigida:

Art 144 - A família, constituída pelo casamento indissolúvel, está sob a proteção especial do Estado.

<sup>304</sup> *O Globo*. Rio de Janeiro, 28 abr. 1934. 4ª ed. p. 1.

<sup>305</sup> *O Globo*. Rio de Janeiro, 18 jun. 1934. 3ª ed. p. 1.

<sup>306</sup> *Idem*. p. 1.

<sup>307</sup> *Ibid*. p. 1.

Parágrafo único - A lei civil determinará os casos de desquite e de anulação de casamento, havendo sempre recurso ex-officio, com efeito suspensivo.

Art 145 - A lei regulará a apresentação pelos nubentes de prova de sanidade física e mental, tendo em atenção as condições regionais do País.<sup>308</sup>

---

<sup>308</sup> BRASIL, Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. 1934. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)>. Acesso em 2 fev. 2015.



## CONCLUSÃO

Diante de tudo o que foi exposto não há dúvida de que a imprensa, e principalmente o jornal *O Globo*, teve um papel de destaque no debate sobre o exame pré-nupcial, quiçá tenha sido a grande responsável por levar essa discussão até as instituições legislativas.

A campanha realizada por *O Globo* colocou o assunto em evidência, fato que acabou influenciando diversos membros da sociedade, que por sua vez se tornaram favoráveis à instituição do exame pré-nupcial. Além disso, há de se levar em consideração que a maneira como foi realizada a campanha também contribuiu para o seu sucesso. As entrevistas com especialistas nas áreas de saúde não eram por acaso, eles eram escolhidos justamente porque estes profissionais eram respeitados pela sociedade e seus discursos deveriam ser acatados, pois estavam carregados de cientificidade.

Vale frisar também que, embora *O Globo* nunca tenha se declarado um veículo partidário da eugenia, as matérias publicadas falam por si só, ou seja, os principais redatores do jornal pareciam ser adeptos do eugenismo, pois além de fazer a campanha pelo exame, que, como já foi citado, acabou se tornando uma das bandeiras do movimento eugenista, havia claramente uma enorme preocupação com o futuro do país, sobretudo com sua raça, afinal além propugnar pelo exame pré-nupcial o jornal empreendeu combate ao alcoolismo e a outras atitudes consideradas disgênicas.

Outro ponto a ser ponderado repousa no fato de a imprensa ter levado em consideração apenas as opiniões dos especialistas, uma vez que nas fontes utilizadas não foi possível encontrar uma menção sequer sobre como a população vinha acompanhando essas discussões, quais seriam as suas expectativas e angústias diante da imposição que se poderia fazer.

É fato que a imprensa publicou pareceres contrários à instituição do exame, mas estes foram firmados por especialistas. Não foi encontrada uma pesquisa ou uma enquete sobre a opinião do povo a respeito do assunto, talvez não existisse estrutura para isso, ou não houvesse o hábito de se especular sobre as perspectivas da população; ou simplesmente ignorou-se, como era de costume, ouvir os anseios do povo, até porque para muitos médicos a ignorância dos brasileiros era condição para tolher-lhes alguns direitos e coagi-los a agir de conforme as condutas estipuladas pela intelectualidade, segmento que havia assumido a responsabilidade de dar nova feição ao país. De qualquer maneira a ausência de considerações por parte de pessoas comuns não



pode ser explicada por falta de tempo, afinal o debate em torno do exame perdurou por alguns anos.

A imprensa ainda evidenciou que a saúde da população era fonte de preocupação dos governos, e estes mesmos cientes dessa deficiência pouco faziam para contornar esses problemas. Vale salientar ainda que as matérias confirmaram o velho chavão de que “o Brasil era um imenso hospital”, pois as moléstias que acometiam os brasileiros eram muitas. Destaca-se, entretanto, que nas décadas de 1920-1930 aumentou a preocupação com o alastramento das doenças venéreas sobretudo entre os jovens e casais, por isso a necessidade de estipular o exame pré-nupcial, como forma de controlar o sexo e a reprodução.

Já a partir das teses foi possível verificar que grande parte da categoria médica era favorável à instituição do exame, pois como apontado muitos se achavam responsáveis pela transformação do país e naquele momento o exame era a medida eugênica e também profilática que estava mais próxima de ser alcançada, por isso a necessidade de se engajar na luta em prol desta lei.

Há de se apontar também que as matérias publicadas na imprensa acabaram retomando o debate em torno do exame pré-nupcial dentro do ambiente médico e acadêmico, uma vez que o número de teses que se dedicaram a discutir sobre o assunto aumentou após o início da campanha que *O Globo* empreendeu. E como foi apontado no primeiro capítulo Luciano de Mello chegou até a parabenizar o jornal, pelo destaque este vinha dando ao assunto.

Por se considerarem os maiores responsáveis pela transformação do país, e conseqüentemente pelo aprimoramento da raça, os estudantes de medicina em suas teses além de defender o exame, e em alguns casos os ideais eugênicos, se dedicaram também às questões mais técnicas, afinal uma medida tão importante ao futuro do país como esta, precisava ter um respaldo científico, o qual apenas os médicos diziam possuir.

Dessa forma as teses acabaram se dedicando aos pormenores que acompanhariam o debate sobre a instituição do exame, por isso as discussões em torno das responsabilidades e da exequibilidade da lei. Ficou evidente que havia um consenso sobre os pontos positivos da adoção do exame, o que era necessário naquele momento de acordo com a maioria dos médicos era elaborar uma lei que fosse bem executada e não deixasse brechas, que previsse todas as doenças impeditivas ao casamento, que estipulasse como se daria o exame, qual seria a validade dos atestados, etc. Além disso, ela tinha de ser feita para que fosse respeitada, por isso a necessidade de antever as exceções e principalmente as sanções àqueles que ousassem desrespeitá-la.

É devido apontar que grande parte dos médicos acreditava que adotar apenas o exame pré-nupcial não seria suficiente, era necessário também esterilizar os indivíduos disgênicos, os loucos ou os propensos aos vícios e às taras. Vê-se, portanto, claramente que estes profissionais almejavam o controle sobre os corpos da população. Controle este que se daria através de intervenções. E embora essas interferências fossem encaradas como um abuso de poder por alguns, estas eram justificadas porque o que se queria fazer seria realizado em nome da raça.

Das teses elencadas, mais da metade apontaram para a necessidade de se investir no ensino. Para esses médicos era dever do governo proporcionar o ensino a fim de tirar o povo da ignorância proporcionando a esse a educação eugênica e higiênica. É claro que a ideia era instruir a população com o intuito de diminuir a incidência de doenças, mas essa pedagogia tinha também outro propósito que já foi apontado anteriormente, isto é, instilar padrões de comportamento e principalmente tornar os corpos dóceis, tentar eliminar ou ao menos diminuir as chances de resistência, quando houvesse a necessidade de impor novas restrições.

Além da educação muitos também apostavam na propaganda como forma de obter resultados mais rápidos.

Propaganda para alertar os contaminados a procurarem ajuda e até para que se preservassem, utilizando-se para isso a continência, prática esta, aliás, defendida por alguns médicos como meio de aprimorar a raça. Mais uma tentativa, portanto, de controlar além do sexo, a sexualidade. “O poder fala da sexualidade e para a sexualidade; quanto a esta, não é marca ou símbolo, é objeto, é alvo”,<sup>309</sup>.

As discussões durante os trabalhos da assembleia constituinte puderam demonstrar que a possibilidade de se instituir o exame pré-nupcial foi muito bem aceita em alguns segmentos mais reconhecidos da sociedade, mas em outros foi julgada totalmente desnecessária e sem nenhuma chance de ser praticada no Brasil. Os debates entre os parlamentares mostraram como havia divergência entre eles e praticamente constituíram-se alguns segmentos: os que propunham a obrigatoriedade do exame, os que advogavam pela lei do exame e outras de caráter eugênico, os que defendiam o caráter facultativo e aqueles que simplesmente achavam que não deveria existir tal lei, pois esta seria apenas mais uma a ser burlada. Essa segmentação entre os parlamentares

---

<sup>309</sup> FOUCAULT, Michel. op. cit. p. 138.

pode ser encarada como um reflexo da população, que provavelmente também ficou dividida diante da possibilidade da instituição do exame.

Além disso, as falas desses políticos e também de outros envolvidos deixaram bem claro que de fato o país não tinha condições econômicas e logísticas de adotar o exame obrigatório.

Talvez os defensores tenham se sentidos derrotados, após o resultado da votação que aprovou a emenda nº 772, mas o artigo em questão ainda dava brechas para que se instituísssem outras leis ordinárias a respeito do assunto. E foi nisso que se apoiaram os antigos e novos defensores do exame pré-nupcial, uma vez que a Constituição não eliminou a hipótese de se regularizar a apresentação do atestado conforme a lei.

Fato é que os defensores do exame pré-nupcial não se calaram diante da primeira negativa. A imprensa continuou se manifestando da mesma maneira, isto é, publicando artigos de pessoas que propugnavam pela causa e alguns políticos continuaram a afirmar a necessidade da obrigatoriedade do exame.

Vale frisar, portanto, que a aprovação da emenda nº 772 não pode ser considerada uma derrota total, pois como foi dito acima a nova Constituição não descartou a hipótese de se fazer o exame, embora tenha deixado a regulação da “prova de sanidade física e mental” a cargo de outras leis complementares.

Importante destacar também que embora o artigo 138 incumbisse a União, estados e municípios o estímulo à educação eugênica, outras reivindicações como a de delito de contágio venéreo e a notificação obrigatória das doenças venéreas sequer haviam sido contempladas pela nova carta e, portanto, existia a necessidade de se pleitear por isso. Só para adiantar um pouco os desdobramentos – visto que o recorte temporal escolhido para essa pesquisa termina com a decisão da assembleia constituinte em 1934 –, há de salientar que dois anos apenas depois de promulgada a constituição já havia quem estivesse pensando em regularizar a brecha deixada pelo artigo 146.

Segundo a Gazeta de Notícias de 1936, o dr. Cesário de Mello havia apresentado um projeto de reforma ao artigo 219 do Código Civil. De acordo com a matéria o médico pedia que se acrescentasse a obrigatoriedade do exame para “verificação de sanidade dos nubentes”<sup>310</sup>. Além deste, o deputado Nicolau Vergueiro também fez

---

<sup>310</sup> Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 26 abr. 1936. p. 6.

questão de apresentar o seu projeto, que até então parecia ser o mais completo, já que previa sugestões para contornar todos os impedimentos.

O projeto de Nicolau Vergueiro que ainda fomentaria muita discussão ficou assim redigido:

Art. 1º – Além dos documentos exigidos pelo Código Civil, para habilitação do casamento, os nubentes, cada um de per si, apresentarão atestado de que não têm defeito físico irremediável e incompatível com o casamento, ou doença grave transmissível, por contágio ou herança, ao outro cônjuge ou à sua descendência.

§1º – Consideram-se doenças graves transmissíveis ao outro cônjuge ou a sua prole, para os efeitos deste artigo: a tuberculose aberta, a lepra, a sífilis contagiante, a blenorragia, o cancro venéreo, a idiotia, a imbecilidade e a alienação mental sob qualquer de suas formas.

§ 2º – Nos casos de alcoolismo e de uso habitual de entorpecentes, não se permitirá o casamento, enquanto se não provar a cura dos hábitos de intoxicação.

Art. 2º – Os certificados médicos trarão a firma reconhecida, e serão datados dentro de cinco dias, no máximo, anteriores à celebração do casamento, devendo ser juntos ao processo até 24 horas antes desse ato.

Parágrafo único - Esses certificados não envolvem violação do segredo profissional.

Art. 3º – O exame médico será realizado por clínico indicado pelos nubentes e aceito pelo juiz.

§1º - Para as nubentes do sexo feminino, o exame se limitará às práticas da clínica geral e às provas de laboratório, a menos que a gravidade do caso reclame, além daquelas, provas ginecológicas, a juízo do médico nomeado.

Art. 4º – Diante de certificado médico, que implique no veto do casamento, o nubente, que se julgar prejudicado, poderá requerer ao juiz novo exame, promovido por dois outros profissionais, um de sua indicação e outro de nomeação do juiz. Se o segundo certificado ainda foi contrário ao casamento, mesmo pelo voto de um só daqueles,

novos exames somente poderão ser feitos, após decorridos três meses.

Art. 5º – Nos lugares onde não houver médico, poderá o exame pré-nupcial ser dispensado tão só para os habitantes de moradia efetiva, com domicílio civil imediatamente anterior de mais de dois anos, mediante requerimento ao juiz, assinado pelos nubentes.

Parágrafo único - Neste caso, suprirá o exame um atestado de boa saúde aparente, firmado por duas pessoas idôneas, com as respectivas firmas reconhecidas, comprovados os requisitos determinantes da exceção.

Art. 6º – Nos casos em que os nubentes sejam de pobreza manifesta, atestado pela autoridade policial, o juiz, a seu requerimento, nomeará médico para proceder gratuitamente ao exame.

§ 1º – Na Capital da República e dos Estados, e na sede dos Municípios, o exame pré-nupcial em pessoa pobre será feito, e gratuitamente, enquanto não houver, para tal, serviço organizado por médico da assistência pública.

Art. 7º – São dispensados de selo os atestados médicos e certificados de saúde, de que trata a presente lei, sendo também gratuito o reconhecimento de suas firmas.

Art. 8º – Quando o casamento se tiver realizado em face de atestado médico, que não expresse a verdade, será o atestado passível das sanções do Código Penal, referente ao falso testemunho e à imperícia.

Art. 9º – Toda a autoridade, que fizer um casamento sem exigir a apresentação do certificado médico, ou atestado de boa saúde aparente, deverá ser processada, incorrendo nas penas do Código Penal, previstas para a falta de exação no cumprimento do dever, além da perda do cargo.

Art. 10º – A exibição do atestado médico, ou certificado de saúde será dispensada, quando algum dos contraentes estiver em iminente risco de vida. Nesse caso, porém, cessado o risco, tornar-se-á obrigatório o exame, a fim de instruir o processo preconizado no Código Civil, para que o casamento surta os seus efeitos legais.

§1º – O juiz deverá decretar a separação de corpos, até o necessário restabelecimento, se do exame procedido verificar-se a existência de moléstia contagiosa curável em algum dos cônjuges, casados na hipótese do nº II do art. 199 do Código Civil.

§2º – O juiz deverá decretar, porém, a ineficiência do ato, uma vez verificada a existência de moléstia grave e transmissível, em qualquer dos nubentes.

Art. 11 – Nos casos de casamento para a reparação de mal causado, o respectivo ato será realizado, independentemente de exibição do certificado médico ou atestado de saúde, de que trata a presente lei. O juiz deverá, ordenar, entretanto, a separação de corpos, se do exame dos nubentes verificar-se existência de mal contagioso curável, até a cura do paciente ou de ambos os cônjuges.

Parágrafo único – No caso de moléstia transmissível e incurável, a separação de corpos deverá ser decretada, enquanto a vítima for menor, permanecendo em separação, se por ela for requerida ao adquirir a maioridade.

Art. 12 – A presente lei entrará em vigor um ano depois de sua promulgação.

Art. 13 – Revogam-se as disposições em contrário.<sup>311</sup>

Toda essa discussão em torno do exame pré-nupcial só vem corroborar a influência da eugenia entre os diversos setores da sociedade, afinal o debate que se iniciou no meio médico, adentrou à imprensa, onde recebeu um grande destaque, fato que acabou levando-o até o ambiente legislativo, que por muito pouco não aprovou a obrigatoriedade do exame.

---

<sup>311</sup> VERGUEIRO, Nicolau Araújo. *Notas íntimas: Algumas reminiscências clínicas*. Manuscrito: Passo Fundo, 1936. p. 9-31. apud. \_  
<<http://www.projetopassofundo.com.br/principal.php?modulo=5&acao=detalhe&chaveCategoria=18&nomeCategoria=Literatura&chaveSubCategoria=6&nomeSubCategoria=Texto%20do%20Autor&chaveSubSubCategoria=140&nomeSubSubCategoria=Memorias&chaveAutor=73&nomeAutor=Nicolau%20Vergueiro%20&chaveConteudo=35505&nomeConteudo=265%20EXAME%20M%C3%89DICO%20PRE-NUPCIAL%27>>. Acesso em 26 fev. 2015.

A aprovação deste artigo, mesmo que este alertasse para que se respektassem as condições regionais do país, pode ser considerada uma vitória do movimento eugênico, e talvez tenha sido o momento em que os eugenistas chegaram mais próximo de interferir nas leis brasileiras contemplando nestas os seus ideais eugênicos.





## **FONTES**

### **Anais da assembleia 1933-34**

BRASIL. Annaes da Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934. Volume I.

BRASIL. Annaes da Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935. Volume IV.

BRASIL. Annaes da Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935. Volume VII.

BRASIL. Annaes da Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936. Volume X.

BRASIL. Annaes da Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936. Volume XI.

BRASIL. Annaes da Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936. Volume XII.

BRASIL. Annaes da Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936. Volume XIII.

BRASIL. Annaes da Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936. Volume XIV.

BRASIL. Annaes da Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936. Volume XV.

BRASIL. Annaes da Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936. Volume XVI.

BRASIL. Annaes da Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936. Volume XVII.

BRASIL. Annaes da Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937. Volume XIX.

BRASIL. Annaes da Assembléia Nacional Constituinte (1933-1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937. Volume XXII.

### **Jornais e revistas**

A Batalha. Rio de Janeiro, 17 ago. 1932.

Brazil Médico. Rio de Janeiro, 1902.

Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 1º ago. 1904.

Estado do Paraná. Curitiba, 1º abr. 1926.

Folha da Manhã. São Paulo, 11 jun. 1926.  
Folha da Manhã. São Paulo, 15 out. 1927.  
Folha da Manhã. São Paulo, 28 jun. 1929.  
Folha da Manhã. São Paulo, 10 nov. 1929.  
Folha da Manhã. São Paulo, 22 fev. 1930.  
Folha da Manhã. São Paulo, 13 jun. 1930.  
Folha da Manhã. São Paulo, 20 jul. 1930.  
Folha da Manhã. São Paulo, 16 jun. 1931.  
Folha da Manhã. São Paulo, 23 jun. 1932.  
Folha da Manhã. São Paulo, 28 mar. 1933.

Folha da Noite. São Paulo, 31 mai. 1930.

Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 10 out. 1922.  
Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro 20 nov. 1927.  
Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 26 abr. 1936.

Gazeta Médica da Bahia. Salvador, jul. 1926.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro. 27 set. 1901.

Jornal Pequeno. Recife, 15 dez. 1927.

O Globo. Rio de Janeiro, 23 fev. 1926.  
O Globo. Rio de Janeiro, 25 fev. 1926.  
O Globo. Rio de Janeiro, 26 fev. 1926.  
O Globo. Rio de Janeiro, 2 mar. 1926.  
O Globo. Rio de Janeiro, 5 mar. 1926.  
O Globo. Rio de Janeiro, 6 mar. 1926.  
O Globo. Rio de Janeiro, 11 mar. 1926.  
O Globo. Rio de Janeiro, 16 mar. 1926.  
O Globo. Rio de Janeiro, 30 mar. 1926.  
O Globo. Rio de Janeiro, 10 abr. 1926.  
O Globo. Rio de Janeiro, 12 abr. 1926.  
O Globo. Rio de Janeiro, 8 jun. 1926.  
O Globo. Rio de Janeiro, 9 jun. 1926.  
O Globo. Rio de Janeiro, 12 mai. 1927.  
O Globo. Rio de Janeiro, 14 out. 1927.  
O Globo. Rio de Janeiro, 24 out. 1927.  
O Globo. Rio de Janeiro, 8 nov. 1927.  
O Globo. Rio de Janeiro, 16 nov. 1927.

O Globo. Rio de Janeiro, 18 nov. 1927.  
 O Globo. Rio de Janeiro, 4 jun. 1928.  
 O Globo. Rio de Janeiro, 28 set. 1928.  
 O Globo. Rio de Janeiro, 1º out. 1928.  
 O Globo. Rio de Janeiro, 3 dez. 1928.  
 O Globo. Rio de Janeiro, 30 set. 1929.  
 O Globo. Rio de Janeiro, 21 fev. 1930.  
 O Globo. Rio de Janeiro, 14 jul. 1930.  
 O Globo. Rio de Janeiro, 30 jul. 1930.  
 O Globo. Rio de Janeiro, 14 out. 1930.  
 O Globo. Rio de Janeiro, 28 abr. 1934.  
 O Globo. Rio de Janeiro, 18 jun. 1934.

O Imparcial. São Luís do Maranhão, 9 dez. 1928.  
 O Imparcial. São Luís do Maranhão, 12 dez. 1928.

O Jornal. Rio de Janeiro, 17 mar. 1920.  
 O Jornal. Rio de Janeiro, 7 set. 1920.

O Paiz. Rio de Janeiro, 5 e 6 abr. 1926.

Revista de Medicina, São Paulo, mai. 1926. vol. 3.  
 Revista de Medicina, São Paulo, out. nov. dez. 1927.

### **Legislação**

BRASIL. Decreto N. 181 de 24 de janeiro de 1890.  
 BRASIL. Decreto N. 528 de 28 junho de 1890.  
 BRASIL, Decreto nº 847 de 11 de outubro de 1890.  
 BRASIL, Lei nº 3.071 de 1º de janeiro de 1916.  
 BRASIL, Decreto nº 16.300 de 31 de dezembro de 1923.  
 BRASIL, Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. 1934.

### **Mensagens de governo**

AMAZONAS. Mensagem lida perante a Assembleia legislativa na abertura da segunda sessão ordinária da décima primeira legislatura, pelo Exmo. Sr. Des. Cesar do Rego Monteiro, governador do estado, a 14 de julho de 1923. Manaus, 1923.

BAHIA. Mensagem apresentada pelo Exm. Snr. Dr. Francisco Marques de Góes Calmon Governador do estado da Bahia a Assembleia Geral Legislativa Por ocasião da abertura da 2ª reunião ordinária da 18ª legislatura em 7 de abril de 1926. Bahia: Imprensa Oficial do estado, 1926.

MINAS GERAIS. Mensagem dirigida pelo presidente do estado Raul Soares de Moura ao congresso mineiro, lida na abertura de sua 2ª sessão ordinária da 9ª legislatura. Belo horizonte: [s.n.], 1924.

MINAS GERAIS. Mensagem dirigida pelo presidente do estado, Dr. Arthur da Silva Bernardes, ao congresso mineiro, em sua 4ª sessão ordinária da 8ª legislatura no anno de 1922. Belo horizonte, [s.n.] 1922.

PARANÁ. Mensagem dirigida ao congresso Legislativo do estado pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha presidente do estado ao instalar-se a a 1ª sessão da 16ª legislatura em 1 de fevereiro de 1922. Curitiba: Typ da republica, 1923.

PARANÁ. Mensagem dirigida ao congresso Legislativo do estado pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha presidente do estado ao instalar-se a a 1ª sessão da 17ª legislatura em 1 de fevereiro de 1922. Curitiba: Typ da republica, 1924.

PERNAMBUCO. Mensagem do Exmo. Sr. Dr. Sergio T. Lins de B. Loreto, governador do estado. Lida ao instalar-se a 3ª sessão da 11ª legislatura do Congresso Legislativo de Pernambuco aos 6 de março de 1924. Pernambuco: Officinas Graphicas da Penitenciaria do Recife, 1924.

PIAUÍ. Mensagem apresentada a Camara Legislativa pelo Exmo. Snr. Dr. João Luiz Ferreira, governador do Estado a 1º de junho de 1921. Teresina: Typ. Do “O Piauhy, 1923

### **Teses médicas**

BAPTISTA, Luciano de Mello. *Do exame pre-nupcial como factor eugenico*. Tese apresentada a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1926.

COUTINHO, Oscar. *A infecção gonococcica e o casamento: estudo nosographico e sociologico*. Tese A Faculdade de Medicina da Bahia. Salvador, 1903.

FERRAZ, Luiz Magalhães. *Eugenia e Casamento: problema de Medicina Social*. Tese apresentada a Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Porto Alegre, 1928.

LIGIÉRO, Manuel. *Algumas considerações sobre o Néo-malthusianismo como factor Eugénico*. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1930.

OLIVEIRA, Álvaro Remígio de. *Prophylaxia no Casamento*. Tese apresentada a Faculdade de Medicina da Bahia. Salvador: Lithographia e Typographia E Exc. Gonçalves, Teixeira & C, 1911.

SILVA, Flaviano Innocencio da. *Prophylaxia pública as syphilis*. Tese apresentada a Faculdade de Medicina e de Pharmacia da Bahia. Salvador, 1900.

SOUZA, João Prudêncio de. *Syphilis e Eugenia*. Tese apresentada a Faculdade de Medicina da Bahia. Salvador: Officinas das Duas Americas, 1923.

ZUQUIM FILHO, João. *Das doenças Venereas sob o duplo aspecto Medico e Social*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1927.

## REFERÊNCIAS

BUENO, Eduardo & TAITELBAUM. *Vendendo saúde: a história da propaganda de medicamentos no Brasil*. Brasília: ANVISA, 2008.

CARRARA, Sergio. *Tributo a Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996.

CARULA, K. & ENGEL, M. G. & CORRÊA, M. L. (org). *Os intelectuais e a nação: educação, saúde e a construção de um Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Contra capa, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 19ª ed. São Paulo: Loyola, 2009.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade I*. 13ª ed. A vontade do saber. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

\_\_\_\_\_. *Segurança, território, população*: curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir*: história da violência nas prisões. São Paulo: Editora Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. *O nascimento da clínica*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

GALTON, Francis. *Hereditary genius*. (1869; Londres: Gavan Tredoux, 2000.) eletronic edition.

HERSCHMANN, Micael M. & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. (org.) *A invenção do Brasil moderno*: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1994.

LIMA, Nísia Trindade & HOCHMAN, Gilberto. *Condenado pela raça, absolvido pela medicina*: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República. in. MAIO, Marcos Chor & SANTOS, Ricardo Ventura. (org). *Raça, medicina e ciência*. Editora Fiocruz: Rio de Janeiro; 1996.

MACHADO, Roberto. et. al. *Danação da norma*: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MADÉ, T. Luz. *Medicina e ordem política brasileira*: políticas e instituições de saúde (1850-1930). Rio de Janeiro: Graal, 1982.

MATTOS, Maria Izilda S. *Meu lar é o botequim*: alcoolismo e masculinidade. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.

PEIXOTO, Afrânio. *Ensinar a ensinar*: ensaios de pedagogia aplicada à educação nacional. Rio de Janeiro: Liv. Francisco Alves, 1923.

\_\_\_\_\_. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1938.

PRIORE, Mary del. & AMANTINO, Marcia. (org). *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

QUINTÃO, Cátia C. A. et al. *Raça versus etnia*: diferenciar para melhor aplicar. Dental Press Journal of Orthodontics. [online] 2010. vol. 15. nº 3. pp. 121-124. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dpjo/v15n3/15.pdf>>. Acesso em 12 jul. 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 1993. E CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SIGOLO, Renata Palandri. *A saúde em frascos: concepções de saúde, doença e cura (Curitiba 1930-1945)*. Dissertação (Mestrado em História em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1995.

SINGER, Paul. et. i. *Prevenir e curar: o controle social através dos Serviços de Saúde*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1988.

SOUZA, Sebastião Vanderlei. *A política biológica como projeto: A “eugenia negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Rio de Janeiro, 2006.

STEPAN, Nancy Leys. *A hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

VERGUEIRO, Nicolau Araújo. *Notas íntimas: Algumas reminiscências clínicas*. Manuscrito: Passo Fundo, 1936. Disponível: <<http://www.projetoportunofundo.com.br/principal.php?modulo=5&acao=detalhe&chaveCategoria=18&nomeCategoria=Literatura&chaveSubCategoria=6&nomeSubCategoria=Texto%20do%20Autor&chaveSubSubCategoria=140&nomeSubSubCategoria=Memorias&chaveAutor=73&nomeAutor=Nicolau%20Vergueiro%20&chaveConteudo=35505&nomeC>>

onteu do=265%20EXAME%20M%C3%89DICO%20PRE-  
NUPCIAL%27>.